

RELATÓRIO & CONTAS

1º SEMESTRE 2020



Lideramos a mudança.





Índice

1. Sumário Executivo	6
2. Enquadramento Macroeconómico	8
2.1. Economia Mundial	8
2.2. Economia Angolana	19
3. Principais Indicadores	30
4. Modelo de Governação e Estratégia	32
4.1. Modelo de Governação Corporativa	32
4.2. Estratégia e Modelo de Negócio	44
5. Personal and Business Banking	47
5.1. Estratégia do PBB	48
5.2. A Oferta do Segmento PBB	50
5.3. Desempenho 1º Semestre de 2020	51
5.4. Canais de Distribuição	56
5.5. Estratégia para 2020	59
6. Corporate and Investment Banking	62
6.1. Estratégia do CIB	63
6.2. Oferta do Segmento CIB	64
6.3. Desempenho no 1º Semestre de 2020	66
6.4. Canais de Distribuição	72
6.5. Estratégia para 2020	76
7. Gestão de Risco.....	78
7.1. Tipologia de Risco.....	79
7.2. Modelo de Gestão de Risco e Organização	81
7.3. Actividades Inerentes ao Modelo de Gestão de Risco	83
7.4. Risco de Mercado	84
7.5. Risco de Crédito	91
7.6. Risco Operacional	98
7.7. Risco de Taxa de Juro	101
7.8. Risco de Liquidez	105
7.9. Risco Reputacional	112
7.10. Risco de Compliance	116



8. Capital Humano	119
8.1. Direcção de Capital Humano	120
8.2. Capital Humano em 2020.....	121
8.3. Pilares de Actuação	123
8.4. Formação e Desenvolvimento	125
8.5. Destaques do 1º Semestre de 2020	126
8.6. Covid-19: Protegemos os Nossos Colaboradores	127
9. Principais Acontecimentos durante o 1º Semestre.....	129
9.1. Inovação e Digitalização	129
9.2. Tecnologia.....	130
9.3. Marketing e Responsabilidade Social	131
10. Análise Financeira	134
10.1. Análise do Balanço	137
10.2. Análise de Resultados	145
11. Demonstrações Financeiras e Pareceres.....	151

/01

Sumário

Executivo



1. Sumário Executivo

O primeiro semestre de 2020 ficou inquestionavelmente marcado a nível mundial pela pandemia Covid-19, bem como pelos consequentes impactos e desafios quer ao nível da actividade económica quer ao nível do desempenho do sector bancário. A desvalorização do Kwanza face ao dólar no primeiro trimestre em cerca de 10%, uma inflação consideravelmente elevada (aproximadamente 12%) apesar da tendência decrescente face aos 17% verificados no período homólogo, conjugados com o declínio dos preços do barril de petróleo, a quebra das Reservas Internacionais Brutas e o clima de incerteza face à pandemia Covid-19, colocam um conjunto muito relevante de desafios ao Executivo, ao sector empresarial angolano e sociedade civil de um modo geral.

Ao nível do sector bancário foram visíveis os impactos operacionais, de negócio e financeiros, sendo o aspecto mais notório os impactos sobre o modo de funcionamento da rede física de agências e sobre o reforço de imparidades e provisões. Neste contexto, o sector terá a necessidade de se reinventar e reflectir sobre o potencial impacto dos desequilíbrios causados pela pandemia, nomeadamente o impacto do crescimento expectável do montante de crédito em incumprimento. Para tal, será natural que o sector inicie um conjunto de iniciativas para optimização dos seus custos, aceleração da transformação digital, implementação de novas formas de trabalho (ex.: trabalho remoto), sendo igualmente previsível que se verifiquem alguns movimentos de fusões e aquisições.

O Standard Bank de Angola realizou a sua Assembleia Geral de accionistas em Março de 2020 e o Conselho de Administração continua, desde que o mandato se iniciou em 2019, a ser constituído por 7 administradores, sendo 3 executivos, 3 não-executivos e 1 não-executivo independente. Adicionalmente, a Assembleia Geral de accionistas aprovou o Relatório & Contas referente ao exercício de 2019 e a proposta de aplicação de 40% dos resultados para dividendos.

Neste contexto, o desempenho do Standard Bank de Angola no primeiro semestre de 2020 foi inteiramente consistente com a estratégia definida, tendo inclusivamente excedido as expectativas iniciais, sobretudo face ao contexto pandémico, aos diversos desafios operacionais e ao contexto macroeconómico volátil. O Banco encontra-se deste modo no caminho certo para continuar a gerar valor para os seus accionistas, contribuindo igualmente para o crescimento e desenvolvimento do mercado e da economia de Angola.

O Standard Bank de Angola alcançou, no primeiro semestre de 2020, um resultado líquido de 21 mil milhões de Kwanzas, um aumento de 36% comparado com Junho de 2019. Este desempenho foi influenciado em larga medida pelo crescimento significativo do produto bancário, justificado maioritariamente pelo crescimento dos resultados cambiais, pela evolução positiva da margem financeira e pelo aumento controlado dos custos administrativos.

/02

Enquadramento Macroeconómico

/Economia Mundial

/Economia Angolana



2. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Economia Mundial

O ano de 2019 ficou marcado pela continuação da recuperação dos níveis de crescimento das principais economias mundiais, bem como pela manutenção das políticas monetárias expansionistas dos principais Bancos Centrais. Paralelamente, sentiram-se os efeitos negativos sobre a evolução do comércio mundial decorrentes das guerras comerciais e das políticas proteccionistas de algumas potências mundiais, como China e EUA.

Em 2019, a economia mundial cresceu aproximadamente 2,9%, no entanto devido ao surto mundial COVID-19, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa em Abril de 2020 que a economia mundial caísse 3% em 2020, uma previsão sem precedentes nos últimos 75 anos.

No início de 2020, as restrições à circulação de pessoas, bens e serviços e as políticas de contenção e prevenção impactaram negativamente a economia mundial. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o comércio global diminuiu 3% no primeiro trimestre de 2020, com praticamente todas as regiões do globo a sofrerem quedas significativas, sendo as exportações da América do Norte e Ásia as mais atingidas. A recuperação do comércio internacional encontra-se apenas prevista para 2021, embora bastante dependente da duração da pandemia e da eficácia das medidas em curso.

De acordo com a previsão mais recente do Fundo Monetário Internacional (Junho 2020), o crescimento global em 2020 foi revisto novamente em baixa, sendo agora projectado para atingir -4,9%, ou seja 1,9 pontos percentuais abaixo da previsão de Abril de 2020. A pandemia COVID-19 está a ter um impacto mais negativo do que o previsto inicialmente sobre a actividade económica do primeiro semestre de 2020, sendo a projecção de recuperação também mais gradual do que o previsto inicialmente. O impacto adverso nas famílias de baixos rendimentos é particularmente grave, comprometendo o progresso que tem vindo a ser alcançado na redução da pobreza extrema no mundo desde os anos 90.

Naturalmente, existe um grande grau de incerteza relativamente a todas as previsões que possam ser realizadas. Todos os países, incluindo aqueles que aparentemente já atingiram o pico das infecções, devem garantir que os seus sistemas de saúde têm os recursos necessários e adequados. A comunidade internacional deve intensificar em grande medida o seu apoio a iniciativas nacionais, inclusive por meio de assistência financeira a países com menor capacidade de intervenção.

Nos casos em que são necessários bloqueios e limitações à circulação de pessoas, bens e serviços, a política económica deve continuar a contribuir para atenuar as perdas de rendimento das famílias através de um conjunto bem direccionado de medidas, além de disponibilizar apoio às empresas que sofrem as consequências das restrições impostas à sua actividade.



Adicionalmente à pandemia, os interlocutores chave da política internacional devem cooperar de forma séria e efectiva com vista a solucionar as tensões comerciais e tecnológicas que ameaçam uma eventual recuperação da crise da COVID-19. A incerteza em torno da evolução da pandemia é um factor-chave que molda as perspectivas económicas e dificulta a caracterização de riscos futuros. A desaceleração pode ser menos severa do que o previsto, caso a normalização económica seja prosseguida mais rapidamente do que o expectável, caso por exemplo da China onde a recuperação de investimentos e serviços até Maio 2020 foi mais acelerada do que o previsto.

Os avanços médicos e a manutenção de comportamentos de distanciamento social podem permitir que os sistemas de saúde consigam lidar de forma mais efectiva no tratamento da população infectada. Por sua vez, o desenvolvimento de uma vacina eficaz elevaria certamente o sentimento de confiança e seria sem dúvida uma alavanca crucial para a recuperação da actividade económica.

Além dos impactos negativos associados à pandemia COVID-19, os elevados níveis de endividamento (nomeadamente por parte das economias desenvolvidas), a reduzida procura agregada, o aumento das tensões entre os Estados Unidos e a China em várias frentes, o desgaste das relações dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e a grande agitação social a nível mundial (ex.: movimento “*Black Lives Matter*”) representam desafios adicionais para a recuperação gradual da economia global.



Evolução das Previsões do PIB por parte Fundo Monetário Internacional

Taxas de Crescimento	Abril 2020				Junho 2020	
	2018	2019	2020	2021	2020	2021
Economia Mundial	3,6	2,9	(3,0)	5,8	(4,9)	5,4
Economias Avançadas	2,2	1,7	(6,1)	4,5	(8,0)	4,8
EUA	2,9	2,3	(5,9)	4,7	(8,0)	4,5
Zona Euro	1,9	1,3	(7,5)	4,7	(10,2)	6,0
Alemanha	1,5	0,6	(7,0)	5,2	(7,8)	5,4
França	1,8	1,5	(7,2)	4,5	(12,5)	7,3
Itália	0,8	0,3	(9,1)	4,8	(12,8)	6,3
Espanha	2,4	2,0	(8,0)	4,3	(12,8)	6,3
Japão	0,3	0,7	(5,2)	3,0	(5,8)	2,4
Reino Unido	1,3	1,4	(6,5)	4,0	(10,2)	6,3
Canadá	2,0	1,7	(6,2)	4,2	(8,4)	4,9
Outras Economias Avançadas	2,7	1,7	(4,6)	4,5	(4,8)	4,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,5	3,7	(1,0)	6,6	(3,0)	5,9
Ásia: Emergentes e em Desenvolvimento	6,3	5,5	1,0	8,5	(0,8)	7,4
China	6,7	6,1	1,2	9,2	1,0	8,2
Índia	6,1	4,2	1,9	7,4	(4,5)	6,0
ASEAN-5	5,3	4,9	(0,6)	7,8	(2,0)	6,2
Europa: Emergentes e em Desenvolvimento	3,2	2,1	(5,2)	4,2	(5,8)	4,3
Rússia	2,5	1,3	(5,5)	3,5	(6,6)	4,1
América Latina e Caraíbas	1,1	0,1	(5,2)	3,4	(9,4)	3,7
Brasil	1,3	1,1	(5,3)	2,9	(9,1)	3,6
México	2,2	(0,3)	(6,6)	3,0	(10,5)	3,3
Médio Oriente e Ásia Central	1,8	1,0	(2,8)	4,0	(4,7)	3,3
Arábia Saudita	2,4	0,3	(2,3)	2,9	(6,8)	3,1
África Subsaariana	3,2	3,1	(1,6)	4,1	(3,2)	3,4
Nigéria	1,9	2,2	(3,4)	2,4	(5,4)	2,6
África do Sul	0,8	0,2	(5,8)	4,0	(8,0)	3,5
Volume de Comércio Mundial (Bens e Serviços)	3,8	0,9	(11,0)	8,4	(11,9)	8,0
Economias Avançadas	3,4	1,5	(12,1)	7,4	(13,4)	7,2
Mercados Emergentes e Eco. em Desenvolvimento	4,5	0,1	(8,9)	10,1	(9,4)	9,4
Inflação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Economias Avançadas	2,0	1,4	0,5	1,5	0,3	1,1
Mercados Emergentes e Eco. em Desenvolvimento	4,8	5,1	4,6	4,5	4,4	4,5

Fonte: World Economic Outlook, FMI



Mercado Petrolífero

No que se refere ao sector petrolífero, a queda dos preços do petróleo no final de 2018, que então se situavam nos \$50 por barril, foi uma consequência directa de um excedente significativo da oferta face à procura. Esta situação levou à realização de uma reunião entre os membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), onde foi acordado um compromisso de diminuição de produção de petróleo em 1,2 milhões de barris por dia, no primeiro semestre de 2019.

Posteriormente, com o anúncio dos Estados Unidos de que não iria renovar as isenções que eram concedidas no passado aos compradores de petróleo iraniano, as exportações de petróleo do Irão registaram um decréscimo de 1 milhão de barris por dia e o preço do petróleo subiu novamente para \$75. A tensão sentida no Golfo do Médio Oriente e as sanções Norte Americanas aplicadas ao Irão e à China, originou posteriormente uma descida nos preços do petróleo, atingindo os \$67 por barril.

Os diversos ataques ao maior produtor mundial de petróleo, as sanções aplicadas a diversos países exportadores de petróleo e os cortes na produção de petróleo fizeram com que em 2019 o preço do petróleo subisse mais de 20%. No final do ano, após mais uma reunião dos membros da OPEP, ficou novamente decidida uma diminuição da produção de petróleo em 500 mil barris por dia no primeiro trimestre de 2020, sendo que após esta reunião o preço do petróleo se estabeleceu em \$64.

No entanto, devido à paralisação económica mundial gerada pela COVID-19, a Agência Internacional da Energia (AIE) estima que a procura mundial de petróleo caia 9,3 milhões de barris por dia em 2020, que deverá resultar num consumo mundial de cerca de 90,6 milhões de barris por dia.

Evolução da Produção, Consumo e Inventário de Petróleo (Milhões de barris/ dia)



Fonte: U.S. Energy Information Administration



Evolução do Preço do Barril de Petróleo (Brent, USD/ Barril, Sport Price)



Fonte: U.S. Energy Information Administration

COVID 19: Análise do Panorama Mundial

O novo corona vírus (COVID-19) foi detectado durante o mês de Dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Este vírus é transmitido através da proximidade entre os indivíduos, nomeadamente através de gotículas por tosse, espirros ou simplesmente através de conversas entre pessoas. Os principais sintomas incluem febre, tosse, fadiga, dificuldade respiratória, perda de olfacto e paladar, sendo que na maioria dos casos os sintomas são ligeiros e duram aproximadamente 5 dias com um período de incubação de 14 dias.

No que se refere à estabilidade e sustentabilidade da actividade económica, a grande consequência do COVID-19 tem sido o confinamento da população, de forma a evitar a disseminação da doença, contribuindo, no entanto, para uma grande limitação do funcionamento de serviços e indústrias, bem como para a circulação de bens e pessoas. A contracção dos níveis de procura e oferta, tem gerado um dos períodos de maior contracção da economia mundial desde a Grande Depressão de 1929, sendo que segundo a agência France Presse (AFP) em Abril de 2020 mais de metade da população mundial (cerca de 4 mil milhões de pessoas) estava formalmente confinada em casa. Desde a sua origem no final do ano de 2019, o vírus já atingiu mais de 170 países e originou um total de casos diagnosticados de aproximadamente 27 milhões de pessoas, sendo o continente americano o mais afectado.

Face à gravidade e amplitude dos impactos provocados pelo Covid-19, diversos países a nível mundial promoveram um suporte macroeconómico de larga escala de forma a aliviar os impactos da pandemia, o que tem contribuído para a estabilização dos mercados de capitais, embora esteja simultaneamente a contribuir para o crescimento acelerado dos níveis de endividamento público. Os Bancos Centrais das economias mais desenvolvidas, como é o caso dos EUA e da Zona Euro, têm vindo a baixar as taxas de juro para sustentar a confiança dos investidores e a política fiscal é esperada que exceda a implementada durante a crise de 2008.

Alguns Factos Cronológicos...



Fonte: New York Times ...

Relativamente ao número de testes diários, estes têm vindo a aumentar em praticamente todas as regiões do Mundo desde o início da pandemia, verificando-se uma estreita relação entre o número de casos diagnosticados e o número de testes diários realizados em cada zona do globo, o que tem gerado algumas tensões na discussão e comparação do estado da pandemia em diferentes países. Os EUA encontram-se como umas das regiões com maior número de testes realizados, que por sua vez tem conduzido a que seja líder global no número de infectados. No entanto, é o continente Europeu que apresenta o maior número de óbitos por milhão de habitantes.

Evolução do Números de Casos (TOP15 Mundial)

Localização	Total de Casos	Casos por 1 Milhão de Pessoas	Total de Recuperados	Total de Mortes
Mundial	26 961 795	3 467	18 021 000	880 955
EUA	6 292 054	19 092	3 415 338	188 815
Índia	4 204 613	3 090	3 250 429	71 642
Brasil	4 137 722	19 579	3 317 227	126 686
Rússia	1 030 690	7 024	843 277	17 871
Peru	689 977	21 474	515 039	29 838
Colômbia	666 521	13 494	518 229	21 412
África do Sul	638 517	10 864	563 891	14 889
México	634 023	5 009	442 268	67 558
Espanha	498 989	10 594	<i>Sem dados</i>	29 418
Argentina	478 779	10 654	349 119	9 859
Chile	422 510	22 113	394 399	11 592
Irão	388 810	4 666	335 572	22 410
Reino Unido	347 152	5 225	<i>Sem dados</i>	41 551
Bangladesh	325 157	1 931	221 275	4 479
França	324 777	4 842	87 447	30 701

Fonte: The New York Times, European Center for Disease Prevention and Control (data de atualização: 7 de Setembro de 2020)

Embora com o passar dos meses se perspective cada vez mais um maior controlo sobre o que poderia vir a tornar-se uma crise sanitária internacional, estando inclusivamente em curso diversos trabalhos de investigação para a descoberta de uma eventual vacina para este vírus, a verdade é que será demorada a recuperação económica por parte da grande maioria das economias mundiais. As taxas de crescimento de Produto Interno Bruto, Emprego e Comércio Internacional estão a atingir valores negativos de proporções incomparáveis face ao verificado nas últimas décadas.

De acordo com o Banco Mundial (*Global Economic Prospects*, Junho 2020), é perspectivada a seguinte evolução até ao final de 2020:

1. **Taxa de Crescimento Mundial:** -5,2%
2. **Taxa de Desemprego Mundial:** -9,4%
3. **Taxa de Crescimento do Comércio Mundial:** -13,4%

Naturalmente, todas as previsões e prognósticos que possam ser apresentados quer por parte dos Estados Nacionais quer por parte de Organizações Internacionais deverão ser interpretadas com relativa cautela face a todas as incertezas que uma crise provocada por uma pandemia acarreta. Neste sentido, existem diversas variáveis e dimensões que deverão ser questionadas, nomeadamente: formato da curva de evolução de novos casos? Novas vagas nos próximos meses? Duração dos estímulos económicos? Grau de cobertura e aplicabilidade dos estímulos económicos? Duração e abrangência dos períodos de confinamento? Grau de confiança quer de consumidores quer por parte do tecido empresarial? Capacidade de produção de uma vacina? Capacidade de resposta dos Sistemas Nacionais de Saúde? Medidas de controlo de propagação do vírus? Manutenção estrutural do teletrabalho? Momento de regresso ao local de trabalho? Adopção de novas tecnologias e da vertente digital? Alteração de hábitos de consumo e das preferências dos Consumidores?

Desafios Operacionais Sentidos pelo Sector Bancário

À semelhança da sociedade civil e do tecido empresarial dos diversos países que sentiu a necessidade de se adaptar face às exigências impostas pela pandemia, também o sector bancário sentiu fortes impactos operacionais, sobretudo no funcionamento da rede física de agências.

Neste contexto, foi visível um conjunto relevante de impactos de ordem operacional, de negócio e financeiros.

Impactos Operacionais:

- **Teletrabalho:** esta passou a ser uma nova realidade, sobretudo para os Colaboradores dos serviços centrais
- **Funcionamento das Agências:** existiram alterações ao funcionamento habitual das agências, nomeadamente através do seu encerramento temporário, da redução dos horários de funcionamento, da imposição de medidas de controlo da entrada de Clientes nas agências ou ainda através da obrigatoriedade do uso de máscaras nas agências
- **Canais Presenciais:** existiu uma aceleração na evolução e adopção dos canais não presenciais, destacando a adaptação dos canais de apoio a Clientes (ex.: *Call centers*) para o funcionamento à distância, bem como o desenvolvimento dos canais digitais de forma a acomodarem melhores níveis de serviço
- **Processos:** adaptação, revisão e flexibilização de processos para actividades como a adesão a Canais Digitais, troca de documentação em formato digital, mecanismos de autenticação e contratação à distância, entre outros

Impactos de Negócio:

- **Moratórias de crédito:** disponibilização de soluções complementares às existentes actualmente
- **Linhas de Crédito:** reforço da canalização de fundos disponibilizados para a economia
- **Novo negócio:** redução do volume de novas operações, sobretudo na produção de crédito
- **Comissões:** isenção para transacções como transferências em canais digitais, pedido de cartões de débito e utilização de TPAs
- **Produtos e serviços:** reforço da flexibilização do acesso e do portfolio disponível para contratação através da utilização de canais digitais

Impactos Financeiros:

- **Rentabilidade das Instituições:** apesar dos impactos provocados pelo Covid-19 ainda serem limitados na informação do 1º trimestre, tem sido evidente em diversas instituições financeiras o reforço das **imparidades e provisões**, devido ao expectável aumento de incumprimento, contribuindo para o aumento do custo do risco

Dimensões a Analisar no Futuro

Face a estas incertezas e potenciais impactos, os líderes do sector bancário têm vindo a reflectir sobre um conjunto de dimensões de forma a capacitarem as suas Organizações para o actual contexto, em particular:

1. Mitigação dos impactos dos *Non-Performing Loans* (NPLs)

- Previsão sobre o impacto do fim das moratórias de crédito
- Incerteza relativamente à duração de alívios regulatórios (capital e liquidez)
- Equilíbrio entre apoio a Clientes e gestão do incumprimento de crédito

2. Transformação da abordagem ao risco de crédito

- Implementação de modelos de *rating forward looking* com dados de transacções em tempo real
- Implementação de abordagens diferenciadas por sectores de actividade e Clientes
- Revisão dos processos de planeamento e cenarização

3. **Optimização de Custos**

- Cancelamento ou redução de novos investimentos
- *New wave of downsizing* (ex.: rede física de agências, Recursos Humanos)
- Centralização/ regionalização por parte de *players* globais

4. **Aceleração da Transformação Digital**

- Aumento acelerado da adoção digital
- Desenvolvimento dos canais digitais e transformação jornadas *end-to-end*

5. **Reflexão sobre Modelos de Distribuição**

- Existência de um número mais reduzido de agências e com diferentes conceitos
- Revisão das funções e competências das equipas
- Crescimento da Gestão Remota de Clientes e *revamp* de *Contact Centers*
- Reforço dos canais digitais

6. **Evolução do Modelo Operativo**

- *New ways of working* e papel do teletrabalho
- Prolongar para o período pós-covid processos de tomada de decisão mais ágeis, repensando Estruturas e Governação

7. **Repensar Drivers de Receita**

- Reforço da personalização (*analytics driven*)
- Maior apetite para testar novas fontes de receita (ex.: *marketplace*, monetização de informação)

8. **Oportunidades de Fusões & Aquisições (M&A)**

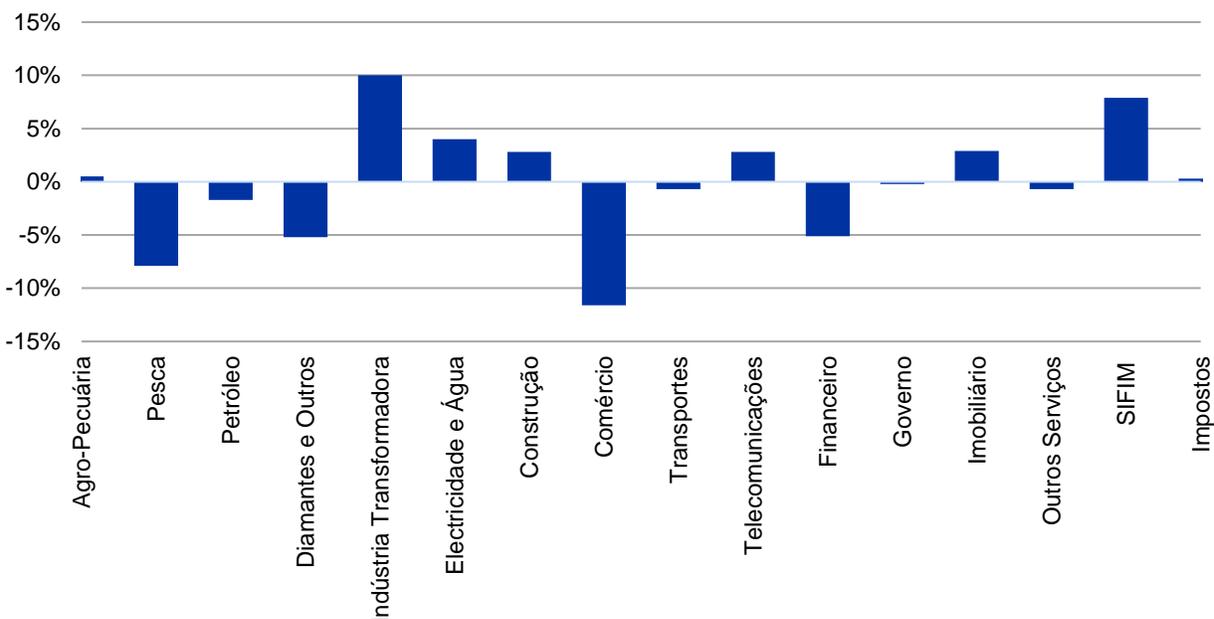
- Risco de subsistência de Bancos locais
- Reflexão sobre o posicionamento internacional de algumas Organizações
- Integração de *fintechs* e parcerias com Organizações incumbentes



2.2. Economia Angolana

De acordo com o FMI, existiu uma revisão em baixa do crescimento económico de Angola para -4,0% (-1,4% perspectivado em Abril), em linha com a recessão esperada para o conjunto da África Subsariana (-3,2%). Neste sentido, de acordo com o FMI a economia angolana deverá continuar em recessão pelo quinto ano consecutivo, em virtude da redução da produção petrolífera, do preço do barril de petróleo, mas igualmente pela quebra da economia não petrolífera e da actividade comercial. Por sua vez, o INE anunciou que o PIB do primeiro trimestre variou -1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificando esta contracção pelas actividades de Pesca (-7,9%), Petróleo (-1,7%), Extracção de Diamantes (-5,2%), Comércio (-11,6%) e Financeiro (-5,1%).

Varição percentual homóloga do PIB em volume, por Actividade Económica (1ºTrim. 2020)

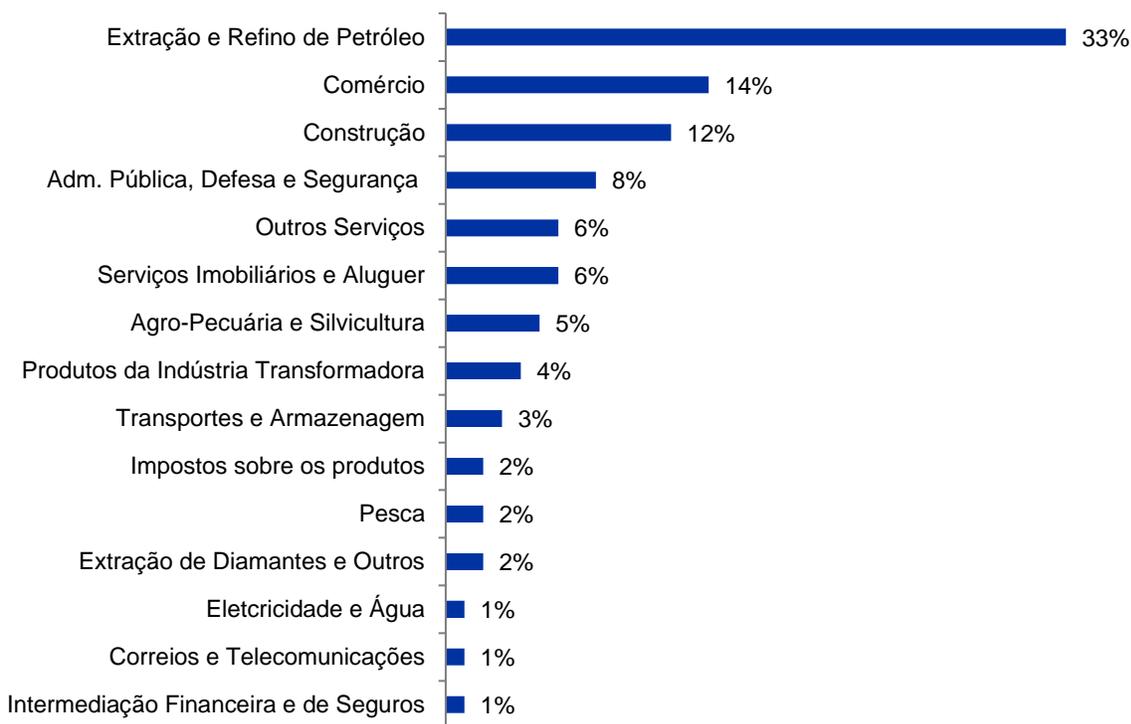


Fonte: Departamento de Contas Nacionais e Coordenação Estatística

No que se refere à contribuição para o desempenho do PIB ao longo do primeiro trimestre de 2020, as actividades que mais se destacaram foram a “Extracção e Refino de Petróleo” com 33%, seguida do “Comércio” com 14%, “Construção” com 12%, “Administração Pública” com 8%, “Outros Serviços” com 6%, “Serviços Imobiliários e Aluguer” com 6% e “Agro-Pecuária e Silvicultura” com 5%.



Participação das Actividades no PIB (1º Trimestre de 2020)



Fonte: Departamento de Contas Nacionais e Coordenação Estatística

O agravamento das condições de mercado face à pandemia COVID-19, levou a um conjunto de acordos estabelecidos entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e os seus parceiros (OPEP+) no sentido de reduzir a produção petrolífera e equilibrar o preço do barril de petróleo, que tem registado uma queda acentuada face à quebra dos níveis da procura.

Para 2020, o Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2020 previa que a produção petrolífera aumentasse após os inúmeros choques desde 2016. No entanto, em Abril de 2020, a OPEP e os seus principais parceiros acordaram um corte na produção de 9,7 milhões de barris por dia (bpd) em Maio e Junho, de forma a fazer face à queda das cotações do barril de petróleo. No âmbito do mesmo acordo foi também determinada uma redução de 7,7 milhões de barris entre Julho e Dezembro de 2020 e 5,8 milhões entre 1 de Janeiro de 2021 e 30 de Abril de 2022. No caso angolano, a redução será na ordem dos 18% até 2022 com uma previsão de produção revista para 2020 de 1 360 milhões de barris por dia.



Evolução da Produção Petrolífera em Angola (Milhares de barris/dia)



Fonte: JODI Oil Dataset

Por sua vez, também a economia não-petrolífera voltou a recuar face aos trimestres anteriores onde tinha vindo a apresentar sinais de algum crescimento e dinamismo. A economia angolana apresenta actualmente uma elevada dependência de um só produto de exportação (petróleo), bem como reduzidos níveis de investimento privado e público na dinamização da economia nacional. Uma vez que o sector do petróleo ainda responde por um terço do PIB, cerca de 96% das exportações e 65% das receitas fiscais, as reformas estruturais de Angola são fundamentais para conseguir alterar este enquadramento.

Segundo o FMI, o período de recessão da economia de Angola é a consequência de três grandes factores: i) as medidas de contenção que prejudicam a actividade económica, ii) os efeitos do abrandamento da economia global, que se encontra igualmente em recessão e, iii) a forte queda do preço do petróleo.

Deste modo, o regresso a taxas de crescimento positivas fica reservado para 2021, onde o FMI prevê uma taxa de crescimento da economia de 3,2%. Este movimento deverá ser suportado pela combinação de um conjunto de factores como a recuperação do preço do barril de petróleo, políticas do Executivo Angolano e das negociações com credores e parceiros multilaterais (ex.: FMI e Banco Mundial). Naturalmente que, todas as previsões estarão dependentes da extensão/ prolongamento dos períodos de confinamento impostos pela pandemia COVID-19 e sobre uma eventual segunda vaga.

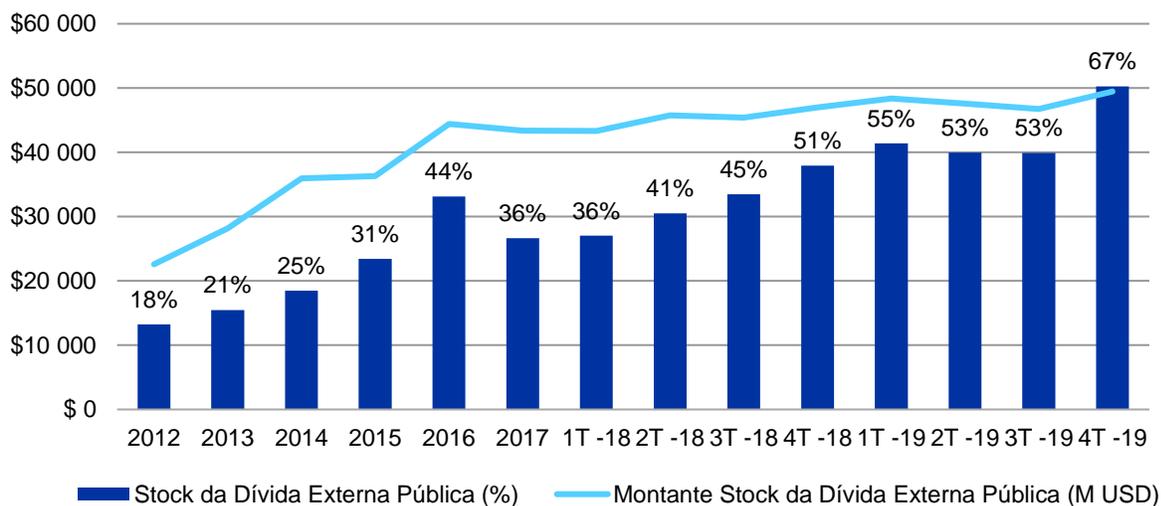
O actual panorama económico, combinado com o fraco desempenho do sector petrolífero e ainda uma estrutura económica pouco robusta, condicionam o rendimento disponível das famílias, o nível de emprego e a quantidade de poupança pública, que consequentemente, inibem o consumo, o crescimento da produção e do investimento. Neste contexto, o investimento público deverá continuar a receber uma atenção especial do Executivo, dado que é uma alavanca importante para o crescimento do PIB.

No entanto, o crescimento acentuado da dívida pública de Angola poderá ser um factor bloqueante ao reforço do investimento público, na medida em que ao longo dos últimos anos tem existindo um crescimento sucessivo deste indicador, que alcançou no primeiro trimestre de 2020 cerca de USD 49 mil



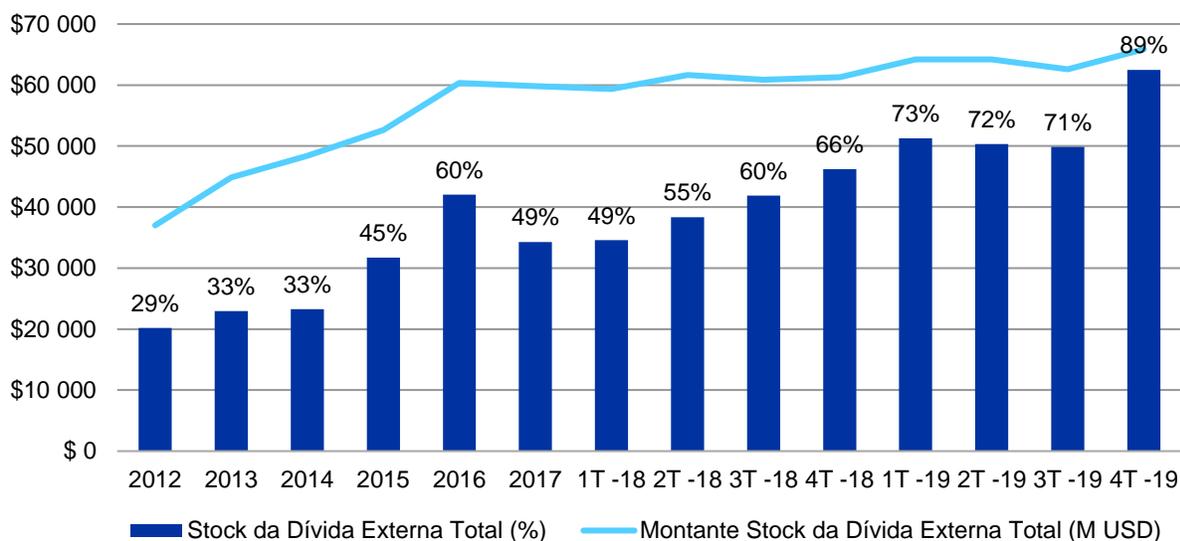
milhões, representando cerca de 70% do PIB nacional. Esta realidade deverá implicar que ao longo dos próximos anos o Executivo Angolano aloque uma parte significativa das suas receitas à amortização da dívida, penalizando assim o investimento destes montantes na dinamização da actividade económica.

Dívida Pública: Montante Total (milhões de USD) e em Percentagem do PIB



Fonte: BNA/DES

Dívida Externa Total: Montante Total (milhões de USD) e em Percentagem do PIB



Fonte: BNA/DES

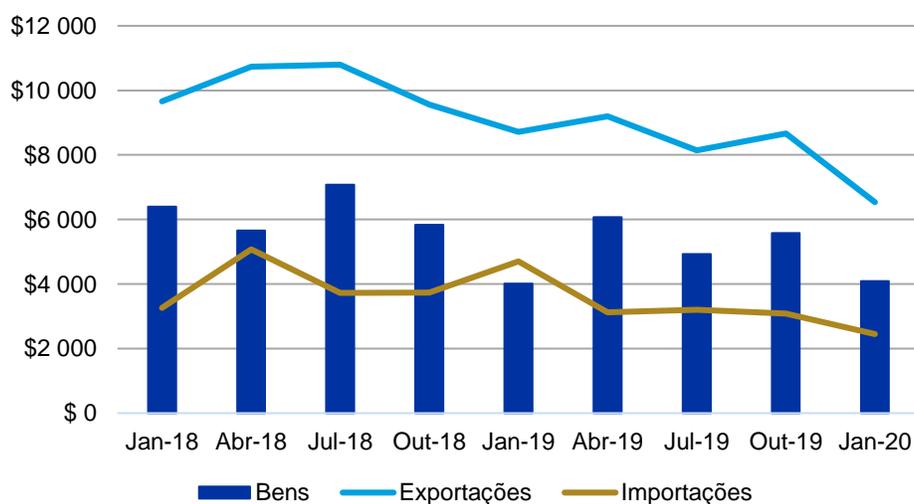


Comércio Externo e Reservas Internacionais

A Conta de Bens continua a apresentar um saldo positivo, embora se verifique uma redução do seu superavit em aproximadamente 12%, passando de USD 4,63 mil milhões no quarto trimestre de 2019 para USD 4,10 mil milhões no primeiro trimestre de 2020. Esta redução é fundamentalmente justificada pela queda do valor das exportações em USD 1,24 mil milhões (16%) para USD 6,48 mil milhões, acima da redução em USD 704 milhões do valor das importações (23%) para USD 2,4 mil milhões. Por sua vez, a quebra no valor das exportações foi influenciada pelo efeito combinado do declínio da quantidade exportada de petróleo, bem como do preço do barril de petróleo. Adicionalmente, a exportação de diamantes (que representa o produto não petrolífero com maior peso nas exportações de Angola) também registou uma redução de aproximadamente 22% no valor das suas exportações.

O declínio do valor das importações é essencialmente explicado pela quebra no valor das importações de alimentos (16%), de combustíveis (36%) e de outros produtos, dos quais se destaca a classe das “máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos” (56%). No que diz respeito à origem dos bens importados, China e Portugal mantêm-se como os principais países fornecedores de Angola.

Exportações, Importações e Saldo da Conta de Bens (milhões de USD)



Fonte: BNA/DES



Evolução das Exportações e Importações (milhões de USD)

	1T-18	2T-18	3T-18	4T-18	1T-19	2T-19	3T-19	4T-19	1T-20
Exportações	9 660	10 734	10 797	9 567	8 716	9 200	8 141	8 669	6 537
Sector petrolífero	9 367	10 397	10 505	9 140	8 288	8 957	7 826	8 294	6 202
Sector diamantífero	235	295	243	379	388	216	275	335	302
Outros sectores	58	42	49	48	40	27	39	40	32
Importações	3 266	5 075	3 724	3 734	4 706	3 126	3 208	3 086	2 450
Bens de consumo corrente	2 138	2 338	2 280	2 503	1 946	2 072	2 070	1 943	1 528
Bens de consumo intermédio	316	396	535	421	423	385	406	394	332
Bens de capital	812	2.341	909	810	2.337	669	732	750	590

Fonte: BNA/DES

Política Monetária

Durante o mês de Junho de 2020, o Estado Angolano emitiu aproximadamente AOA 116 mil milhões em títulos do tesouro, sendo que 22% deste valor corresponde a Bilhetes do Tesouro e o restante a Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (desde 18 meses a 4 anos).

Relativamente à política monetária, o Comité de Política Monetária (CPM) do BNA reuniu-se duas vezes em sessão ordinária sendo a primeira em Janeiro e a segunda de forma antecipada em Março, tendo decidido entre outras medidas:

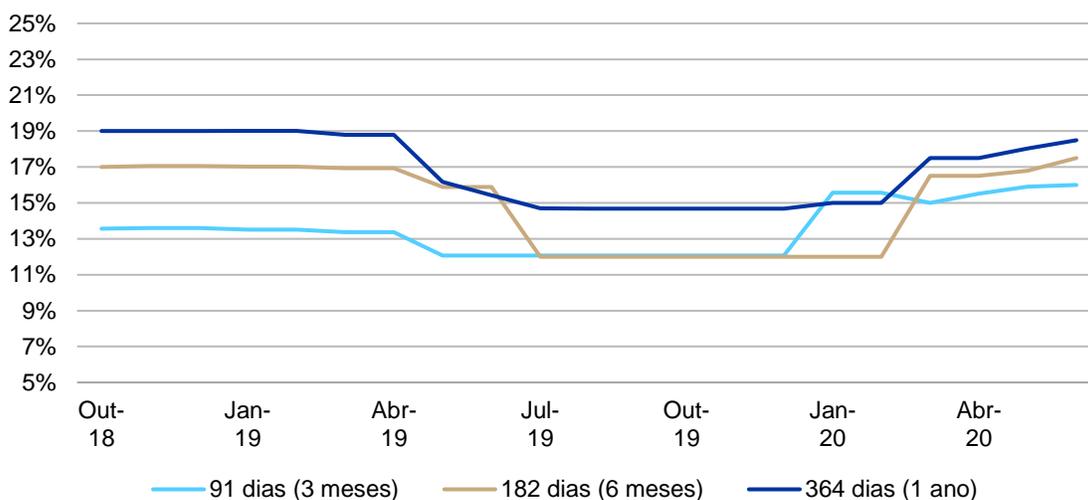
- Manter a taxa básica de Juro, Taxa BNA, em 15,50;
- Manter em 22% e 15% os coeficientes de reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira, respectivamente.

No intuito de fazer face aos impactos negativos da pandemia da COVID-19 sobre a economia nacional e de acordo com a Análise da Conjuntura Económica e Financeira para o primeiro trimestre de 2020 do BNA, o CPM tomou igualmente um conjunto de medidas de estímulos ao sector não petrolífero da economia, visando apoiar a recuperação do seu crescimento:

- Estabelecimento de uma linha de liquidez com valor máximo de AOA 100 mil milhões para a aquisição de títulos públicos em posse das Pequenas, Médias e Grandes Empresas;
- Isenção dos limites de liquidação por instrumento para importação de bens da cesta básica alimentar e medicamentos.

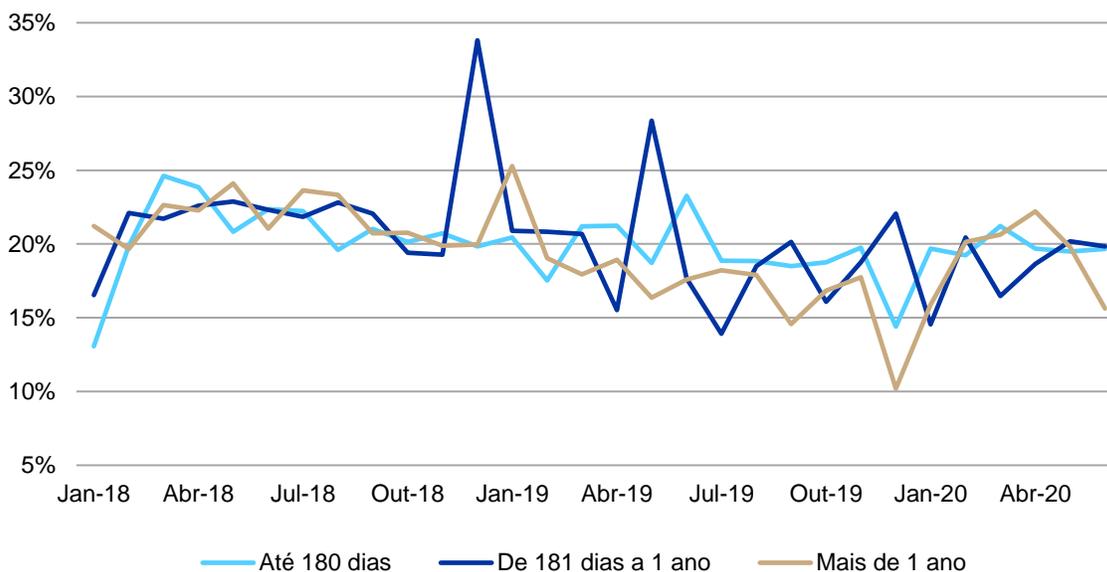


Taxas de Juro dos Bilhetes do Tesouro (anual, em percentagem)



Fonte: Banco Nacional de Angola

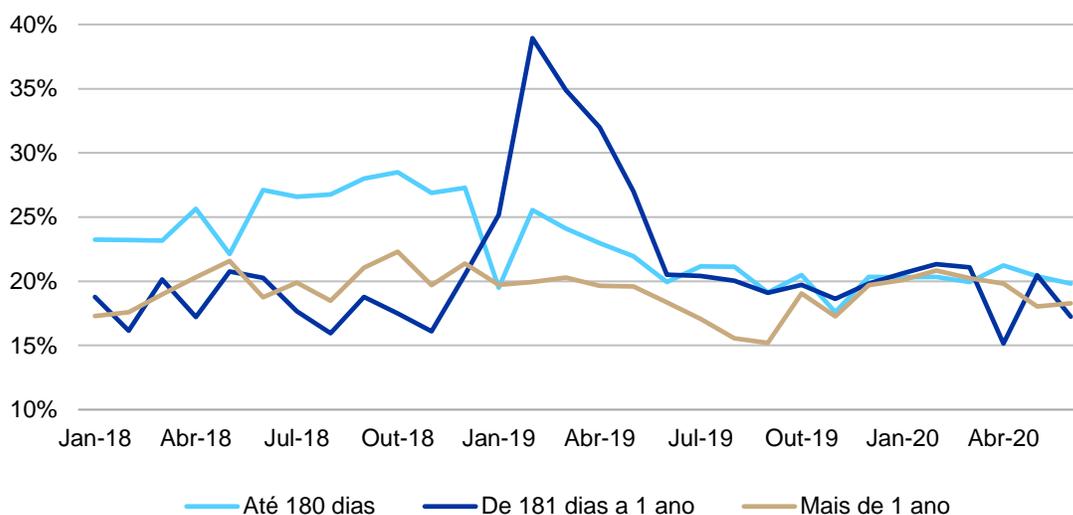
Taxa de Juro do Crédito a Empresas em Moeda Nacional (em percentagem)



Fonte: Banco Nacional de Angola

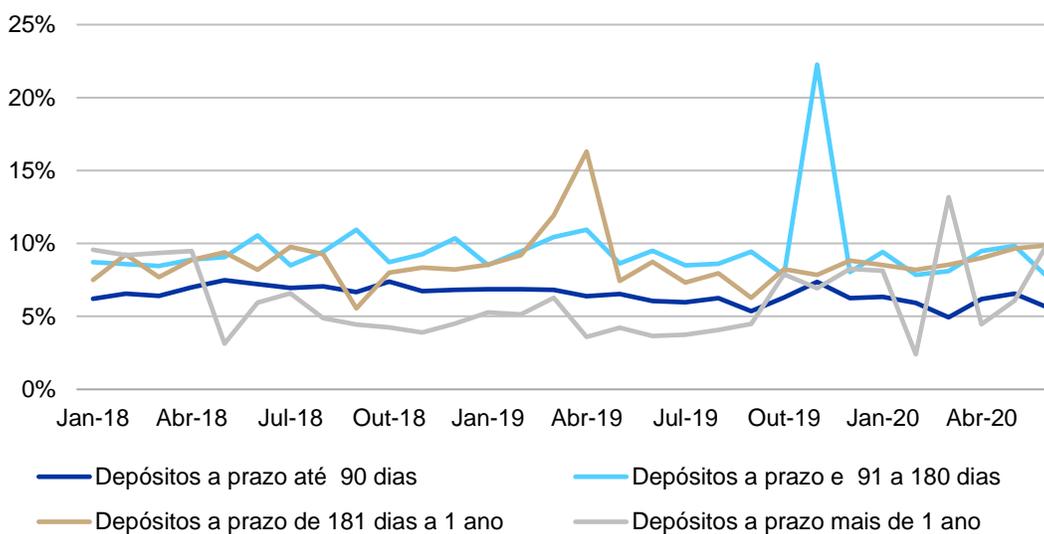


Taxa de Juro do Crédito a Clientes Particulares em Moeda Nacional (em percentagem)



Fonte: Banco Nacional de Angola

Taxa de Juro dos Depósitos em Moeda Nacional (em percentagem)



Fonte: Banco Nacional de Angola

A taxa de inflação tem vindo a reduzir, fruto dos esforços na gestão da política monetária, sendo que em Junho de 2020 foi de 12%, contra os 17% em 2019. Temos assistido a uma desaceleração da taxa de inflação ao longo dos últimos anos, em resultado da adopção de medidas de estabilização



macroeconómica pelo Executivo e reforçadas pelo apoio financeiro e técnico do Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado (Extended Fund Facility – EFF).

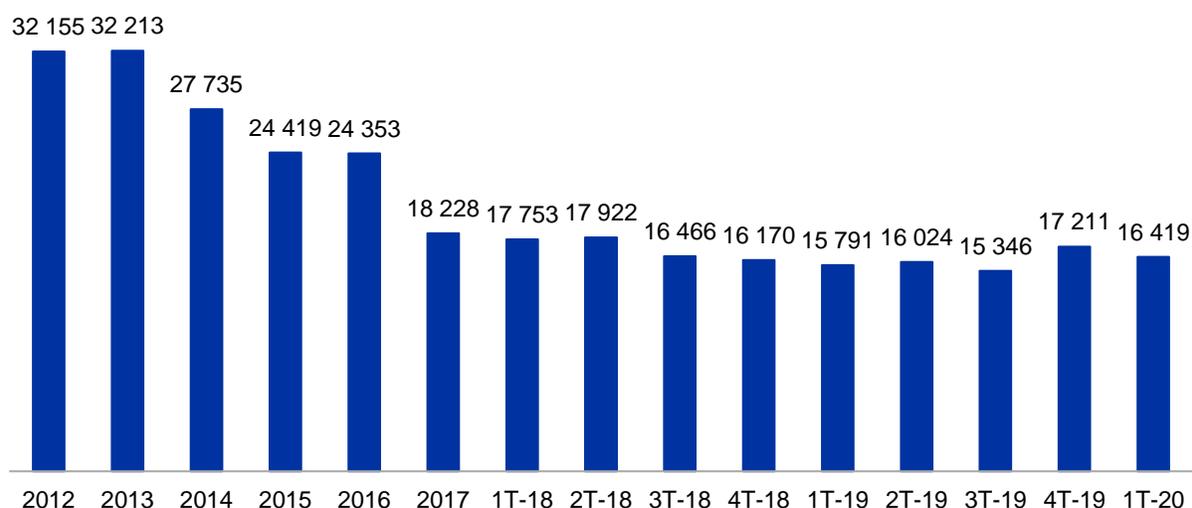
Política Cambial

Relativamente à política cambial, no primeiro trimestre de 2020, o BNA deu continuidade ao processo de liberalização do mercado cambial tendo iniciado a venda de divisas pelas empresas petrolíferas directamente aos Bancos comerciais e tendo definido a taxa de câmbio de referência, pela média das taxas de câmbio apuradas durante as transacções realizadas na plataforma *Bloomberg*. No primeiro trimestre de 2020, o kwanza face ao dólar norte-americano no mercado cambial primário (Taxa de Referência) depreciou-se em 10,15%, tendo-se fixado em USD/Kz 536,68.

Apesar das melhorias graduais no mercado cambial, ainda se observam algumas restrições que impedem a correcta actividade do mercado. Desta forma, o BNA pretende continuar com um regime de taxa de câmbio flexível até ao fim do programa de financiamento do FMI com o objectivo de controlar de forma mais eficiente a evolução da taxa de inflação. Consequentemente, registou-se um aumento na venda de divisas em moeda estrangeira, trazendo maior regularidade e previsibilidade ao mercado, bem como maior eficiência na distribuição de moeda estrangeira.

Um dos objectivos do Executivo consiste em manter as Reservas Líquidas Internacionais num nível adequado e estável. Para tal, a captação de um nível óptimo de financiamento externo para cobrir o défice da conta corrente é crucial para não se verificar uma elevada pressão sobre as Reserva Internacionais.

Evolução das Reservas Internacionais Brutas (milhões de USD)



Fonte: BNA/DES



De acordo com o Banco Nacional de Angola, o stock de Reservas Internacionais Brutas (RIB) diminuiu em 4,60% no final de Março de 2020 em relação à posição de Dezembro de 2019 (USD 17,21 mil milhões), tendo atingido o montante de USD 16,42 mil milhões, o que corresponde a um grau de cobertura de importações de bens e serviços de 12,39 meses. Por sua vez, a redução do volume de importações de bens e serviços em 2020 na sequência dos impactos da pandemia da COVID-19, tem criado a oportunidade para uma maior aposta no desenvolvimento da produção nacional.

/03

Principais Indicadores



3. Principais Indicadores

UN: Milhares de AOA

	2020 JUNHO	2019 JUNHO	VARIAÇÃO	2019
 MARGEM FINANCEIRA	22 635 747	19 033 082	 19%	39 369 666
 RES. DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	12 861 649	3 639 023	 253%	13 504 978
 RES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	3 827 446	3 918 324	 2%	7 217 695
 PRODUTO BANCÁRIO	38 023 616	27 780 622	 37%	61 106 191
 RESULTADO LÍQUIDO	21 430 334	15 782 260	 36%	32 127 689
 RETURN-ON-EQUITY (ROE)	39%	39%		40%
 RÁCIO DE EFICIÊNCIA	37%	39%	 2 pp	39%
 ACTIVO	695 719 028	504 483 659	 38%	606 237 294
 IMPARIDADE DE CRÉDITO/ CRÉDITO	2%	2%		2%
 SOLVABILIDADE REGULAMENTAR	34%	32%	 2 pp	28%
 NON-PERFORMING LOANS (NPL)	1%	2%	 1 pp	1%

/04

Modelo de Governação e Estratégia

/Modelo de Governação Corporativa

/Estratégia e Modelo de Negócio



4. Modelo de Governação e Estratégia

4.1. Modelo de Governação Corporativa

O Standard Bank de Angola tem um modelo de Governação Corporativa assente numa estrutura coerente de gestão de risco e adequado aos seus processos organizativos, de forma a cumprir rigorosamente com as leis e regulamentos do país aplicáveis à actividade bancária, e observa as regras e outros normativos emitidos pelas autoridades reguladoras, como o Banco Nacional de Angola, Comissão de Mercados de Capitais, Autoridade Geral Tributária, entre outros.

O modelo de governação corporativa é composto pelos seguintes mecanismos:

- Políticas que regulam a participação dos accionistas no Banco, sendo de especial relevância as referentes ao exercício dos seus direitos Estatutários;
- Políticas do Conselho de Administração, das suas Comissões e da Comissão Executiva;
- Procedimentos internos que contêm uma série de princípios e regras concretas de actuação, que estão contidas no código de conduta;
- Organograma que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades dos diferentes órgãos. A distribuição dos pelouros sob alçada de cada administrador executivo é feita de forma a procurar garantir a segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo;
- Instrumentos utilizados para melhorar a informação prestada aos accionistas (com destaque para o Relatório de Gestão & Contas e a página institucional do Banco na internet) e processos destinados a fazer com que esta informação seja precisa, completa e tempestiva, incluindo tudo o que está vinculado à relação com o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

Estrutura de Governação Corporativa



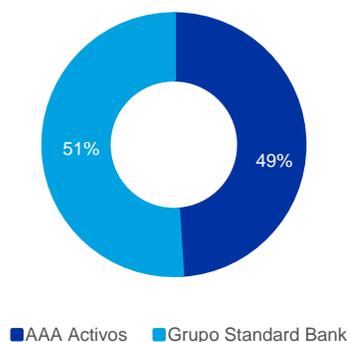


Estrutura Accionista

O Standard Bank de Angola é uma sociedade de direito angolano, sediada no município de Belas, Talatona, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o número 631-10 e registo no Banco Nacional de Angola (BNA) sob o número 60.

O BNA emitiu a sua licença bancária no dia 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O capital social do Banco é de AOA 9 530 007 milhares e encontra-se dividido em 1 milhão de acções, com o valor nominal unitário de AOA 9 530. Relativamente à estrutura accionista, os dois maiores accionistas são o Grupo Standard Bank e a AAA Activos Lda., com 51% e 49%, respectivamente.



Áreas de Controlo Interno





Órgãos Sociais

De modo a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os membros dos Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

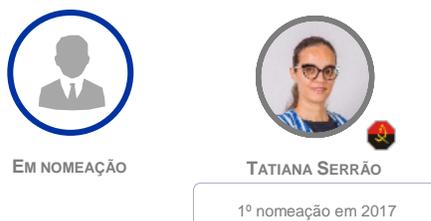
A estrutura de Governança Corporativa do Standard Bank de Angola segrega funções e responsabilidades entre os diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.



Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os accionistas do Standard Bank de Angola e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são eleitos por mandatos de 4 anos.

A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte.



A Assembleia Geral tem como competência:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da mesa da Assembleia Geral;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade;
- Aprovação das remunerações dos membros dos Órgãos Sociais;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos, incluindo o aumento ou a redução do capital inicial
- Dissolução e liquidação da Sociedade;



- Decisão de qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em qualquer momento.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente este Órgão é composto por 7 membros, que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os administradores têm acesso ilimitado à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

A composição do Conselho de Administração é a seguinte:

 <p>OCTÁVIO CASTELO PAULO</p> <p>Última nomeação em 2018</p>	 <p>LUÍS TELES</p> <p>Última nomeação em 2018</p>	 <p>EDUARDO CLEMENTE</p> <p>Última nomeação em 2018</p>	 <p>IVO VICENTE</p> <p>Última nomeação em 2017</p>
 <p>ANTÓNIO COUTINHO</p> <p>Última nomeação em 2017</p>	 <p>CARLOS VICENTE</p> <p>Última nomeação em 2017</p>	 <p>YONNE CASTRO</p> <p>Última nomeação em 2019</p>	

O Conselho de Administração tem como competência:

- Controlo e supervisão da actividade do Banco, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, sendo a gestão corrente da Sociedade delegada na Comissão Executiva;
- Órgão decisório máximo do Banco com responsabilidade última em matéria de governação.



Comissão Executiva

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da sociedade, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por lei e pelos estatutos do Banco. É constituída pelo presidente da Comissão Executiva e por dois administradores executivos. Participam nas reuniões da Comissão Executiva os membros convidados, indicados pelos Administradores Executivos.



A Comissão Executiva tem poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste Órgão e na lei.

Conselho Fiscal

O Conselho fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a gestão da Sociedade, zelar pela observância da lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por 2 membros, um Presidente e um Vogal, em mandatos de 4 anos. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos estatutos do Banco.

O Conselho Fiscal tem como função a fiscalização da administração da Sociedade, zelar pela observância da lei e dos Estatutos e verificar os registos contabilísticos e financeiros



Auditor Externo

A fiscalização externa do Banco actualmente é assegurada pela empresa de auditoria PWC Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso do BNA n.º 04/2014, de 22 de Abril de 2014, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautela a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com



reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

Comités do Conselho de Administração



Reuniões



Membros



Presidente



Convidados

COMITÉ DE AUDITORIA

REUNIÕES TRIMESTRAIS

Adm. NÃO EXECUTIVO

1 MEMBRO CONSELHO FISCAL E 1 ADM. NÃO EXECUTIVO

RESPONSABILIDADES

- Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos, e avaliação do Sistema de Controlo Interno
- Assegurar que os riscos inerentes à actividade do Banco são adequadamente geridos e monitorizados
- Analisar a situação financeira do Banco
- Dirigir recomendações ao Conselho de Administração relativas a assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos, assegurando uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as entidades reguladoras

COMITÉ DE RISCO

REUNIÕES TRIMESTRAIS

Adm. NÃO EXECUTIVO INDEPENDENTE

1 ADM. NÃO EXECUTIVO E 1 ADM. EXECUTIVO

RESPONSABILIDADES

- Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco
- Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco
- Supervisionar a implementação da estratégia de risco
- Supervisionar a função de gestão de risco

COMITÉ DE GOVERNAÇÃO DE CRÉDITO

REUNIÕES TRIMESTRAIS

Adm. NÃO EXECUTIVO INDEPENDENTE

1 ADM. NÃO EXECUTIVO E 1 ADM. EXECUTIVO

RESPONSABILIDADES

- Assegurar uma efectiva governação de crédito
- Garantir uma adequada gestão da carteira de crédito
- Monitorizar o crédito concedido
- Controlar o risco de crédito, incluindo o risco do País

COMITÉ DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO

REUNIÕES TRIMESTRAIS

PRESIDENTE COMISSÃO EXECUTIVA

1 ADM. NÃO EXECUTIVO E 1 EXECUTIVO

1 ADM. NÃO EXECUTIVO

RESPONSABILIDADES

- Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco, bem como zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores
- Gerir a componente de recursos humanos nas suas várias vertentes, nomeadamente na definição de políticas e procedimentos
- Nomear Directores
- Acompanhar a componente da avaliação de desempenho
- Definir as políticas de recrutamento e contratação do Banco

COMITÉ DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

REUNIÕES TRIMESTRAIS

Adm. NÃO EXECUTIVO

1 ADM. NÃO EXECUTIVO E 1 ADM. EXECUTIVO

RESPONSABILIDADES

- Definir a estratégia relacionada com tecnologia de informação e o seu alinhamento com a estratégia e os objectivos gerais do Banco, nomeadamente desenvolver ou implementar novas tecnologias e sistemas
- Monitorizar o progresso dos principais projectos relacionados com tecnologia de informação



Comités da Comissão Executiva

COMITÉ DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO

RESPONSABILIDADES

- Impulsionar a implementação e execução das directrizes e projectos aprovados pela Comissão Executiva
- Este Comité tem carácter puramente operacional e questões estratégicas relativas ao mesmo devem ser encaminhadas para a Comissão Executiva



REUNIÕES
MENSAIS



POR ELEIÇÃO DOS
MEMBROS



GESTORES
E TÉCNICOS SENIORES INDICADOS PELOS
MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

COMITÉ DE GESTÃO DE RISCO

RESPONSABILIDADES

- Formular estratégias de gestão risco
- Desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração, obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes
- Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias de modo a promover uma gestão adequada de risco
- Rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) ao quadro de risco
- Garantir a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias, devendo ser geridos de forma eficaz, e em linha com os níveis de risco aprovados pela Administração



REUNIÕES
MENSAIS



ADM. EXECUTIVA



DIRECTORES DE RISCO,
FINANCEIRO, CIB, PBB,
RISCO OPERACIONAL,
COMPLIANCE, OPERAÇÕES,
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO,
CAPITAL HUMANO,
JURÍDICO E BANCA
TRANSACCIONAL

COMITÉ DE ACTIVOS E PASSIVOS

RESPONSABILIDADES

- Estabelecer as linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, risco de taxa de juro e cambial



REUNIÕES
MENSAIS



PRESIDENTE DA
COMISSÃO EXECUTIVA



DIRECTORES CIB, PBB,
FINANCEIRO, MERCADO
DE CAPITAIS E RISCO

COMITÉ DE RISCO DE CRÉDITO

RESPONSABILIDADES

- Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral, para uma consistente e unificada governação
- Identificação, avaliação, gestão e comunicação do risco de crédito
- Para fins do cumprimento dos seus deveres e responsabilidade, este Comité tem o direito de delegar responsabilidades aos Subcomités e/ou indivíduos dentro dos mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.



REUNIÕES
MENSAIS



DIRECTOR DE
RISCO



PRESIDENTE DA COMISSÃO
EXECUTIVA, DIRECTOR DE
CRÉDITO DO CIB, DIRECTOR DE
CRÉDITO DO PBB, DIRECTOR DO
CIB E DIRECTOR DO PBB

COMITÉ DE PRICING

RESPONSABILIDADES

- Definir e rever a estratégia de *pricing* do Banco, tendo em conta os produtos e segmentos em que este se pretende posicionar, a análise da concorrência, o risco de crédito e outras condicionantes de mercado



REUNIÕES
TRIMESTRAIS



DIRECTOR
FINANCEIRO



DIRECTORES CIB, PBB,
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO,
COMPLIANCE, MERCADO DE
CAPITAIS, BANCA
TRANSACCIONAL E RISCO



COMITÉ DE NOVOS PRODUTOS

RESPONSABILIDADES

- Avaliar e aprovar novos produtos, canais e propostas de serviços



REUNIÕES
MENSAIS



DIRECTOR
FINANCEIRO



DIRECTORES DO CIB, PBB,
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO,
COMPLIANCE, MERCADO DE
CAPITAIS, BANCA TRANSACCIONAL,
RISCO, DESENVOLVIMENTO DE
NEGÓCIO, BANCA DE INVESTIMENTO,
JURÍDICO E MARKETING

COMITÉ DE COMPRAS

RESPONSABILIDADES

- Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiros, de acordo com os objectivos do Banco a curto, médio e longo prazo
- Assegurar que todas as propostas, alterações aos contratos e reclamações são resolvidos seguindo um procedimento justo e imparcial em que todas as ocorrências são sujeitas a uma avaliação adequada
- Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contratos com os objectivos do negócio



REUNIÕES
MENSAIS



DIRECTOR
FINANCEIRO



GESTOR DE *PROCUREMENT* E
DIRECTORES DE OPERAÇÕES,
TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO, JURÍDICO, CIB,
PBB E RISCO

COMITÉ DE CONTROLO INTERNO FINANCEIRO

RESPONSABILIDADES

- Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação do controlo interno financeiro do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro



REUNIÕES
MENSAIS



DIRECTOR
FINANCEIRO



DIRECTORES DO CIB, PBB,
CONTABILIDADE, SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO, OPERAÇÕES E
CONTROLO INTERNO

COMITÉ DE GESTÃO DE PROJECTOS

RESPONSABILIDADES

- Garantir o alinhamento do investimento considerado “*Change the Bank*”, nas áreas de Sistemas de Informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo Banco e ser pertinente com as do Grupo Standard Bank
- Garantir que os projectos são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos



REUNIÕES
MENSAIS



PRESIDENTE DA
COMISSÃO EXECUTIVA



DIRECTORES DE OPERAÇÕES,
TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO, PBB, CIB,
FINANCEIRO, RISCO E
AUDITORIA INTERNA

COMITÉ DE ANÁLISE DE CLIENTES DE ALTO RISCO

RESPONSABILIDADES

- Aprovar as relações com Clientes quando estes possam ter implicações a nível de risco reputacional para o Banco
- Garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo Pessoas Politicamente Expostas (PEP)



REUNIÕES
SEMANAIS



PRESIDENTE DA
COMISSÃO EXECUTIVA



DIRECTORES DO PBB,
CIB, RISCO,
COMPLIANCE E
JURÍDICO



COMITÉ DE EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

RESPONSABILIDADES

- Procura ter uma visão global do nível de reclamações, solicitações de Clientes, quebras dos prazos acordados, campanhas de serviços, formações e eventos, de forma a melhorar a cultura organizacional e otimizar de forma consistente a experiência do Cliente com o Banco



REUNIÕES
MENSAIS



ADM. EXECUTIVA



ADM. EXECUTIVO, DIRECTORES
DO CIB, PBB, SERVIÇOS,
OPERAÇÕES, TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E CAPITAL HUMANO

COMITÉ EXECUTIVO DE CAPITAL HUMANO

RESPONSABILIDADES

- Tem como objectivos primordiais aprovar a política de remuneração do Banco, bem como a responsabilidade pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores, acompanhar a componente de avaliações periódicas de desempenho, políticas de recrutamento, rever e aprovar políticas e procedimentos relacionados com o Capital Humano



REUNIÕES
MENSAIS



PRESIDENTE DA
COMISSÃO EXECUTIVA



ADM. EXECUTIVO,
DIRECTORES DO CIB, PBB
E CAPITAL HUMANO.

COMITÉ DE GOVERNAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÃO

RESPONSABILIDADES

- Visa estabelecer a estratégia de gestão de dados e informação, bem como as prioridades e decisões de investimentos de sistemas para os principais programas



REUNIÕES
MENSAIS



PRESIDENTE DA
COMISSÃO EXECUTIVA



ADM. EXECUTIVO, DIRECTORES
DO CIB, PBB, COMPLIANCE,
RISCO, JURÍDICO, TECNOLOGIAS
DE INFORMAÇÃO E DATA OFFICER

Sistema de Controlo Interno

Nos últimos anos, o Standard Bank de Angola tem vindo a realizar um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno robusto e eficiente que lhe permita assegurar a execução das suas operações a acrescentar efectivamente valor para os nossos clientes.

Através do aumento da eficácia dos processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez financeira e aperfeiçoado o seu sistema de controlo interno.

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto integrado de políticas e processos, com carácter permanente e transversal a toda a instituição, realizados pelo órgão de administração e demais colaboradores com vista a garantir:

- A continuidade do negócio através da eficiente afectação dos recursos, execução das operações e do controlo dos riscos (objectivos de desempenho);



- A fiabilidade e tempestividade da informação contabilística e de suporte à gestão (objectivos de informação);
- O cumprimento dos normativos legais e das normas internas (objectivos de Compliance).

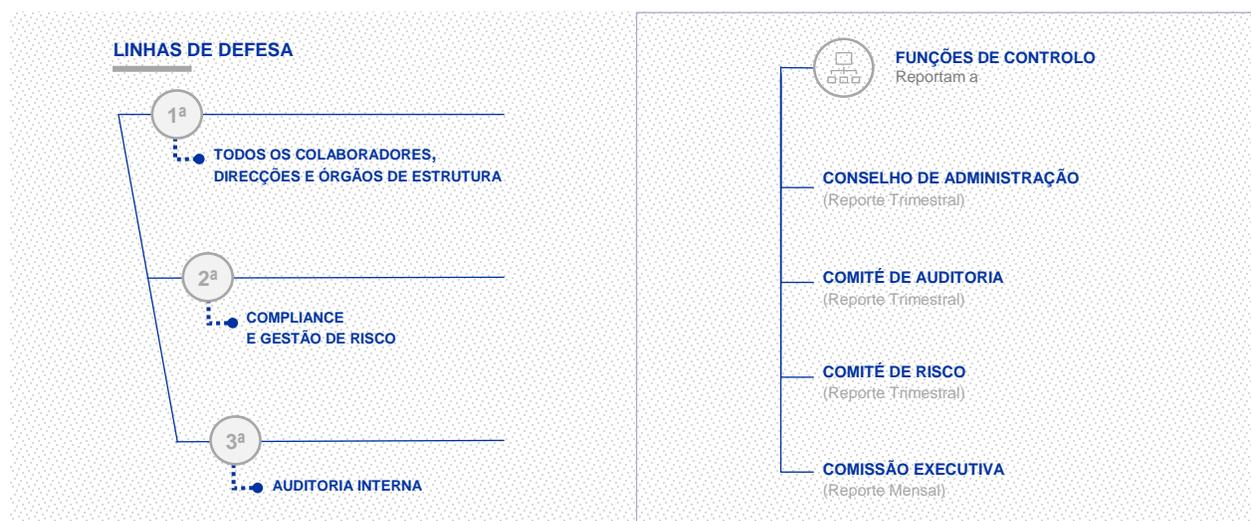
Tendo em conta estes objectivos, o Standard Bank de Angola garante um adequado ambiente de controlo interno assente num sólido sistema de gestão do risco, num eficiente sistema de informação e comunicação, e num contínuo processo de monitorização, com o objectivo de assegurar a qualidade e eficácia do próprio sistema ao longo do tempo.

Em 2019, o Standard Bank de Angola deu continuidade à devida implementação dos seus processos e políticas no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

Processos e Políticas

Os processos e políticas implementados complementam as estratégias e sistemas de controlo interno do Standard Bank de Angola que, em conjunto:

- Garantem o cumprimento das normas e regulamentos;
- Protegem os activos do Banco;
- Protegem os Clientes;
- Previnem e detectam fraudes e erros;
- Criam um sistema de reporte cada vez mais robusto;
- Asseguram o registo contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.





As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura clara de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo, a sustentabilidade da sua actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

Principais Políticas

CÓDIGO DE ÉTICA E CONFLITOS DE INTERESSE

O Banco coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o seu modo de actuação.

A política de conflito de interesses implementada pelo Banco rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse protegendo o Banco, os seus Colaboradores e os seus Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

No Standard Bank de Angola, a política de remunerações e benefícios é fundamental na contratação e retenção de quadros do Banco, garantindo desta forma a motivação dos seus Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios.



De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

- Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;
- A abordagem de remuneração tem o objectivo de atrair e reter os Colaboradores-chave, e motivar e premiar o desempenho de excelência;
- Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, nomeadamente: (i) competência, (ii) capacidade técnica, (iii) experiência e desempenho e (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;
- Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;
- Capacidade financeira da instituição;
- Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.



4.2. Estratégia e Modelo de Negócio

A estratégia de crescimento do Banco para 2020 foi formulada tendo em conta 7 objectivos fundamentais.

Abordagem Focada no Cliente

- Desenvolver soluções que aproximem os Clientes do Banco e vice-versa, tornando as interacções mais simples, fáceis e ágeis;
- Continuar a apostar no aperfeiçoamento dos níveis de serviço do Banco de forma a otimizar a experiência do Cliente;
- Posicionar o Banco enquanto líder da qualidade de serviço, mantendo sempre os mais elevados níveis de confiança por parte dos Clientes;
- Entregar aos nossos Clientes uma proposta de valor atractiva, num ambiente cada vez mais competitivo;
- Proteger e manter a integridade dos dados dos nossos Clientes;
- Trabalhar com os nossos Clientes de forma a mitigar potenciais incumprimentos de crédito.

Pessoas Enquanto Activo Fundamental

- Apostar constantemente na formação dos Colaboradores do Banco;
- Colocar em prática e desenvolver planos orientados de carreira, bem como identificar acções de desenvolvimento pessoal para potenciar talento individual dos Colaboradores;
- Potenciar o desenvolvimento dos Colaboradores incluindo-os em projectos de educação financeira e noutras actividades de cariz similar;
- Beneficiar da presença geográfica do Grupo Standard Bank para criar oportunidades de desenvolvimento profissional aos Colaboradores que procurem desafios internacionais;
- Captar e desenvolver competências ao nível da automatização e digitalização.

Risco e Conduta

- Dinamizar os negócios correctos da forma correcta;
- Contribuir para um sistema financeiro seguro, responsável e transparente;
- Cumprir o enquadramento legal em vigor;
- Manter a reputação do Banco;
- Reforçar o investimento nas áreas de Cibersegurança;
- Garantir a estabilidade, segurança e velocidade dos sistemas de IT;
- Diminuir o risco reputacional e operacional relativo a contrapartes e fornecedores;
- Aumentar a segurança física de incidentes em África.



Universalidade dos Serviços Financeiros

- Disponibilizar aos Clientes um leque de serviços financeiros relevantes, consistente e eficiente de forma a colmatar as suas necessidades;
- Colocar à disposição dos Clientes, a nossa experiência e capacidade de operar em vários mercados, em África e pelo Mundo, permitindo ao Cliente ter completa agilidade e acesso a vários mercados financeiros.

Digitalização e Investimento em Automatização

- Disponibilizar aos Clientes e Colaboradores o acesso aos serviços e produtos que necessitam, em qualquer lugar e momento;
- Agilizar os processos e procedimentos de funcionamento do Banco através de soluções de automatização;
- Definir um novo *modus operandi* que incentive e dinamize a criatividade associada ao pensamento digital;
- Adotar soluções de Robótica e preparar o caminho para a aplicação de inteligência artificial (AI) e tratamento massivo de dados (*Big Data*);
- Melhorar de forma contínua a automatização dos sistemas de segurança com o intuito de elevar os padrões de qualidade e segurança do Banco;
- Apostar na melhoria contínua das plataformas digitais do Banco (*Internet e Mobile Banking, Mobile Money*).

Solidez nos Resultados Financeiros

- Optimizar o nível de rentabilidade do Standard Bank de Angola de forma a ser o Banco mais rentável de Angola, garantindo a solidez necessária do rácio de solvabilidade do Banco;
- Manter o rácio de liquidez do Banco;
- Aumentar a remuneração do accionista e otimizar a gestão de custos;
- Manter a solidez do Balanço do Banco;
- Garantir a sustentabilidade de crescimento da receita.

Impacto Relevante na Sociedade em que Operamos

- Contribuir para a criação de postos de trabalho e desenvolvimento do tecido empresarial;
- Reforçar a educação e inclusão financeira em Angola;
- Fazer a diferença na nossa comunidade, actuando junto das camadas da população mais carenciadas.

/05

Personal and Business Banking

/Estratégia do PBB

/Oferta do Segmento PBB

/Desempenho no 1º semestre de 2020

/Canais de Distribuição

/Estratégia para 2020



5. Personal and Business Banking

O Standard Bank de Angola posiciona-se como um Banco cada vez mais exigente e alinhado com a estratégia global do Grupo Standard Bank. O Personal and Business Banking (PBB) adoptou um modelo organizativo muito específico, de forma a corresponder a todas as necessidades dos Clientes e a criar soluções alinhadas com a sua exigência.

Num mercado cada vez mais rigoroso e disputado, a capacidade de apoiar o Cliente numa perspectiva transversal, ou seja, suportando as suas necessidades de serviços financeiros básicos, mas igualmente as suas necessidades de serviços mais complexos que requerem aconselhamento, torna-se fundamental para a construção de um relacionamento sustentável e duradouro.

Enquanto Instituição Financeira de referência, o Standard Bank de Angola tem vindo a disponibilizar um leque cada vez mais alargado de produtos e serviços aos seus Clientes (ex.: crédito, poupanças, investimentos, produtos de seguro, aconselhamento) sempre com o objectivo de captar novos Clientes, mas fundamentalmente de manter uma relação de parceria com os mesmos.

Ao longo do exercício de 2020, o segmento de PBB tem vindo a investir nos seus canais digitais, plataformas de Customer Relationship Management (CRM) e nas áreas de atendimento/ Call Center, de modo a permitir uma execução das transacções cada vez mais eficiente, um acesso simplificado aos produtos e serviços do Banco e uma experiência do Cliente mais completa e integrada.

Estrutura Organizacional





5.1. Estratégia do PBB

A estratégia do segmento de *Personal and Business Banking* tem por base um modelo de negócio que privilegia o Cliente, procurando construir relacionamentos de longo prazo e oferecer soluções inovadoras quer para a vida dos nossos Clientes quer para a constituição e crescimento dos seus negócios, privilegiando os subsegmentos da banca comercial, os Clientes *private* e *executive banking*.

De modo a assegurar a melhor qualidade do serviço prestado ao Cliente, é efectuado um investimento consistente e continuado no reforço da capacidade das equipas através de um vasto programa de formação, que engloba desde capacidades de liderança a competências técnicas e comportamentais.

Adicionalmente, um dos pilares de negócio do PBB passa por um investimento considerável sobre os canais electrónicos disponibilizados aos Clientes, de modo a permitir uma execução mais eficiente das transacções e a colocar à disposição dos Clientes produtos e serviços mais ágeis, simplificados e verdadeiramente adaptados à urgência e velocidade que caracteriza o dia-a-dia de cidadãos e empresas.

O que os Clientes Pretendem?

- Um Banco que conheça o Cliente;
- Um Banco que dê Capacidade de Acção;
- Um Banco que seja um Parceiro;
- Um Banco que seja Digital.

Qual a resposta do Standard Bank de Angola?

- Trabalhar em soluções informadas, fundamentadas e precisas;
- Desenvolver um aconselhamento relevante e personalizado;
- Entregar uma experiência de Cliente consistente e integrada, entre os vários pontos de contacto com o Banco;
- Alavancar as nossas acções na experiência e capacidades do Grupo Standard Bank;
- Reforçar o posicionamento na Banca transaccional e na captação de depósitos;
- Desenvolver soluções simples, digitais e automáticas que acelerem os processos de negócio;
- Investir em sistemas e plataformas simples, seguras e ágeis;
- Fazer o negócio certo da forma correcta;



- Alocar e priorizar recursos para entregar as soluções que os Clientes necessitam verdadeiramente;
- Integrar e agilizar actividades entre Direcções de forma a facilitar a relação do Cliente com o Banco, como um todo;
- Clareza contínua e consistente ao longo da relação com o Cliente;
- Colaboração entre as várias equipas do Banco, no sentido de servir o Cliente;
- Melhorar constantemente os produtos e serviços entregues ao Cliente;
- Capacitar e reconhecer o desempenho dos Colaboradores;
- Cumprir com o propósito social do Banco.



5.2. A Oferta do Segmento PBB

Meios de Pagamento

Emissão de cartões de débito e crédito, internet e mobile banking, ATM e serviços de TPAs para comerciantes.

Produtos de Crédito

Financiamentos (habitação, automóvel, consumo, entre outros), produtos estruturados e soluções diferenciadoras de curto prazo e médio/ longo prazo para particulares e empresas.

Seguros

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, imóveis, multiriscos e planos de protecção a despedimentos colectivos) e empresas (colectivo de saúde, transporte, activos, imóveis e acidentes de trabalho).

Poupança e Investimento

Depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira.

Produtos Transaccionais

Produtos transaccionais de comércio internacional, operações cambiais, pagamentos e soluções de gestão de liquidação.



5.3. Desempenho 1º Semestre de 2020

A Banca de Retalho do Standard Bank de Angola fornece serviços bancários e outros serviços financeiros a indivíduos, empresas comerciais médias e pequenas, sector público e organizações não-governamentais em torno de 7 províncias em Angola.

Em 2020, apesar de um contexto macroeconómico desafiante, marcado pelo surto da pandemia da COVID-19 vulgo coronavirus em escala mundial, queda drástica do preço do baril do petróleo na esfera mundial, propiciando a revisão do Orçamento geral do Estado Angolano com o prognóstico de uma recessão económica pelo quinto ano consecutivo (-3.7), a Banca de Retalho do Standard Bank de Angola registou um crescimento do produto bancário de 22% em relação ao período homólogo, influenciado pelo aumento da margem financeira (+27%) como consequência do aumento da carteira de empréstimos (+100%).

A estratégia do Standard Bank de Angola, está assente no foco no cliente, pois este está no centro de tudo quanto fazemos, em detrimento disto, a Banca de Retalho procura sempre a maximização dos níveis de satisfação dos seus clientes. Este propósito tem gerado frutos positivos, proporcionando um incremento de 30% sobre a base de Clientes activos em relação ao período homólogo, passando de 24 180 Clientes para 31 334 entre Junho de 2019 e Junho 2020, respectivamente. Quando comparado a Dezembro, o aumento da base de clientes activos foi de 12% (27 921 Clientes activos em Dezembro).

O rácio de transformação apresentou um aumento de 11% face ao período homólogo e 2% face a Dezembro. Esta evolução é determinada pelo maior crescimento relativo no crédito concedido face aos depósitos.

Produto Bancário

AOA 7 237 Milhões



Clientes Activos

31 334 Clientes Activos



Recursos de Clientes

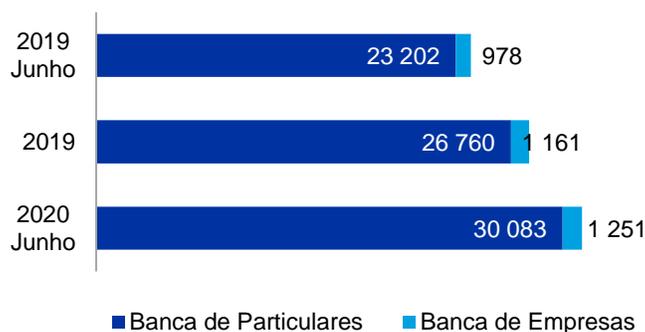
AOA 113 181 Milhões





A base de Clientes do segmento de PBB registou um aumento de 30% face ao período homólogo, tendo encerrado o primeiro semestre com o registo de 31 334 Clientes activos.

O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos nossos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos nossos Colaboradores.



Depósitos

A captação de recursos de Clientes apresentou um crescimento muito significativo, na ordem dos 47%, face ao período homólogo, situando-se num total de AOA 113 181 milhões. Este registo demonstra a confiança do mercado na solidez e rigor da nossa Instituição Financeira.

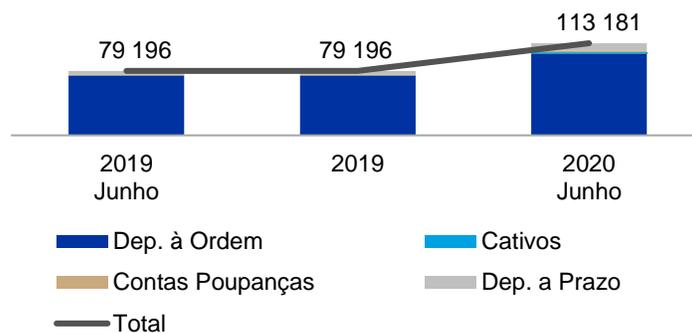
O aumento verificado nos depósitos registado no primeiro semestre de 2020, deve-se em grande medida ao aumento de novos recursos devido à captação de novos Clientes, maior penetração a nível de ecossistemas por parte do segmento de PBB do Banco e subsequentemente o impacto da desvalorização cambial que afectou os depósitos em moeda estrangeira.

No que tange ao contributo dos Clientes Empresa, registou-se um aumento de 21% e 16% face ao período homólogo e final de Dezembro de 2019 respectivamente, tendo os seus depósitos representado 58% do total dos depósitos da Banca de Retalho.

Analisando a distribuição dos depósitos efectuados em função da moeda contratada, notou-se que os depósitos realizados na moeda nacional continuam a representar a maior concentração (62%) com AOA 70 065 milhões, um aumento de 25% em termos monetários em relação ao período homólogo. O montante líquido de depósitos em moeda estrangeira atingiu os AOA 43 115 milhões, um aumento de 14% face ao período homólogo. Importa referir, que o Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.



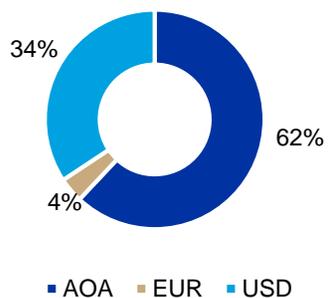
Depósitos por Produto (milhões de AOA)



Depósitos por tipologia de Cliente (volume, milhões de AOA)



Depósitos por Moeda





 **Crédito**

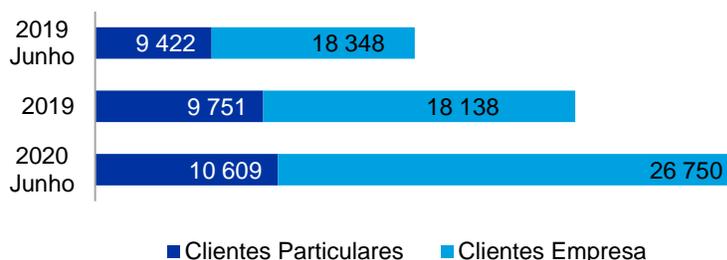
Num mercado cada vez mais exigente, o apoio ao Cliente numa dimensão transversal, colmatando não só as suas necessidades financeiras básicas, como também necessidades mais complexas que requerem um maior grau de conhecimento e aconselhamento, torna-se essencial para a construção de um relacionamento duradouro entre Banco e Clientes.

O segmento da Banca de Retalho ampliou exponencialmente o crédito líquido, registando um aumento de 65% face ao período transacto. No leque de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, e comparando com período homólogo, verificou-se um crescimento abrupto ao nível do crédito ao consumo (+171%) e do descoberto bancário (+81%).

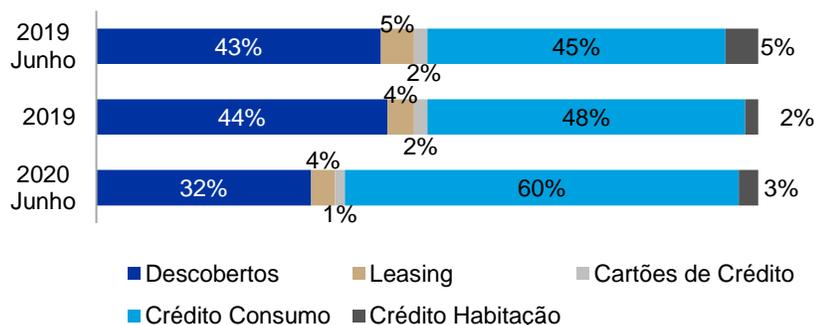
Neste contexto, o excelente desempenho quer ao nível dos depósitos quer ao nível do crédito concedido, proporcionou um crescimento do rácio de transformação, evoluindo de 21% para 33%, entre Junho de 2019 e Junho de 2020, respectivamente. Quando comparado a Dezembro a evolução registada é de 2%.

A qualidade da carteira de crédito permaneceu extremamente abaixo da média do mercado (24%) e continua em linha com a posição de Dezembro, com um nível de incumprimento de crédito (+90 dias) na ordem dos 2,7%.

Crédito por segmento de Cliente (volume, milhões de AOA)

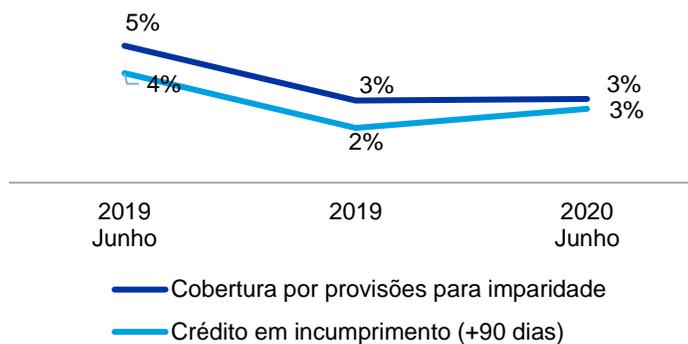


Evolução dos Produtos de Crédito (em %)





Qualidade da Carteira de Crédito (em %)



Cartões, ATMs e TPAs



37 773

Cartões activos em Junho 2020



2 795

TPAs em Junho 2020



34 788

Cartões de débito activos



45

ATMs em Junho 2020



2 985

Cartões de crédito activos



97,6%

Indicador de Operacionalidade



100%

Taxa de penetração de cartões de débito em Junho 2020



9,6%

Down-time por falta de notas



5.4. Canais de Distribuição

O Standard Bank de Angola continua a garantir que os produtos e serviços que constituem a sua proposta de valor são disponibilizados aos seus Clientes, não só através dos canais digitais, mas igualmente através de uma rede de balcões distribuída pelo território angolano.

A este nível, o Banco está empenhado em promover os seus produtos de forma simples, transparente e próxima, oferecendo um serviço de excelência e reforçando a preferência dos seus Clientes.

Canais Principais

O Standard Bank de Angola está presente em 6 províncias (Luanda, Cabinda, Namibe, Huíla, Benguela e Huambo), dispondo de uma rede comercial composta por 27 Canais Físicos:

- 19 Agências;
- 3 centros de empresa;
- 3 postos de atendimento;
- 2 *suite private*.
-

Canais Complementares

De forma complementar à rede física, o Standard Bank de Angola (e o segmento de PBB, em particular) disponibiliza ainda aos seus Clientes serviços de *Customer Contact Center (CCC)* e *PME Online*.

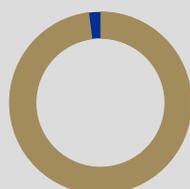
O nosso desempenho advém da nossa estratégia, mas é fundamentalmente a forma como a executamos que nos diferencia das restantes Instituições Financeiras.

Customer Contact Center (CCC)

O Standard Bank de Angola disponibiliza uma linha de atendimento ao Cliente, tendo como principal objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes através da prestação de informação sobre os produtos e serviços do Banco, dar resposta às necessidades e esclarecimentos decorrentes das suas operações bancárias diárias e analisar eventuais reclamações. Em 2019 foi incorporado ao *Customer Contact Center* a equipa do *Customer Support* de forma a aumentar a capacidade de resposta aos nossos Clientes.



Aumento do Número de Chamadas Recebidas



Consistência da Taxa de Eficácia



Chamadas recebidas durante o 1º Semestre de 2020

Consulta de saldo

Movimentos de conta

Extractos bancários

Activação de Cartões

Activação de E-Banking

Experiência do Cliente

A missão do Standard Bank de Angola é proporcionar uma experiência excepcional aos seus Clientes. A aposta contínua em proporcionar uma boa experiência ao Cliente, começa por identificar e compreender os obstáculos sentidos pelo Cliente, bem como a forma como o Banco os pode integrar ao longo do seu relacionamento, posicionando-se como a sua marca de excelência e preferência.

Ao longo do exercício de 2020, o Standard Bank de Angola respondeu a várias chamadas e e-mails por parte dos seus Clientes e potenciais Clientes, tendo registado um aumento no número de chamadas recebidas em cerca de 46%. Este aumento é fundamentalmente explicado por uma base de Clientes cada vez mais robusta, mas igualmente por um conjunto de potenciais Clientes cada vez mais interessados no leque de produtos e serviços que o Standard Bank de Angola disponibiliza.



PME Online

De forma complementar ao *Customer Contact Center* (CCC), e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas, o PME Online constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail.



Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de seguros e asseguram o tratamento a pedidos diversos.

Este serviço caracteriza-se pela sua:

Conveniência

- Profissionais bancários acessíveis através de telefone e e-mail;
- Resolução de pedidos diversos e *feedback* em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência.

Simplicidade

- Pedidos e serviços bancários efectuados através de telefone e e-mail;
- Contacto fácil e rápido com o gestor bancário.

Aconselhamento Profissional

- Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos e serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades.





5.5. Estratégia para 2020

Colaboradores e Cultura

Para uma entrega eficiente e de excelência aos nossos Clientes, os Colaboradores do Standard Bank de Angola necessitam de estar totalmente enquadrados na visão e estratégia comum de toda a Organização, colaborando e trabalhando em equipas multidisciplinares.

Consequentemente, o Banco investiu e continuará a investir de forma consistente no desenvolvimento e capacitação dos seus Colaboradores, executando um vasto programa de formação e capacitação das suas equipas, alavancando este programa na experiência do Grupo Standard Bank.

Desenvolver, atrair e reter os nossos Colaboradores é um dos propósitos do Banco para 2020, tornando os Colaboradores do Standard Bank de Angola os melhores gestores/ técnicos bancários do mercado, assegurando simultaneamente que estes possuem uma verdadeira cultura de aprendizagem.

Experiência do Cliente

Compreender as exigências do Cliente e oferecer um serviço de excelência que garanta qualidade e satisfação continuarão a ser os vectores orientadores da actividade em 2020. O Banco continuará a construir e redesenhar processos, produtos e canais de forma a que estes sejam um suporte à nossa actuação sobre as expectativas e necessidades dos Clientes.

A Banca de retalho do Standard Bank de Angola, persistentemente continua a busca de optimização de serviços, tendo como objectivo disponibilizar os produtos e serviços do banco de forma mais ágil, conveniente, simples e digital. Outrossim, no primeiro semestre de 2020, foi possível maximizar a taxa de eficácia das chamadas e e-mails recebidos, sendo igualmente reduzido o tempo médio de espera (TME) para 12 segundos (melhoria de 3 segundos quando comparado a Dezembro de 2019).

A criação de um ponto de contacto exclusivo, através do atendimento personalizado nas diversas agências, suite private e centros de empresa, continuará a permitir ao Banco disponibilizar um serviço de excelência, com simplicidade e rapidez, fortalecendo assim a relação de proximidade com os Clientes, o que se traduziu num sentimento de confiança e segurança.

Digitalização

A melhoria dos sistemas internos do Banco, combinada com o desenvolvimento/ manutenção de plataformas electrónicas e digitais que agreguem serviços de internet banking, mobile banking e mobile



money, continuarão a merecer a atenção do Banco ao longo de 2020, com o intuito de utilizar novas soluções mais digitais e automatizadas.

Neste contexto, com os Clientes a apresentarem um ADN cada vez mais digital e inovador, esta constante dinamização e actualização terá certamente um papel fulcral na actuação e resultados do Banco. O nosso compromisso é o de continuar a fornecer soluções financeiras digitais, inovadoras e de excelência junto dos nossos Clientes para sermos o principal Banco Digital em Angola.

Risco e Conduta

“Fazer o negócio certo, da forma correcta” continuará a ser em 2020 um dos propósitos do Banco, mantendo uma postura de melhoria contínua e evoluindo a sua actividade através do acompanhamento e adopção das melhores práticas da indústria.

Paralelamente, o Banco manterá uma postura de revisão contínua dos seus processos internos, garantindo a conformidade com as melhores práticas de mercado e com a regulamentação em vigor.

/06

Corporate and Investment Banking

/Estratégia do CIB

/Oferta do Segmento CIB

/Desempenho no 1º semestre de 2020

/Canais de Distribuição

/Estratégia para 2020



6. Corporate and Investment Banking

O Standard Bank de Angola tem-se focado em estabelecer uma relação de parceria com os seus Clientes. Essa é, em grande medida, a essência do nosso Banco, procurar prestar um serviço de excelência, investindo no crescimento dos nossos Clientes. Neste contexto, o segmento de *Corporate and Investment Banking* (CIB) tem contribuído para o desenvolvimento da economia real de Angola, ao mesmo tempo que tem procurado inovar os seus sistemas de informação, processos e procedimentos, níveis de serviço e produtos a serem disponibilizados. A nossa estratégia está centrada no compromisso com África, impulsionando o nosso crescimento e a evolução dos nossos Clientes, Colaboradores e accionistas. A estratégia do segmento CIB encontra-se focada no estabelecimento de uma relação de parceria com os nossos Clientes, procurando a melhoria dos nossos níveis de serviço e experiência dos nossos Clientes.

Somos Africanos de Coração. Entendemos as Economias, os Recursos e os Povos do Continente.

A história do Standard Bank traz uma enorme credibilidade à nossa marca e a nossa presença em 20 jurisdições africanas é fortalecida ainda mais pelas nossas operações internacionais. O nosso histórico demonstra o sucesso conseguido na construção de negócios em toda a África Subsaariana. A capacidade do Standard Bank para integrar diferentes mercados africanos com as principais economias a nível mundial, alicerçada à reputação e solidez internacional que detém, coloca o Banco numa posição de grande competitividade no contexto do mercado angolano.

Encontramo-nos aptos a desenvolver soluções abrangentes e adaptadas às necessidades específicas de cada transacção e de cada Cliente, dispendo de uma equipa de profissionais especializados em diversos sectores como, Petróleo e Gás, Energia e Infra-Estruturas, Indústria e Retailho.

Estrutura Organizacional





6.1. Estratégia do CIB

Somos ambiciosos e pretendemos ser o principal Banco da Banca Corporativa e de Investimento em Angola e África. Combinamos a nossa experiência em produtos especializados, elevada capacidade de intervenção local e alcance de distribuição global para fornecer soluções adequadas e relevantes aos nossos objectivos e personalizadas à procura dos nossos Clientes. A estratégia do segmento CIB foca-se nas seguintes dimensões:



Foco no Cliente

- Realizar parcerias com os Clientes apoiando o seu crescimento;
- Desenvolver parcerias e acções de colaboração com o segmento de CIB do Grupo;
- Lidar com os Clientes enquanto pessoas e não como números;
- Melhorar continuamente os nossos processos centrando-os na experiência e satisfação do Cliente;
- Alocar recursos às necessidades e prioridades dos nossos Clientes.



Digitalização e Inovação

- Realizar os negócios certos, da forma correcta;
- Digitalizar processos internos alinhando-os com os pilares estratégicos do Banco;
- Alocar recursos financeiros para o financiamento da estratégia de digitalização do Banco;
- Garantir pontos de contacto intuitivos, fiáveis e fáceis de utilizar para os nossos Clientes e Colaboradores.



Pessoas e Cultura

- Assegurar que os Colaboradores proporcionam um serviço de excelência;
- Reconhecer o desempenho dos Colaboradores e desenvolver regimes de remuneração competitivos e baseados no desempenho;
- Promover uma cultura de empenho e dedicação;
- Cumprir com as nossas responsabilidades em termos éticos e de responsabilidade social.



6.2. Oferta do Segmento CIB

O segmento de CIB do Standard Bank de Angola continua a merecer a confiança por parte das principais empresas multinacionais e locais a operar em Angola. Este é o resultado do nosso rigor, compromisso, prudência e profissionalismo.

Banca de Grandes Empresas

A Direcção de Banca de Grandes Empresas tem a responsabilidade de captar, acompanhar e fidelizar os Clientes Corporativos do Standard Bank de Angola utilizando para tal o conhecimento, presença e credenciais de experiência do Grupo, mantendo sempre o Cliente como pilar central do serviço prestado.

Banca de Investimento

A Direcção de Banca de Investimento disponibiliza aos seus Clientes um serviço completo de soluções, desde a operacionalização e tomada firme de financiamentos de longo prazo à estruturação de produtos complexos e especializados. Os nossos serviços incluem: Financiamentos Estruturados, *Leveraged and Acquisition Finance*, *Project Finance*, Reestruturação Financeira, Assessoria Financeira e Corporate Finance, Fusões e Aquisições, Dívida de Mercado de Capitais e Financiamento Imobiliário.

Banca Transaccional

A Direcção de Banca Transaccional oferece produtos e serviços transaccionais, que têm como objectivo acrescentar valor ao negócio dos seus Clientes. Os Clientes têm vindo paulatinamente a utilizar a informação fornecida pelo Standard Bank de Angola para fazer face aos seus desafios de gestão de tesouraria. O Banco esforça-se por introduzir continuamente soluções que permitam uma melhor gestão de liquidez, bem como uma circulação cada vez mais eficiente de fundos.

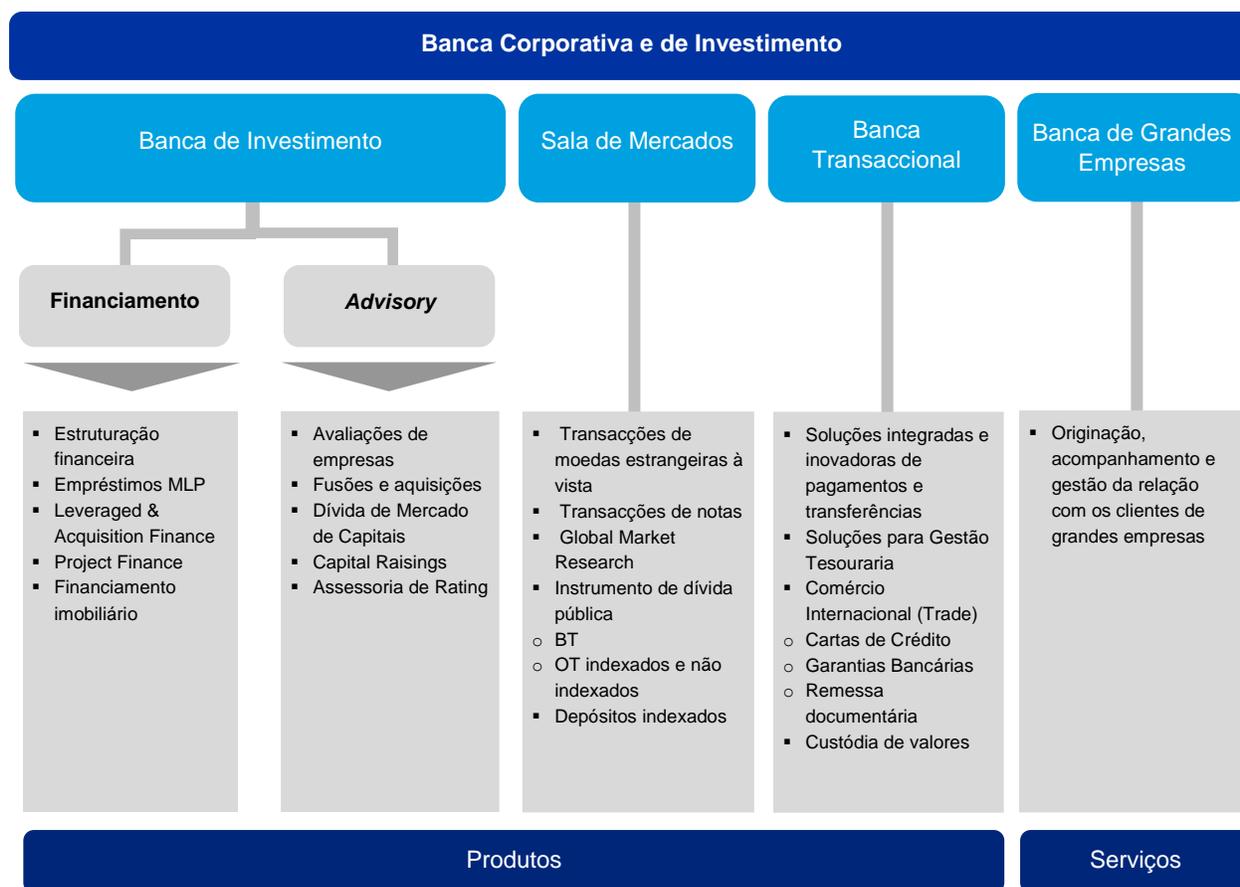
Sala de Mercados

A Sala de Mercados do Standard Bank de Angola, oferece aos seus Clientes actividades de *trading*, bem como soluções de mitigação de risco cambial, de crédito e do risco associado a matérias-primas transaccionadas em bolsa, tais como petróleo. As principais linhas orientadoras comprometem-se com a



formulação de estratégias de investimentos ajustadas ao perfil de risco do Cliente. O Standard Bank de Angola está numa posição privilegiada para fornecer serviços e produtos de tesouraria com foco no Cliente, tanto em produtos padronizados como produtos personalizados, suportado num sólido conhecimento de mercados emergentes em particular dos mercados africanos. Adicionalmente, é da responsabilidade desta Direcção a interacção e execução de ordens de Clientes alocadas ao mercado de capitais, típico de actividades de *trading*.

Os principais produtos e serviços disponibilizados pela equipa de Banca Corporativa e de Investimento do Standard Bank de Angola são:





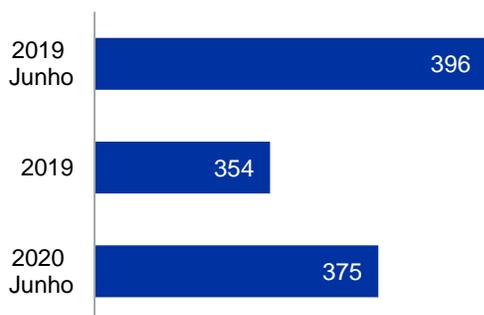
6.3. Desempenho no 1º Semestre de 2020

O Standard Bank de Angola continua a apresentar resultados financeiros resilientes num contexto bastante desafiante, garantindo que o Cliente, beneficia da estratégia e desempenho do Banco para garantir que cumprem as suas metas de crescimento intrínseco, em Angola, no continente africano e no mundo.

Apesar do ambiente desafiador, o segmento de CIB continua a sua trajectória de afirmação em Angola, produzindo um conjunto misto de resultados no 1º semestre de 2020, com um ligeiro crescimento no produto bancário, um crescimento significativo dos seus activos, impulsionados sobretudo pela performance positiva da Banca de Investimentos, comparativamente ao mesmo período de 2019.

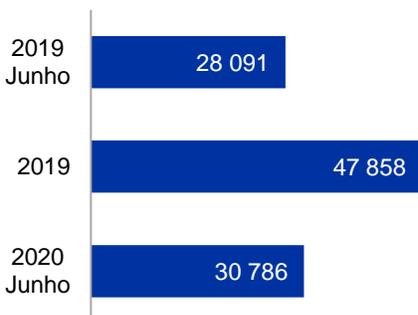
De referir que, o retorno para os accionistas do negócio, no período em análise, foi excelente, situou-se nos 79%, o que reflecte a capacidade do negócio de agregar valor ao Banco a partir dos próprios recursos e de fundos dos seus accionistas.

Clientes



No exercício do 1º Semestre de 2020, a base de Clientes CIB registou um total de 375 Clientes, o que representa um aumento de 6% na base de Clientes, comparativamente a 2019.

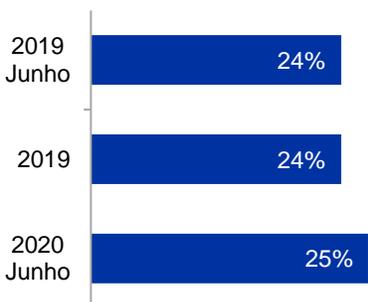
Produto Bancário



O segmento de CIB, registou no 1º semestre de 2020, um produto bancário de AOA 30 786 milhões, 10% acima do registado em 2019, no mesmo período, resultante essencialmente da eficiente dinâmica comercial, uma equipa focada na satisfação dos seus clientes, o compromisso do banco em apoiar o programa do governo para a diversificação da economia e aumento da produção interna, bem como a desvalorização da moeda local.



Cost-to-Income



O rácio de eficiência situou-se nos 25%, evidenciando um aumento de 1 pp face ao período homólogo. Apesar do aumento de 64% ao nível das receitas no 1º semestre de 2020, verificou-se um crescimento de 68% ao nível dos custos, resultando no aumento de 1pp no rácio de eficiência, face ao período homólogo.

Importa sublinhar que, apesar das despesas inesperadas e não orçamentadas, resultantes da pandemia COVID-

19, o segmento de CIB manteve os custos sob controle e encerrou o 1º semestre do ano em curso com um rácio de eficiência abaixo do que que foi estimado para o referido período.



Depósitos

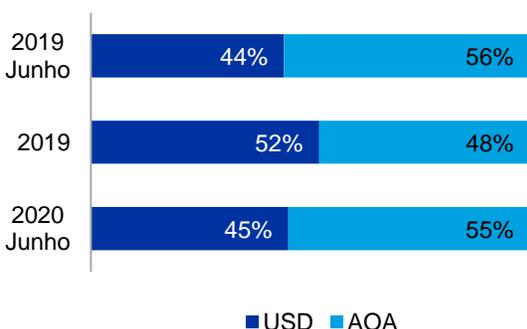
A Direcção de Banca Transaccional registou um desempenho notável durante o 1º semestre de 2020, apesar da adversidade do contexto do mercado angolano.

O trabalho árduo da equipa, junto dos Clientes foi uma componente fundamental para ampliar a capacidade de atendimento e de resposta às necessidades transaccionais dos mesmos.

Quando analisada a evolução dos depósitos por moeda, verifica-se uma ligeira redução no peso dos depósitos em moeda estrangeira e um crescimento muito significativo dos depósitos em moeda nacional sendo este movimento explicado sobretudo pelo esforço das equipas do CIB, na captação de novos depósitos.

O CIB apresentou no 1º semestre de 2020, um total de AOA 413 119 milhões, em depósitos, um aumento de 19%, face ao ano de 2019.

Depósitos por Moeda

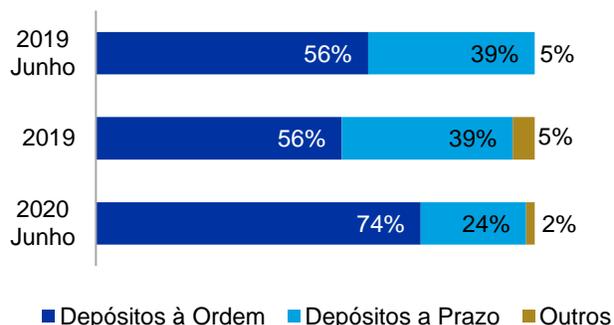


O crescimento dos depósitos foi influenciado pelo aumento dos depósitos em moeda nacional e a aplicação em depósitos a prazo. Os depósitos em moeda local somaram um total de AOA 226 944 milhões, um aumento de 38% face ao 1º semestre de 2019.



O volume de depósitos em moeda estrangeira, registou um total de AOA 186 175 milhões, um aumento de 3%, resultante da desvalorização da moeda nacional.

Depósitos por Produto (%)

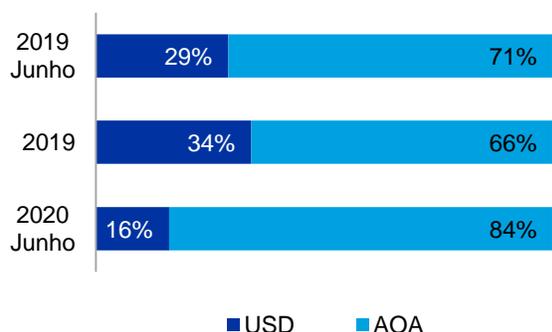


Os depósitos à ordem registaram no 1º semestre de 2020, um aumento de 53% face ao ano de 2019, somando um total de AOA 304 797 milhões, representando 74% da carteira de depósitos.

Os depósitos a prazo registaram uma diminuição de 27% face a Dezembro de 2019, um total de AOA 96 165 milhões, representando 24% do total da carteira de depósitos.

Crédito

Crédito por Moeda



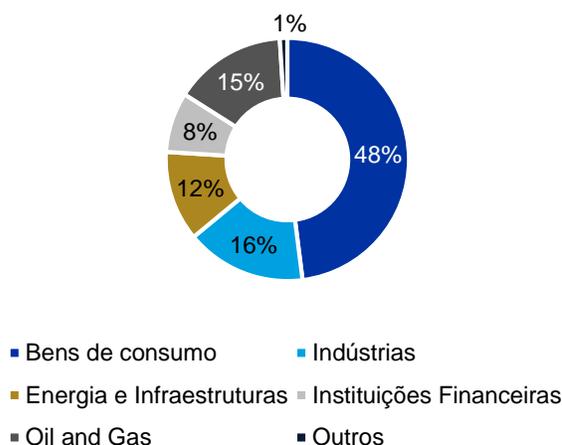
O crédito concedido a Clientes CIB no 1º semestre de 2020 representou 71% do total do portfolio do Banco, atingindo o patamar de AOA 86 mil milhões. Este montante equivale um aumento significativo na ordem de 34% face a 2019, marcado por um aumento substancial do crédito a empresas no âmbito do Aviso 10 do BNA em que o banco no 1º semestre de 2020 já alocou a essas empresas

o equivalente a AOA 17 mil milhões, evidenciando o compromisso do CIB com os seus clientes e com o governo angolano, contribuindo para o crescimento da economia real e o desenvolvimento socioeconómico de Angola.

Por outro lado, assistimos a uma diminuição dos descobertos bancários de 7% comparativamente com Dezembro de 2019.



Carteira de Crédito por Sector



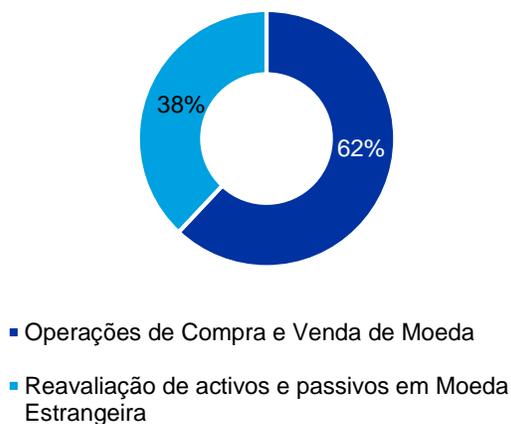
Ao longo do exercício do 1º semestre de 2020, a área de CIB manteve o nível de qualidade da carteira de crédito concedido, não se verificando créditos vencidos nem Clientes em incumprimento, o que reflecte uma gestão de risco adequada e alinhada aos procedimentos internos.

Tal como no ano de 2019, a 30 de Junho de 2020, a carteira de crédito do CIB estava dispersa por diferentes sectores do tecido empresarial. Contudo, existiram alterações

significativas no peso de alguns sectores de actividade. O sector de *Oil and Gas* deixou de ter o maior peso da carteira, passando a ocupar esta posição o sector de Bens de Grande Consumo com 48%, seguido de Indústrias 16%, Oil and Gas 15%, Energia e Infra-estruturas 12% e Instituições Financeiras 8%.

 Mercado Cambial

Composição de Resultados em Operações Cambiais



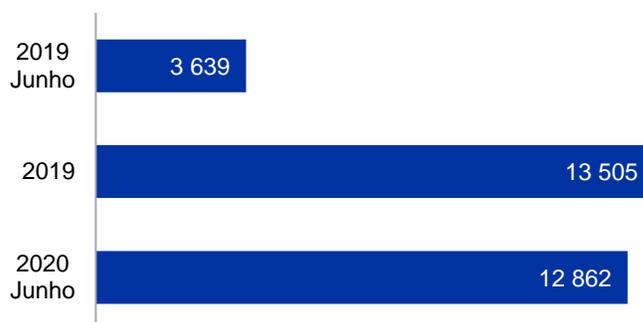
A Sala de Mercados do Standard Bank de Angola fornece soluções de negociação, vendas, estruturação e gestão de risco para os Clientes em todo o continente africano e em mercados financeiros seleccionados. Para além de instrumentos de câmbio, *commodities*, património, crédito, renda fixa e dívida, o Banco disponibiliza estudos de mercado, serviços de negociação, análises e novos produtos financeiros em várias classes de activos.

Ao longo do 1º Semestre de 2020, o Banco manteve a participação activa na promoção do mercado secundário dando sequência ao desempenho obtido durante o ano de 2019. Assim, apenas no período analisado o Standard Bank Angola intermediou AOA 185 milhões de títulos de dívida soberana, comparando com o valor de intermediação durante todo o ano de 2019 totalizando AOA 246 milhões.



A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano e ao Euro desvalorizou desde o início do ano, aproximadamente 20% e 19%, respectivamente, sendo que Março e Abril foram os meses onde a depreciação se verificou a um ritmo mais acentuado. Durante o 1º Semestre de 2020 o Standard Bank Angola negociou um total de USD 900 milhões.

Resultados em Operações Cambiais (milhões de AOA)



Os resultados das operações cambiais no 1º semestre de 2020 ascenderam a AOA 12 862 milhões, representando 253% face ao 1º semestre de 2019. Importa referir que, os resultados das operações cambiais foram igualmente influenciados pelos ganhos com a reavaliação das posições longas que o Banco manteve durante o ano, em obrigações indexadas à taxa de câmbio USD/AOA e igualmente da abertura à possibilidade dos bancos negociarem a compra de divisas directamente com os operadores de *Oil & Gas* em Angola, desde o início do ano de 2020.

Trade Finance

No 1º semestre de 2020, o Standard Bank de Angola aprovou operações de crédito documentário no total de AOA 16 929 milhões para os seus Clientes do segmento de CIB, o que equivale a um aumento de 390% face ao período homólogo. Este crescimento verificou-se devido ao programa de cartas de crédito para o sector alimentar por parte do Banco Nacional de Angola e do Ministério do Comércio, e à implementação de novas regras de importação de bens e serviços por parte do BNA.

Banca de Investimento

A Banca de Investimento no Standard Bank de Angola oferece aos seus Clientes uma oferta diversificada de soluções de Consultoria e Financiamento. Os Colaboradores pertencentes a esta área são especializados em mercados emergentes de alto crescimento, actuando em fusões e aquisições,



reestruturações de capital e acordos de capacitação. Adicionalmente, participam em projectos de Clientes, desenvolvimentos imobiliários e na obtenção de financiamento para aquisições.

No 1º semestre de 2020, a Banca de Investimento apresentou um aumento significativo, comparativamente ao período homólogo. O referido aumento foi na ordem de 83%, resultante de um maior compromisso entre as áreas de produtos e a banca de investimentos, na procura de soluções para os seus Clientes e na capacidade de resposta do Banco, das medidas de apoio ao crédito às empresas, para o crescimento da economia nacional e aumento da produção interna, conforme Aviso 10 do BNA.

Mercado de Capitais

O ano em curso apresentou desafios económicos aos quais o sector de mercado de capitais não foi excepção. Apesar de tudo, o Standard Bank Angola tem sido capaz de demonstrar resiliência face às adversidades. Tal é evidente na presença que o Standard Bank tem no mercado de capitais, mantendo-se entre os quatro membros mais activos na bolsa de valores pelo quinto ano consecutivo com base no volume transaccionado. Face ao período homólogo o número de transacções realizadas na bolsa de valores pelo Standard Bank registou um aumento de 194% de 84 para 247 transacções. No período em análise, o Standard Bank realizou um volume de transacções no valor de AOA 139 mil milhões, representando uma quota de mercado de 16,65%.

Continuamos a ser bastante interventivos juntos dos principais *stakeholders*, em temas relacionados a regulamentação, implementação de novos produtos e questões operacionais, sempre no sentido de elevar o nosso mercado aos níveis dos padrões internacionais. Espera-se que esta parceria se fortaleça com a abertura da conta de capitais e a esperada recepção de investidores não residentes, considerado em conjunto com o programa de privatizações em curso, que contribuirá para tornar o mercado mais transparente e robusto.

Como uma extensão da cultura do Standard Bank de foco no cliente, um esforço contínuo tem sido feito para estarmos cada vez mais próximos dos nossos Clientes, oferecendo oportunidades de investimento e soluções mais inovadoras por meio da estruturação de novos produtos para oferecer opções de investimento diversificadas aos investidores. Para o próximo ano, o objectivo continua a ser a busca contínua de oportunidades, bem como o aumento de volume de transacções e liquidez no mercado, mantendo assim a presença e relevância da instituição no mercado.



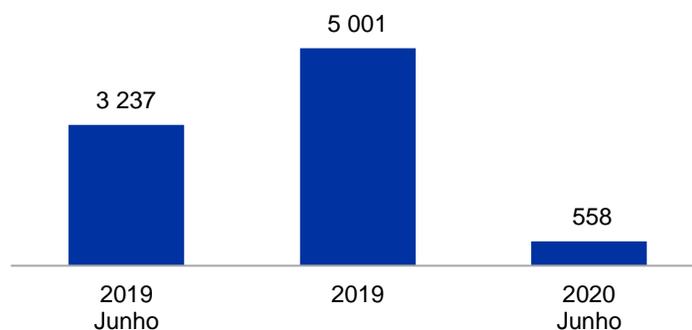
6.4. Canais de Distribuição

O CIB esforça-se por introduzir continuamente soluções que permitam uma melhor gestão de liquidez dos seus Clientes, bem como uma circulação cada vez mais eficiente de fundos.

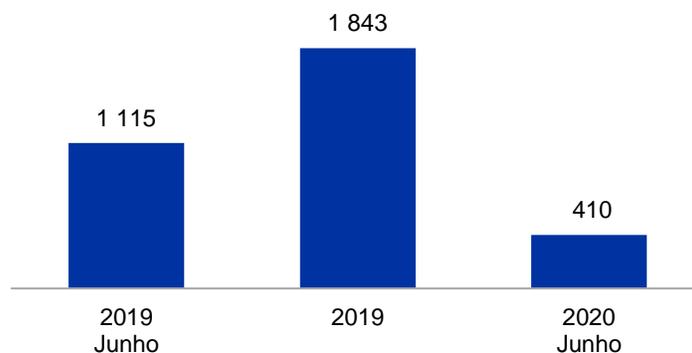
On-Site Tellers

Com o objectivo de se aproximar dos seus Clientes, o Standard Bank de Angola detém 2 postos de atendimento simplificado localizados nas instalações de Clientes empresa denominados *on-site tellers*. Continuando a tendência que já se vinha a assistir no ano transacto, verificou-se uma redução no volume e no montante captado por este canal.

Volume de Transacções



Valor de Transacções (milhões de AOA)

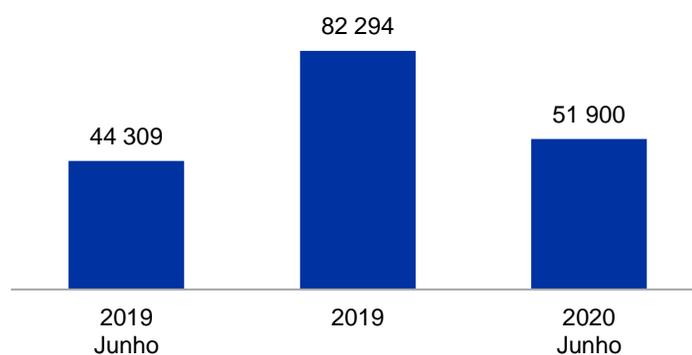




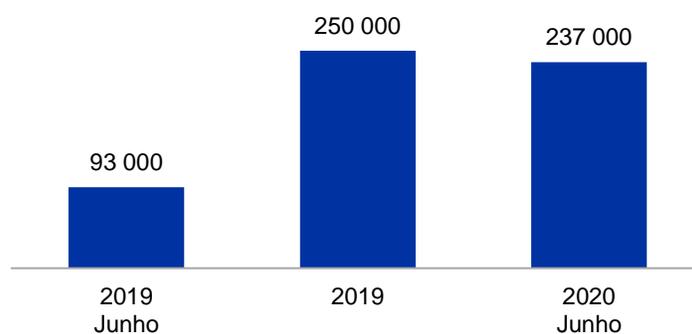
Internet Banking

O processo de migração dos Clientes CIB para a nova plataforma de Internet Banking a que designamos de Business Online (BOL), iniciado em 2018, teve continuidade em 2019 e 2020. Esta plataforma tem permitido aos Clientes, otimizar o seu controlo financeiro, através de ganhos de eficiência, com tempos de resposta mais adequados. Verificou-se que em média, foi efectuado um volume médio mensal de 9 000 transacções online, 17% acima do registado no período homólogo.

Volume de Transacções



Valor de Transacções (milhões de AOA)

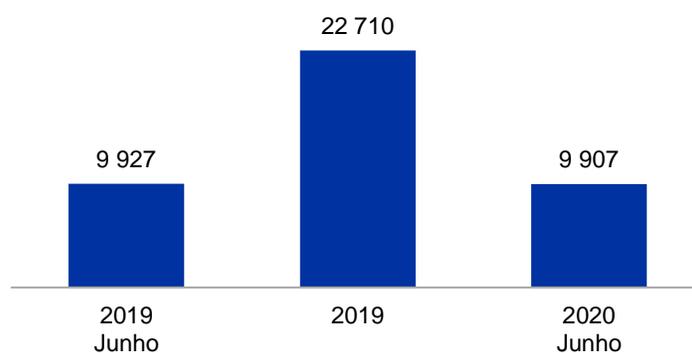




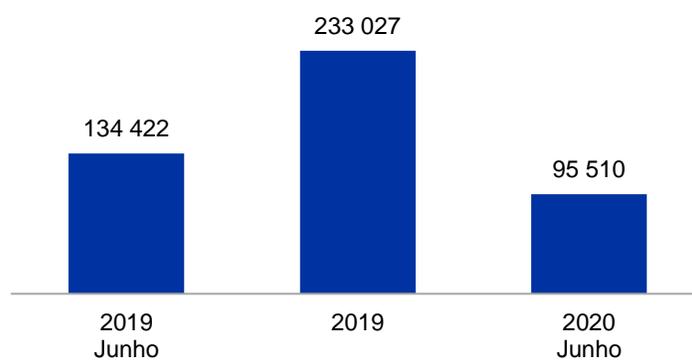
Host-to-Host

A nossa solução de H2H permite alcançar uma maior uniformização de formatos dos ficheiros utilizados para pagamentos/ recebimentos entre o Standard Bank de Angola e o Sistema Integrado de Gestão (ERP) do Cliente. Com esta solução os Clientes têm a opção de, em qualquer momento, libertar os seus pagamentos via “online” para processamento, sem qualquer intervenção do seu Banco, independente do País.

Volume de Transacções



Valor de Transacções (milhões de AOA)

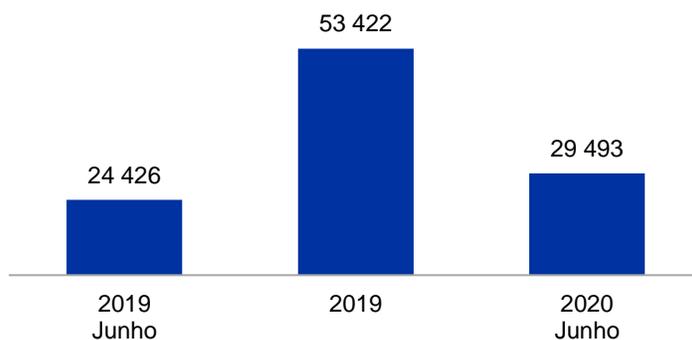




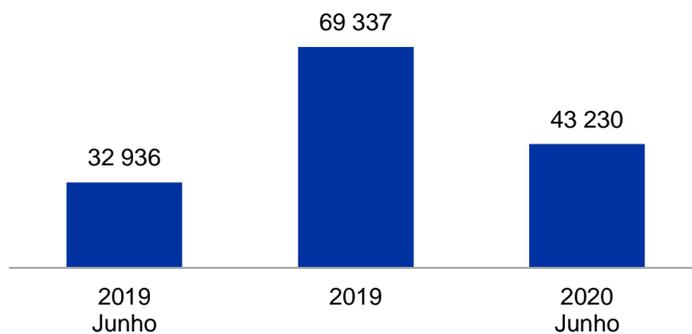
Banca Transaccional

O serviço de CCTV permite aos Clientes visualizarem as contagens de numerário efectuadas através de uma câmara, numa operação em que foram intervenientes. Caso se verifiquem disparidades entre o valor registado pelo Banco e o valor entregue pelo Cliente é possível consultar uma gravação com a contagem efectuada, evitando deslocações ao Banco.

Volume de Transacções



Valor de Transacções (milhões de AOA)





6.5. Estratégia para 2020

O Standard Bank de Angola continua a contribuir para os sectores de actividade que conduzem ao crescimento de África em geral, e de Angola em particular. Esta contribuição é sustentável na medida em que os nossos pilares estratégicos o permitem.

- **Foco no Cliente:** compreender as exigências e as necessidades específicas de cada Cliente, negócio e sector de actividade, com o objectivo de disponibilizar um serviço de excelência e continuar a melhorar a satisfação e experiência do Cliente. O segmento de CIB estará focado na geração de valor para os seus Clientes, pretendendo estabelecer uma relação de parceria que potencie o seu crescimento no médio/ longo prazo. Em 2020, continuaremos a melhorar os nossos processos internos com o objectivo de continuar a otimizar o relacionamento entre o Banco e os nossos Clientes e disponibilizar produtos, serviços e canais mais ágeis, convenientes e rápidos.
- **Pessoas e Cultura:** continuaremos a fortalecer e revigorar as nossas equipas, bem como actualizar a nossa governação e incorporar a nova cultura reforçando a solidez das nossas fundações. A dedicação, paixão e esforço dos nossos Colaboradores é a chave para o sucesso do Standard Bank de Angola e portanto, em 2020 continuaremos a investir no capital humano do Banco, sempre com o objectivo de continuar a melhorar a qualidade de serviço e a proporcionar o melhor aconselhamento possível aos nossos Clientes.
- **Digitalização:** transformar e modernizar os processos e sistemas internos do Banco, ao mesmo tempo que é assegurado o desenvolvimento/ manutenção de plataformas electrónicas e digitais que agreguem serviços de *internet e mobile banking*, continuará a representar uma das prioridades do Banco ao longo de 2020. O objectivo final será sempre continuar a otimizar e melhorar a relação com o Cliente, proporcionando-lhe uma experiência de excelência na sua interacção com o Banco.

**Continuaremos a Contribuir para o Crescimento de África e de Angola,
transformando o Standard Bank de Angola na Instituição Financeira Líder do
segmento de *Corporate and Investment Banking*.**

/07

Gestão de Risco

/Tipologia de Risco

/Modelo de Gestão de Risco e Organização

/Actividades Inerentes ao Modelo de Gestão de Risco

/Risco de Mercado

/Risco de Crédito

/Risco Operacional

/Risco de Taxa de Juro

/Risco de Liquidez

/Risco Reputacional

/Risco de Compliance



7. Gestão de Risco

O Standard Bank Angola tem como objectivo gerir os seus riscos de forma consciente e transversal ao Grupo. Deste modo, adoptamos uma visão holística e voltada para o futuro dos riscos que enfrentamos, avaliando continuamente os riscos actuais e emergentes. O nosso apetite e exposição ao risco é revisto regularmente, em resposta às mudanças no contexto operacional.

Os nossos principais riscos estão intrinsecamente ligados à natureza do nosso negócio. Assim, geri-los com eficácia é essencial para proteger os interesses dos nossos Clientes e accionistas e criar valor partilhado entre todos os interlocutores.

As constantes mudanças na indústria e no ambiente operacional dão origem a riscos emergentes cujo impacto potencial na estratégia e nas operações do Banco deve ser compreendido e gerido. Estes riscos são discutidos nos Comitês de Gestão e Governação, permitindo-nos agir de modo a mitigar o seu impacto de longo prazo, tanto no desempenho financeiro como na reputação. O Standard Bank de Angola dispõe de processos internos apropriados preparando o Banco para reagir de forma adequada aos riscos emergentes. No futuro, continuaremos a melhorar a consistência do processo de identificação e materialização destes riscos. Pretendemos melhorar a nossa capacidade de transformar o conhecimento sobre risco em medidas concretas, de modo a reforçar uma cultura de risco em todo o Banco e identificar oportunidades a longo prazo, respondendo efectivamente aos riscos emergentes.

Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, conseqüentemente, são produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes relatórios não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.



7.1. Tipologia de Risco

Os principais riscos contemplados no Modelo de Gestão de Risco são os seguintes:

Risco de Mercado

O controlo das operações diárias efectuadas pela área de Risco de Mercado inclui todos os riscos de mercado relevantes para a actividade do Banco, incluindo determinadas exposições a sensibilidades de risco futuro. Consiste no risco de uma alteração no justo valor, no valor efectivo de mercado ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis do mercado (ex.: preços de acções, obrigações ou matérias-primas, taxas de câmbio, taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas nas variáveis de mercado).

Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do processo de crédito, nomeadamente, análise, autorização, monitorização e, quando necessário a recuperação; baseando-se ainda nas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão prudente. O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial do Banco. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reavaliação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reavaliação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva) e variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de que uma entidade, embora solvente, não possa manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender às suas obrigações de pagamento na totalidade ao vencerem, ou só possa fazê-lo em termos materialmente desvantajosos.



Risco Reputacional

Risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco o que pode prejudicar a rentabilidade e / ou sustentabilidade de seus negócios.

Esses danos podem resultar de uma quebra de confiança, a confiança ou relações de negócios por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores que podem afectar adversamente a capacidade do grupo para manter a empresa já existente ou gerar novas relações comerciais e contínuo acesso a fontes de financiamento.

Risco de Compliance

Compreende o risco de ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação da Instituição Financeira, devido à incapacidade de cumprir leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas sofridas em consequência da inadequação, ou falha em processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Sendo este risco parte natural de qualquer actividade de negócio, o objectivo do Banco consiste na sua monitorização, identificando e mitigando o seu impacto.

O Modelo de Gestão de Risco do Banco actua transversalmente às áreas de negócio e de suporte do Standard Bank de Angola. Assim sendo, existe uma estrutura completamente definida que facilita a comunicação entre os vários intervenientes do Banco, e assim, permite a eficácia nos processos e procedimentos de mitigação do risco.

A aplicabilidade e alinhamento do Modelo de Gestão de Risco com as linhas de defesa do Sistema de Controlo Interno permite optimizar a detecção do impacto dos riscos inerentes à actividade do Banco. Desta forma, o Modelo de Gestão de Risco requer a implementação de actividades periódicas de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos riscos identificados.



7.2. Modelo de Gestão de Risco e Organização

A estrutura organizacional do Standard Bank de Angola assenta numa gestão de riscos avançada que preserva a independência da função de gestão de risco e mantém a proximidade junto das áreas de negócio onde os riscos têm a sua origem.

A presente estrutura promove uma gestão eficiente de riscos ao garantir que as actividades façam parte do plano e responsabilidades de cada área. Neste sentido, o Standard Bank de Angola detém um conjunto de políticas e procedimentos de governação para cada tipologia de risco que permitem alinhar as actividades a ser desenvolvidas. O Conselho de Administração é apoiado nesta responsabilidade pelo Director de Risco, que faz parte do órgão independente responsável pela função de gestão de risco do Banco.



O modelo de gestão de riscos do Standard Bank de Angola assenta em três linhas de defesa, visando garantir a independência e eficiência desta gestão, e assegurar a monitorização e governação adequada dos diversos riscos, nomeadamente, Crédito, Compliance, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional e Sistemas de Informação.

A responsabilidade pela gestão de risco dentro de cada linha de defesa encontra-se ao nível funcional e a nível dos diferentes comités. As linhas de reporte garantem a segregação das funções e independência do modelo.

- No âmbito do Modelo de Gestão de Risco, a primeira linha de actuação consiste na gestão das Unidades de Negócio e de Suporte. Esta linha é responsável pela gestão de risco do Banco, sendo a apreciação, avaliação e mensuração de riscos um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio.



- As responsabilidades da segunda linha de defesa compreendem a definição da estrutura de gestão de risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Risco do Standard Bank Angola, e para o Conselho de Administração através dos Comités de Crédito, do Comité de Gestão de Risco, e de Activos e Passivos. As funções de gestão de risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de gestão de risco, e política nas unidades de negócio, aprovar os riscos dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral independente da eficácia da gestão de risco pela primeira linha de defesa.
- A terceira e última linha de defesa fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do quadro global de gestão de risco e estruturas de gestão de risco e relatórios para o Conselho de Administração através do Comité de Auditoria.



7.3. Actividades Inerentes ao Modelo de Gestão de Risco

O Modelo de Gestão de Risco do Standard Bank de Angola compreende as actividades de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos actuais e potenciais riscos, de forma contínua.

Identificação

As actividades de identificação de riscos possuem técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do Standard Bank de Angola.

Avaliação

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma atempada, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de esforço.

Acompanhamento

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do Modelo de Gestão de Risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos com base em informação fidedigna.

Mitigação

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.



7.4. Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como o risco de uma alteração no valor de mercado real ou intrínseco, ou nos ganhos de uma carteira diversificada de instrumentos financeiros causada por movimentos adversos no preço dos diferentes activos que a compõem. O risco de mercado cobre tanto o impacto desses factores de risco no valor de mercado dos instrumentos negociados como o impacto na margem de juros líquida do Banco devido ao risco de taxa de juro inerente ao activo e passivo da carteira do Banco.

A identificação, gestão, controlo, análise e reporte do risco de mercado são classificados da seguinte forma:

- Risco de Negociação: este risco surge em actividades de trading em que o Banco actua como agente principal, sem intermediários, com os investidores. A política do Banco é que todas as actividades de negociação estejam contidas nas operações de Corporate and Investment Banking (CIB).
- Risco de taxa de juro do Banco: este risco está inerente ao risco estrutural de taxa de juro causado pelas diferentes características de Pricing associadas aos activos e passivos do Banco.
- Risco cambial: tem a sua génese na alteração do justo valor futuro dos fluxos de caixa, com diferentes níveis de exposição financeira, devido a alterações na taxa de câmbio subjacente.
- Risco de investimento em Acções: este risco surge da volatilidade dos preços das acções, com maior ou menor liquidez, devido a condições sistémicas e não sistémicas.

Governança

O Conselho de Administração aprova o apetite e os padrões de risco de mercado para todos os tipos de risco de mercado. O Conselho concede ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) autoridade geral para assumir a exposição ao risco de mercado.

O Comité de Activos e Passivos define políticas de risco de mercado para garantir que a medição, produção de relatórios, monitorização e gestão do risco de mercado associado às operações do Banco seguem uma estrutura de governança holística. O ALCO reporta à Comissão Executiva (EXCO) e ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

A gestão de risco no País está sob a tutela do Grupo Standard Bank para assegurar que os padrões do Grupo são respeitados e os requisitos mínimos alcançados.

A unidade de gestão de risco, que é independente da actividade de negociação e faz reporte directo ao ALCO, controla as exposições ao risco de mercado decorrente da actividade do Banco. Esta unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.



Técnicas para medir e controlar o Risco de Mercado

Posição Cambial Diária

O Conselho de Administração sob sugestão do ALCO define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições overnight de forma agregada. Estes limites estão alinhados com o limite para a posição aberta líquida especificada pelo BNA, a qual corresponde normalmente a uma proporção do capital do Banco.

Value-at-Risk (VaR) Diário

O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o Standard Bank de Angola utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico. Esta metodologia contempla a seguinte base de monitorização:

- Regra geral, e de acordo com os princípios e procedimentos sobre cálculo do VaR, os dados históricos utilizados no cálculo são observáveis no mercado. Este cálculo também tem em consideração, implicitamente, a correlação de dados;
- Para operações em que existem posições não lineares consideráveis, este tipo de cálculo é mais rigoroso que a variação/co-variação, porque tem explicitamente em consideração efeitos de segunda e de terceira ordem;
- No entanto, a utilização do VaR histórico, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta mais limitações do que quando se adopta uma simulação de Monte Carlo. São efectuadas simulações de Monte Carlo para complementar o cálculo do VaR e auxiliar a análise de novas transacções, sempre que necessário.

Backtesting do VAR

A área de Risco de Mercado testa o rigor da métrica VaR através de um processo de backtesting, ou seja, uma comparação ex-post da medida do risco gerado pelo modelo VaR com as alterações diárias efectivas do valor da carteira devido a alterações das variáveis do mercado, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas do backtesting baseiam-se em lucros ou perdas teóricas derivados dos movimentos de mercado e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%. A unidade de Risco reporta as excepções e respectivas justificações com uma periodicidade mensal ao ALCO.



Testes de Esforço

Os testes de esforço permitem quantificar as perdas potenciais que podem ocorrer em condições de mercado extremas, mas plausíveis. São um complemento a outras medidas de análise de risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco de mercado. O exercício de testes de esforço praticado pelo Standard Bank de Angola, para além de ser uma ferramenta crucial à gestão de risco interna do Banco, também responde às directrizes previstas no Instrutivo N°2/2017 emitido pelo Banco Nacional de Angola que tem como objectivo uma gestão de risco eficaz e eficiente, bem como, salvaguardar a solvabilidade e liquidez das Instituições Financeiras que operam no Sistema Financeiro Angolano.

PV01

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.

Outras Medidas de Risco de Mercado

Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as unidades de negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximos e mínimos para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação. Os modelos de Pricing e as métricas de gestão de risco em vigor no Banco, desenvolvidas pelo Standard Bank de Angola ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de risco de mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização. Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos. Do mesmo modo, a área de risco de mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos inputs utilizados no Pricing dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão menos razoável dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal. Sempre que sejam identificadas diferenças significativas são executados os ajustes mark-to-market necessários.

Análise de Sensibilidade da Margem Financeira

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.



Monitorização e Reporte

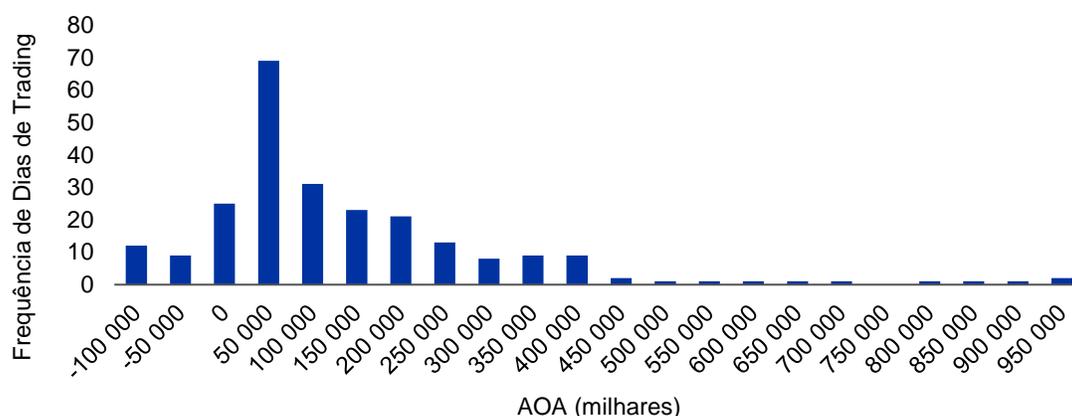
O controlo e acompanhamento do risco de mercado é realizado mensalmente pelo ALCO e trimestralmente pelo Comité de Risco.

Análise do Risco de Mercado em 2020

Distribuição dos Resultados de Operações de Negociação

O histograma abaixo apresenta a distribuição das perdas e ganhos diários relativos ao exercício do primeiro semestre de 2020. Esta análise revela a volatilidade dos resultados provenientes das actividades de negociação, evidenciando o número de dias para os quais o retorno se fixou dentro dos intervalos assinalados. Como é visível na figura abaixo, a distribuição encontra-se enviesada à direita, reflectindo o desempenho positivo do Banco, com um rendimento positivo em 203 dos 241 dias analisados.

Distribuição dos Ganhos e Perdas Consolidados



Análise do VaR e do Rendimento Real

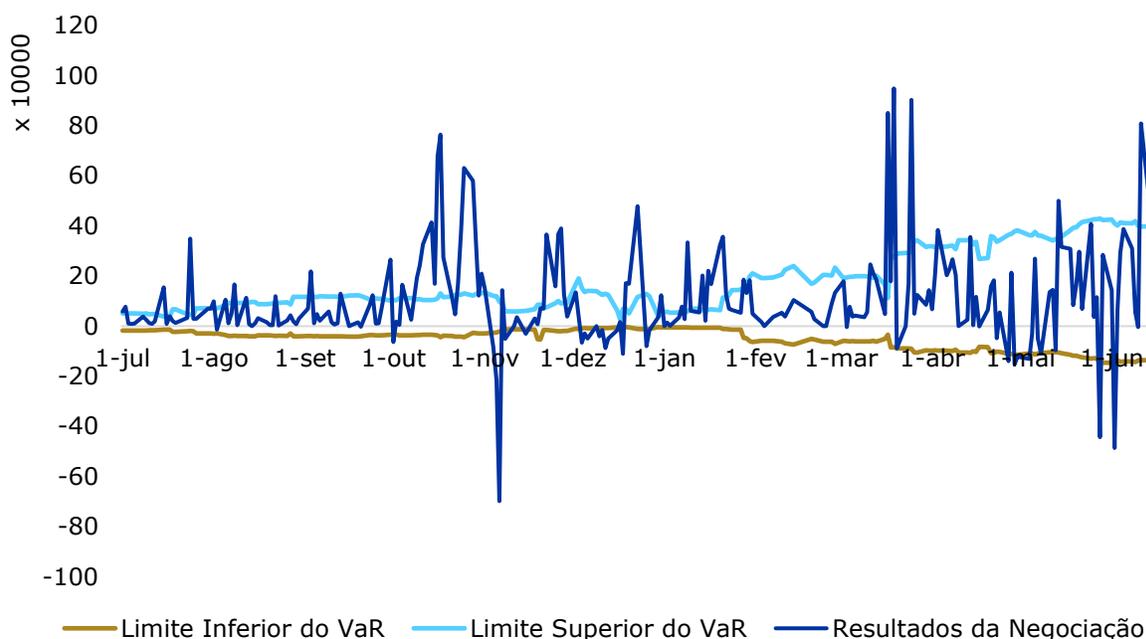
Negociação e Var diversificado normal

O gráfico abaixo revela a análise do VaR normal e do rendimento real de carteira durante o segundo semestre de 2019 e o primeiro de 2020.

O aumento significativo no VaR no segundo trimestre de 2020 é explicado pelo aumento das posições em moeda estrangeira e pela maior volatilidade nos cenários de apreciação do Kwana, que teve um impacto adverso nas posições longas em USD. Por causa da apreciação do Kwana, que não estava de acordo com as expectativas do mercado, a Sala de Mercados reduziu as exposições a títulos indexados ao USD.



Negociação e VaR Normal Diversificado 2019/2020



Variação do VaR Normal Diversificado

A tabela abaixo destaca o VaR normal diversificado histórico nos vários departamentos de negociação. O VaR normal diversificado mínimo e máximo de negociação em todo o Banco variou entre AOA 2 902 milhares e AOA 168 314 milhares, respectivamente, com uma média anual de AOA 55 242 milhares, o que se traduz na utilização conservadora do limite base do VaR de 11,9%.

Detalhes	Máximo	Mínimo	Média	30Jun20	30Jun19	Limite
Negociação Total (Banco)	168 314	2 902	55 242	168 314	34 770	465 000
Negociação em Moeda Estrangeira	184 709	3 983	55 861	184 709	32 533	370 000
Negociação Rendimento Fixo	71 253	716	4 729	25 378	2 067	113 000



Análise do PV01 (AOA milhares)

Variação do PV01

A tabela abaixo mostra o PV01 do mercado de capitais do segmento bancário e a negociação relativa a instrumentos de rendimento fixo, como as obrigações. A exposição PV01 da carteira de negociação de rendimento fixo aumentou para AOA 1 156 milhares em relação à exposição do ano transacto, devido à compra de títulos indexados ao USD. A exposição PV01 da carteira de mercados monetários (FVOCI) diminuiu para AOA 4,8 milhões, valor inferior ao do período homólogo como resultado da venda de Certificados do Tesouro e Obrigações do Tesouro a 2 anos. O limite foi administrado de forma adequada em toda a carteira bancária e comercial.

Detalhes	30Jun20	30Jun19	Limite
Negociação Rendimento Fixo	(1 156)	(144)	1 503
Negociação Taxa de Juro	(1 156)	(143)	1 528
FVOCI (AFS)	(4 779)	(7 556)	7 400

Valores em milhares de AOA

Políticas de Risco de Mercado

Existe risco de mercado sempre que o Standard Bank de Angola tenha posições de negociação, bancárias ou de investimento. Assim o âmbito desta é de cobrir todo o risco de mercado incluído nos livros de negociação e bancário do Banco.

Norma de Gestão de Risco de Mercado

A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo assim que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão do mesmo obedecem a um quadro de governação comum ao Grupo, em cumprimento com a Regulamentação Angolana.

Procedimento de *Backtesting*

O Procedimento de *Backtesting* está subordinado à Política de Risco do Mercado.



Princípios de VaR

Os princípios centrais devem ser utilizados como base no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.

Procedimento de Testes de Stress

Os procedimentos de testes de esforço que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado.



7.5. Risco de Crédito

O risco de crédito adopta particular importância num contexto macroeconómico hostil pela importância dada à admissão de novas operações, ao acompanhamento de carteiras de crédito e sua monitorização e mitigação de quaisquer riscos emergentes.

Para o Standard Bank de Angola, a gestão deste risco baseia-se numa metodologia que abrange cada uma das fases do processo de gestão, entre elas i) Análise; ii) Aprovação; iii) Monitorização e, quando necessário, Recuperação. Esta gestão difere entre Clientes particulares e empresas, sendo por isso efectuada mediante a segmentação dos Clientes e tendo por base:

- Recurso a sistemas internos de rating e scoring apropriados aos diferentes segmentos do negócio e utilização de um modelo de monitorização de portefólio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;
- Estrutura sólida de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições de crédito;
- Dedicção exclusiva de unidades estruturais para recuperação de crédito em situações de incumprimento;
- Evolução da carteira acompanhada de forma regular.

O Banco determina limites de risco de acordo com a sua exposição total ao risco de crédito e com a absorção de capital relativo ao total do capital disponível para todas as contrapartes, de forma a evitar o apetite e concentração ao/do risco de crédito. Estes limites devem ser cumpridos nas medidas de concessão e gestão da carteira de crédito.

De forma a garantir um aumento da rentabilidade e um crescimento sustentável, é essencial garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco. Para 2020 o apetite de risco cobre três níveis diferentes:

Nível I: dimensões de apetite de risco

- Capital regulamentar
- Capital económico
- Stressed earnings
- Liquidez



Nível II: Dimensões de apetite de risco por tipo de risco

- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de negócio

Nível III: Limites de portefólio por tipo de risco

- Risco de crédito (Rácio de perdas de crédito, Crédito vencido, Concentrações)
- Risco operacional (Perdas de risco operacional (%) para o total de rendimentos)
- Risco de mercado: (Limites (VaR) e (SVaR))
- Risco de taxa de juro (Sensibilidade da taxa de juro)
- Risco de liquidez (Rácio de financiamento estável líquido, Rácio de cobertura das necessidades de liquidez)

Factores de Risco de Crédito

Avaliação do risco de crédito

O Standard Bank de Angola atribui uma notação de risco a um Cliente, através de modelos de scoring e rating que permitem avaliar, qualitativa e quantitativamente, a probabilidade de incumprimento.

A base desta avaliação é uma matriz utilizada pelo Grupo Standard Bank que tem equivalência para as matrizes internacionais de agências de rating External Credit Assessment Institutions (ECAI).

Quanto aos níveis de aprovação, são quantificados tendo em consideração as classes de risco das contrapartes, sendo-lhes atribuída uma classificação de risco com a exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, o Standard Bank de Angola definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Clientes empresa, a partir de diagnósticos internos e cumprindo as orientações do BNA em matéria de crédito.

Avaliação de garantias hipotecárias

O Standard Bank de Angola tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias em cumprimento com as orientações do BNA, no âmbito do processo de adopção plena das IAS/ IFRS, que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados.



As suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco, para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco.

O Banco procura apaziguar o risco de crédito identificado para qualquer contraparte, transacção ou sector, uma forma de obter um equilíbrio entre risco, custo, utilização de capital e recompensa, sempre que possível.

Os valores dos colaterais nunca podem ser influenciados por imperativos de áreas de negócio ou de preço.

Aprovação de Crédito

De forma a garantir que as pessoas e Comités com qualificações cumprem os seus deveres, a delegação de poderes é definida na norma de crédito do Banco. Assim a eficiência operacional da concessão, gestão de contas e função de cobrança dos departamentos de crédito é otimizada.

Enquanto vigorar a nomeação de cada pessoa para determinado cargo, os poderes são concedidos, individualmente.

A política esclarece ainda que de 2 em 2 anos devem-se realizar testes regulares para que os mandatos de crédito sejam alocados aos devidos Colaboradores, com as qualificações necessárias.

Provisões para perdas de imparidade de crédito

Desde o início de 2018 que o Standard Bank adoptou o cálculo de imparidades em conformidade com os requisitos e metodologia da norma IFRS9, que representa uma evolução face ao IAS 39.

Este modelo permite identificar a probabilidade de incumprimento da carteira (Probability of Default) e a sua percentagem de perda (Loss Given Default).

Para cada Cliente que apresente um incumprimento igual ou superior a 90 dias, é realizada uma análise individual que determina o justo valor da carteira de crédito, considerando o valor actual dos cash-flows futuros estimados.

Risco de Concentração

Com o intuito de salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ ou os limites definidos pelo Conselho de Administração, para além da monitorização, o Standard Bank de Angola avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco.



Monitorização e Reporte do Risco de Crédito

Adicionalmente, para acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, o Standard Bank de Angola adopta um conjunto de iniciativas:

- **Testes de stress** | cada Cliente é avaliado individualmente num cenário macroeconómico desfavorável e são quantificados os possíveis impactos no desempenho do mesmo, em matéria de qualidade do seu crédito.
Estes testes são uma ferramenta chave de apoio para processos de negócio: (i) planeamento estratégico e financeiro; (ii) planeamento de gestão de capital; (iii) planeamento e gestão de liquidez; (iv) actualização e definição do apetite de risco; (v) identificação e mitigação pro-activa de riscos através de limites dinâmicos.
- **Análise/ impacto do risco de país à carteira** | prevê quais os Clientes da carteira de crédito que, numa eventual queda da notação de risco do país, terão impacto negativo.
- **Gestão de contratos** | monitoriza de forma contínua, os termos e condições dos contratos celebrados.
- **Avaliação de garantias** | actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, alinhadas com as orientações estipuladas pelo BNA.

Qualidade de Crédito

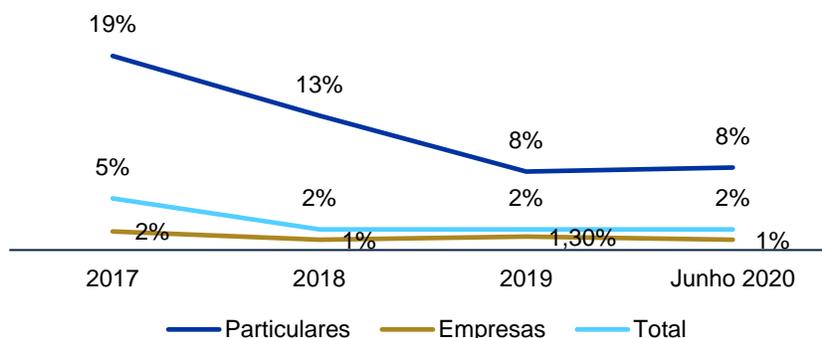
O nível de provisionamento da carteira de crédito do Standard Bank manteve-se em 2%. Este resultado reflecte a manutenção do nível de incumprimento, resultado da adopção de medidas de risco preventivas e da revisão do apetite de risco de crédito do Banco para combater o contexto macroeconómico adverso.

A carteira de crédito de particulares tem um risco associado superior ao segmento de empresas. Como tal, o grau de cobertura de imparidades para a carteira de crédito de particulares foi de 8%, enquanto que para o segmento de empresas foi de apenas 1%. Estas percentagens mantiveram-se comparativamente a Dezembro de 2019.

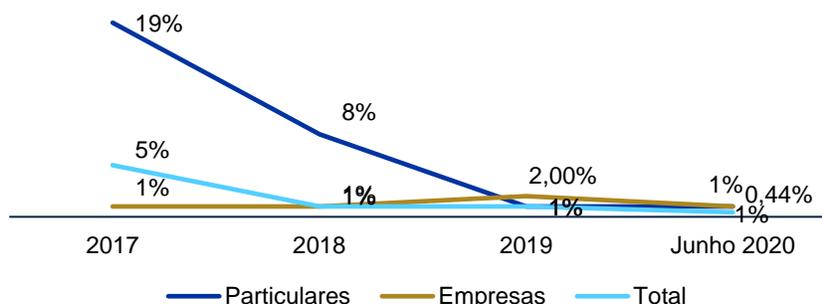
Paralelamente, o rácio de incumprimento superior a 90 dias da carteira de crédito, diminuiu de 1% em Dezembro de 2019 para 0.44% em Junho de 2020.



Cobertura da Carteira de Crédito pela Imparidade



Incumprimento superior a 90 dias



Políticas de Crédito

Os princípios e métodos de gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito do Standard Bank de Angola estão de acordo com a política estabelecida pelo Grupo Standard Bank.

O Standard Bank de Angola rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank é transversal a todas as unidades de negócio, entidades jurídicas e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

- Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito
- Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito
- Definição das principais responsabilidades
- Estrutura de reporte a utilizar



Adicionalmente, cada sector de negócio do Banco (PBB e CIB) define políticas internas que regulam as práticas específicas para os Clientes particulares e empresas auxiliando, deste modo, o processo de decisão de operações da carteira de crédito.

Exposição ao Risco de Crédito

Com base na qualidade de crédito, os empréstimos e adiantamentos são assinados e categorizados de acordo com os seguintes conceitos:

Incumprimento

É definido incumprimento pelo Banco, aquando dos seguintes eventos:

- Improbabilidade de pagamento do montante devido na data de vencimento ou pouco tempo depois deste, sem que a contraparte recorra a alienações de títulos (tendo indícios objectivos por base);
- Quando a contraparte é devedora há mais de 90 dias.

Performing Loans

- Crédito ainda não vencido e sem imparidades específicas, que cumpre todas as obrigações e condições contratuais. Os créditos cuja monitorização não requer especial atenção, são classificados de 1 a 21 na escala do Banco, enquanto que aos que necessitem de monitorização regular são dadas classificações de 22 a 25;
- Créditos que sofreram falhas contratuais nos pagamentos estando há menos de 90 dias em falta, sem que seja especificamente crédito com imparidades. É esperado que o valor facial seja recuperado, quando a recepção de cash flows futuros inclui garantias. Neste caso a probabilidade de perda é baixa, mas poderá ocorrer aquando da persistência de condições adversas.



Non-Performing Loans

Non-Performing Loans (NPL) são créditos onde são identificados indícios de incumprimentos pelo Banco, como a quebra de obrigações ou condições contratuais, ou a existência de prestações em dívida há mais de 90 dias.

A tabela abaixo define a escala de scoring do Banco e é utilizada para garantir o alinhamento com as políticas de crédito do Banco.

	CLASSIFICAÇÃO	QUALIDADE DE CRÉDITO	MOODY'S INVESTOR SERVICES	STANDARD & POOR'S	FITCH
1-4	Investimento	Monitorização Normal	Aaa, Aa1, Aa2, Aa3	AAA, AA+, AA, AA-	AAA, AA+, AA, AA-
5-7			A1, A2, A3	A+, A, A-	A+, A, A-
8-12			Baa1, Baa2, Baa3	BBB+, BBB, BBB-	BBB+, BBB, BBB-
13-21	Sub-Investimento	Monitorização Próxima	Ba1, Ba2, Ba3, B1, B2, B3	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-
22-25			Caa1, Caa2, Caa3, Ca	CCC+, CCC, CCC-	CCC+, CCC, CCC-
Incumprimento	Incumprimento	Incumprimento	C	D	D



7.6. Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas sofridas em consequência da inadequação, ou falha em processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. No Standard Bank de Angola os vários subtipos de risco operacional são geridos e acompanhados pelo Departamento de Risco Operacional. Estes subtipos incluem o Risco Fiscal, Risco de Seguro, Risco Legal, Risco de Informação/Tecnológico, Risco de Gestão de Continuidade do Negócio, e Controlo de Crimes Financeiros.

O Banco tem uma preocupação crescente com a mitigação do risco operacional, com um investimento contínuo para aplicação das melhores práticas internacionais. A gestão do risco operacional no SBA, preconiza as políticas seguidas pelo Grupo e assenta essencialmente em pilares como:

- Gestão de Incidentes
- Sistema Auto-avaliação de Controlos de Risco (RCSA)
- Indicadores Chave de Risco Operacional (Key Risk Indicator - “KRI”)

Modelo de Gestão

O modelo de gestão do Banco testa a capacidade de resposta em situações de crise do negócio, desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, bem como prepara respostas em casos de emergência. O Banco dispõe de:

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente mecanismos de segurança física e electrónica eficazes
- Plano de Continuidade de Negócio, com foco em programas de primeiros socorros e evacuação ou centros de dados alternativos
- Sistemas de detecção de fraude e branqueamento de capitais

Governança

A função de risco operacional é independente da função de gestão do negócio e faz parte da 2ª linha de defesa do sistema de controlo interno, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governança de risco operacional e facilitar a sua adopção.

Existem equipas dedicadas a cada unidade de negócio, bem como às áreas de especialização (ou seja, Gestão de Continuidade de Negócio, Gestão de Risco de Informação, Gestão do Risco de Fraudes) que facilitam a adopção do modelo de governança de risco operacional.



O Departamento de risco operacional, monitoriza, supervisiona e reporta temas de risco operacional nos seguintes fóruns:

- Gestão de continuidade de negócio e Risco de informação
- Comité de Gestão de Risco da Comissão Executiva (presidido pela Administradora executiva com pelouro de controlo interno e em agregação com outros tipos de risco)
- Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração

Departamento de Risco Operacional



A Função de Risco Operacional

A função de risco operacional tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no sector financeiro, dada a sua importância face a potenciais impactos negativos resultantes de uma gestão danosa.

Por sua vez, o risco operacional impacta outros tipos de risco, como o de crédito e o de liquidez. Desta forma, é essencial para o Banco implementar mecanismos de gestão robustos e eficazes, de forma a minimizar a exposição a este risco.

O Standard Bank de Angola continua com o mecanismo de gestão de incidentes implementado, que reporta à gestão num período máximo de 48h, e onde é feita uma análise sobre a causa, bem como é traçado de imediato um plano de acção de forma a evitar a recorrência. Este exercício serve como base para que possa ser realizada uma auto-avaliação dos riscos e controlos existentes, e que se identifiquem os riscos materiais a que cada unidade de negócio poderá estar exposta, tendo em conta a estratégia que



pretende alcançar. A probabilidade da ocorrência destes riscos é ainda mensurada mensalmente, ao fim de auferir a efectividade dos mitigantes implementados para reduzir a exposição aos riscos. Nestes exercícios são considerados quaisquer aspectos que possam colocar em causa a continuidade de negócio do Banco, assim como se analisa a capacidade de resposta em situações de crise.

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o Standard Bank de Angola recorre a 3 instrumentos de gestão de risco:

- Política de gestão de incidentes: política que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados até 48 horas úteis e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua gestão centralizada.
- Key risk indicators (KRI): implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.
- Risk control self-assessment: metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.



7.7. Risco de Taxa de Juro

Das exposições decorrentes de alterações nas taxas de juro, o Standard Bank de Angola garante a identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte das mesmas.

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afectem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afectam os lucros de um Banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um Banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor actual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais.

Gestão do Risco de Taxa de Juro

Risco de Refixação

Surge aquando de divergências entre as maturidades residuais e/ ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros.

Risco da curva de rendimentos

Sempre que existem alterações imprevistas na curva de rendimentos que têm consequências adversas no rendimento ou no valor económico de uma Instituição Financeira. Ao contrário do risco de refixação, este admite a possibilidade de se verificarem alterações não paralelas na curva de rendimentos, constituindo por isso um refinamento de abordagem face ao anterior.

Risco de indexação

Consequência da correlação imperfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, que de outro modo têm características de refixação semelhantes, por dependência de diferentes indexantes.

Risco de opção

Resultado da inclusão de cláusulas de opção em instrumentos de balanço, ou nas contas extrapatrimoniais que facultam ao proprietário não a obrigação, mas apenas o direito de comprar, vender, ou de alguma forma alterar o fluxo financeiro associado a um instrumento financeiro.



Governança

No Standard Bank de Angola é da competência do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de gestão do risco de taxa de juro na carteira bancária, de modo a proteger a margem financeira e o valor económico dos fundos próprios do Banco.

É da responsabilidade do Banco salvaguardar a margem financeira e valor económico dos fundos próprios do Banco, é da responsabilidade do ALCO definir as orientações de gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária (Interest Rate Risk of Banking Book – IRRBB).

A gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária é feita pela Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM), que tem total responsabilidade pela monitorização e medição do risco de taxa de juro a que o Banco está exposto, para posteriormente reportar os resultados ao ALCO.

Princípios de gestão do risco de taxa de juro

Análise estática de GAPS

Análise que quantifica o impacto na margem de juros, causado por alterações das taxas de juro.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro, são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação da taxa de juro. Deste modo, o gap de refixação surge da subtracção dos passivos em cada uma das bandas temporais aos activos correspondentes. Para dar um número aproximado da alteração na margem de juros, resultante do anteriormente referido movimento das taxas de juro, estes gaps podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro. Contudo, não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco, devido às limitações desta metodologia.

Análise de Sensibilidade do Valor Económico

O valor económico do activo e passivo das Instituições Financeiras é afectado por variações nas taxas de juro do mercado. Este valor representa uma avaliação actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros.

Ao contrário da perspectiva de sensibilidade da margem de juros, a perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos possíveis efeitos e impacto das alterações das taxas de juro no longo prazo.

As alterações no valor económico por consequência do choque padrão das taxas de juro, serve de base para o cálculo do risco associado a este valor. Assim, é realizada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal.



Actualmente, o alerta de apetência de risco do valor económico do Standard Bank de Angola é 20% da soma dos fundos próprios de base (Nível 1) e fundos próprios complementares (Nível 2).

Análise de Sensibilidade da Margem Financeira

Para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro, é utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros.

Para tal, de forma a determinar o impacto que estas alterações possam ter na margem de juros futura, é necessária uma abordagem que envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro.

Para calcular o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária, devem ser considerados pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite não só a interacção dinâmica de pagamentos e taxas de juro, como também captura o impacto das opções incorporadas e explícitas.

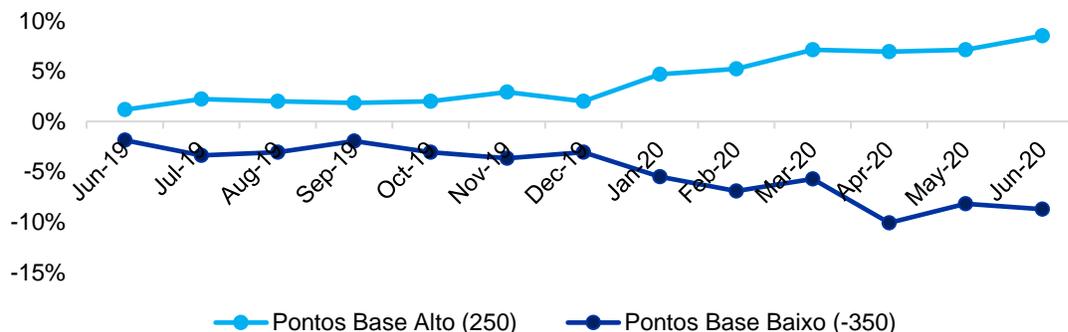
Os três tipos de análise necessário, são:

- **Mediação do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária em Condições Normais de Mercado:** a exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro optimista, esperado e em baixa deve ser quantificado e relatado mensalmente ao ALCO. Estes cenários devem ser específicos para o tipo de moeda, seja nacional ou estrangeira e basear-se em possíveis alterações das taxas de juro no curto prazo – poderão acontecer devido a aumentos ou cortes das taxas de referência pelo Banco Central e/ ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo.
- **Medição do risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária Para Efeitos de Teste de Esforço Macroeconómico:** considerando os termos exigidos pelo regime de governação de testes de esforço do Standard Bank, os testes de esforço macroeconómico devem ser realizados pelo menos uma vez por ano.
- **Medição do risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária em Condições de Mercado Adversas:** quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Para esta análise são aplicados choques paralelos (up and down) de taxa de juro nos activos e passivos, que têm como limite de tolerância um máximo de alteração negativa igual a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses. O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

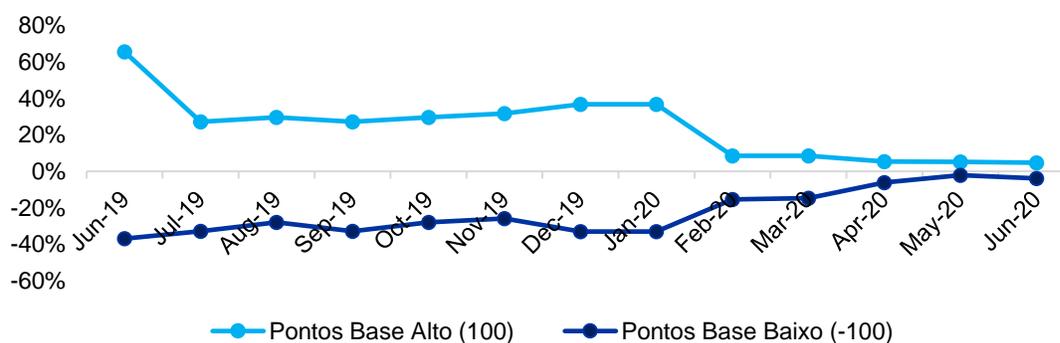


Impacto Taxas de Juro

Moeda Nacional



Moeda Estrangeira



Os gráficos acima apresentam o impacto dos choques aplicados às taxas de juros e o seu efeito nas posições da carteira do Banco, avaliando o risco actual e/ou futuro sobre o resultado líquido e o capital do Banco. Os cenários apresentados, para moeda nacional, são choques de +250 e -350 pontos na taxa de juro do mercado, que impacta directamente o produto bancário do Banco. Por outro lado, para moeda estrangeira, são aplicados choques de +100 e -100 pontos base, tendo em conta as volatilidades da LUIBOR e LIBOR (taxas de referência), de forma a avaliar o seu impacto no produto bancário do Banco.

Nas duas moedas, os comportamentos dos impactos não são explicados apenas pelos movimentos no balanço do banco, mas também pelas variações nas taxas de referência. Como se pode ver nos gráficos, a variação dos impactos em moeda local apresenta um crescimento tendo seguido a tendência da taxa de referência que foi positiva no decorrer do período. Já em moeda estrangeira apresentou uma tendência inversa muito justificado pela queda da Libor que por sua vez foi afectada pela pandemia Covid-19 que conduziu à queda nos mercados internacionais fazendo com a Libor caísse até pelo menos 2 bps.



7.8. Risco de Liquidez

SLRP & ILAAP

A estrutura de risco de Liquidez do Standard Bank Angola está de acordo com os requisitos do Processo de Revisão de Supervisão de Liquidez (SLRP ou Supervisory Liquidity Review Process) e de acordo com a estratégia do Banco. Embora o BNA apenas preveja implementar regulamentos sobre o SLRP e SERP no próximo ano, o Standard Bank já possui procedimentos para avaliar a viabilidade geral da organização e articular a gestão da estrutura de risco e a adequação de capital e liquidez para apoiar o risco da empresa e estratégia de negócios. Os requisitos são:

- Apetência de Risco
- Tolerância de Risco
- Princípios de Risco
- ILAAP (Internal Liquidity Adequacy Assessment Process)
- IRP (Integrated Recovery Plan)

No que tange ao ILAAP o banco identifica, avalia, gere e monitoriza os riscos de liquidez e financiamento em diferentes horizontes de tempo e elabora cenários de esforço e sensibilidade de forma a cumprir com o apetência de risco estabelecido pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), garantindo que as responsabilidades possam a ser atendidas em cenários normais e de esforço, onde todos os anos são revistos e aprovados os rácios mencionados baseando-se nos Princípios de Gestão de Risco de Liquidez. Os rácios de Cobertura de Liquidez (LCR), o de Financiamento Estável Líquido (NSFR) e de concentração de depósitos são os principais critérios de medição que impulsionam o perfil de liquidez.

Nesse contexto o Banco cumpre com os requisitos do ILAAP da seguinte forma:

- Reavaliação com Estratégia e gestão de balanço
- Revisão dos processos existentes como:
 - Revisão dos principais factores de risco de liquidez e cenários de teste de esforço de liquidez, identificando as melhorias necessárias
 - Análise quantitativa, incluindo documentação das métricas do risco de liquidez
 - Avaliação a adequação da apetência de risco e plano de financiamento de contingência
 - Determinação / impacto do valor do buffer de liquidez
 - Revisar áreas específicas dentro de cada um dos documentos da política de liquidez do Banco que precisam ser aprimorados para abordar quaisquer lacunas identificadas

Resumindo, concluímos que o Standard Bank Angola já cumpre com as boas práticas internacionais.



Risco de Liquidez

O Standard Bank Angola apresenta uma elevada solidez e estabilidade por consequência de uma eficiente e prudente gestão do risco de liquidez adoptada.

O Banco está exposto a um risco de liquidez, pela natureza dos serviços financeiros que oferece em Angola. Dentro desse risco, destacamos duas subcategorias:

- **Risco de liquidez de financiamento:** representa o risco dos financiadores do Banco retirarem ou não renovarem o seu financiamento.
- **Risco de liquidez de mercado:** associado ao risco de transformar activos líquidos em ilíquidos, por ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados, que leve a potenciais perdas, como consequência da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

Gestão do Risco de Liquidez

Gestão Tática de Liquidez (Curto-Prazo)

- Gestão diária da liquidez
- Gestão dos fluxos de caixa de curto prazo
- Monitorização dos requisitos de fluxo de caixa

Gestão Estrutural de Liquidez (Longo-Prazo)

- Garantia da estrutura apropriada do balanço
- Determinação e aplicação do perfil comportamental
- Gestão dos fluxos de caixa de longo prazo
- Indicação dos requisitos de fundos a longo prazo
- Garantia de preços de transferência de fundos (FTP)

Gestão Contingente do Risco de Liquidez

- Monitorização e gestão de indicadores antecipados de alerta
- Estabelecimento e manutenção de um plano formal de contingência de liquidez
- Realização de testes de esforço de liquidez regulares e análise dos diversos cenários

A gestão de liquidez do Banco foi criada para garantir uma gestão completa e ampla do risco de liquidez, de forma a garantir o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos (em ambas as moedas nacional e estrangeira).



Para cada moeda material (quando os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes) são calculados os seus limites de tolerância, alertas de apetência de risco, elementos de monitorização e os requisitos adicionais.

São também analisadas as exposições ao risco de liquidez em conjunto com outros riscos – mercado, crédito, operacionais e legais. Formalmente, a gestão do risco de liquidez do Banco esta definida através das seguintes normas e documentos:

Norma de Risco de Liquidez

Determina e define os princípios em que o Standard Bank Angola assume riscos de liquidez, assim como o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

Política de Risco de Liquidez

Estabelece os princípios de gestão de risco de liquidez concretos para o Banco, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.

Documento de métodos de criação do perfil comportamental face ao risco de liquidez

Para a análise de risco de liquidez, tem como objectivo identificar um perfil de maturidade dos activos e passivos.

Política de Contingência de Liquidez

Define uma estrutura de governação com o objectivo de atenuar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez.

Governação

Como anteriormente referido, no Standard Bank de Angola é responsabilidade do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, de forma a proporcionar a gestão dos recebimentos adequada e atempada.

Para tal, a TCM responsabiliza-se pela gestão do risco de liquidez, monitorizando e medindo o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.



Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

- Planos de financiamento
- Gestão do desfasamento estrutural de liquidez
- Gestão do fluxo de caixa diário
- Gestão de garantias (colaterais)
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos
- Gestão de liquidez intradiária
- Restrições à concentração de depósitos
- Plano de contingência de liquidez
- Testes de esforço e análises de cenários
- Quantificação do risco de financiamento
- Preços de transferência de fundos (PTF)
- Dependência do mercado interbancário
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira
- Rácio de financiamento a longo prazo

De seguida são apresentados os princípios de maior relevância para a actividade de gestão de risco de liquidez do Standard Bank de Angola:

Gestão do Desfasamento Estrutural de Liquidez

Tem como objectivo medir a liquidez do Banco, através das diferenças entre as entradas e saídas de caixa, dentro de bandas temporais diferentes (assumindo uma escalada de maturidades limitada aos 12 meses).

A medição desta liquidez, é feita através dos fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos. De acordo com a sua probabilidade de vencimento, estes são enquadrados nas diversas bandas temporais.

De forma a evidenciar potencial risco de liquidez, antecipando as disparidades entre as entradas e saídas de caixa, a análise do desfasamento estrutural é feita regularmente.

Para tal, a posição de liquidez do Banco é avaliada através do desfasamento cumulativo líquido, em cada banda temporal, como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes – através das saídas agregadas de fluxo de caixa subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal.

De forma a restringir este desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais, o Banco define limites internos.



Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez pretende não só garantir a disponibilidade adequada de liquidez durante situações adversas, como pretende também proporcionar um mecanismo de resposta pré planeado para gestão da eventualidade - tanto temporárias como de longo prazo.

Adicionalmente tem como objectivo servir como mecanismo de resposta pré-planeado de gestão de potenciais situações adversas. Incorpora os diversos elementos que permitem identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, para que desta forma o Banco possa ter acesso a uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez.

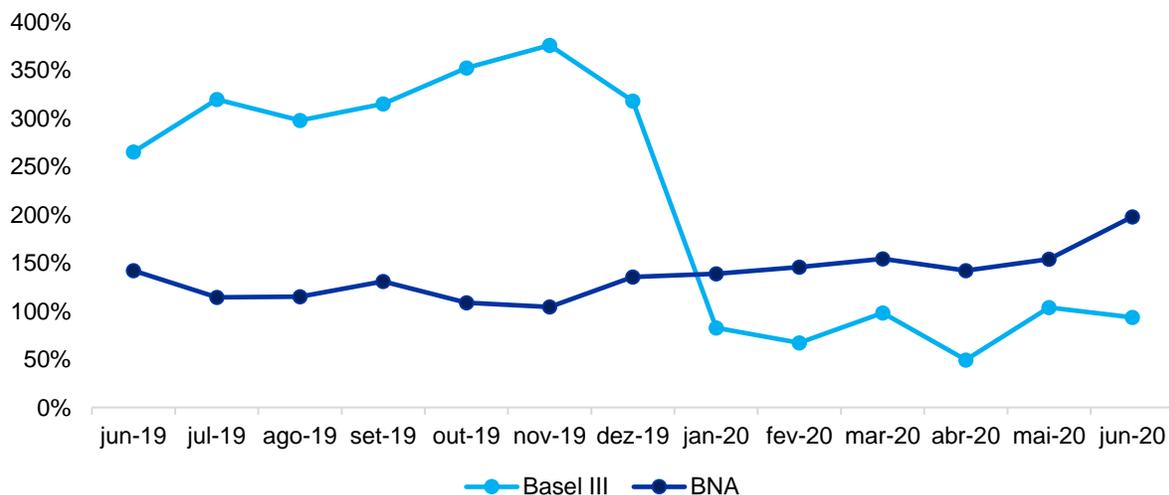
Assim que revisto pela TCM e aprovado pelo ALCO, o plano deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

Monitorização do Rácio de Liquidez: BNA e Basileia III

Pela ligação do Banco ao Grupo Standard Bank, é da nossa responsabilidade reportar os rácios de liquidez. O reporte deve ser feito ao regulador nacional, ao Banco Nacional de Angola (BNA), ao Regulador da África do Sul e ainda ao South African Reserve Bank (SARB). Contudo, a forma como é reportado deve ser ajustado ao regulador, como é o caso do regulador Sul Africano, em que a Basileia III é a metodologia utilizada.

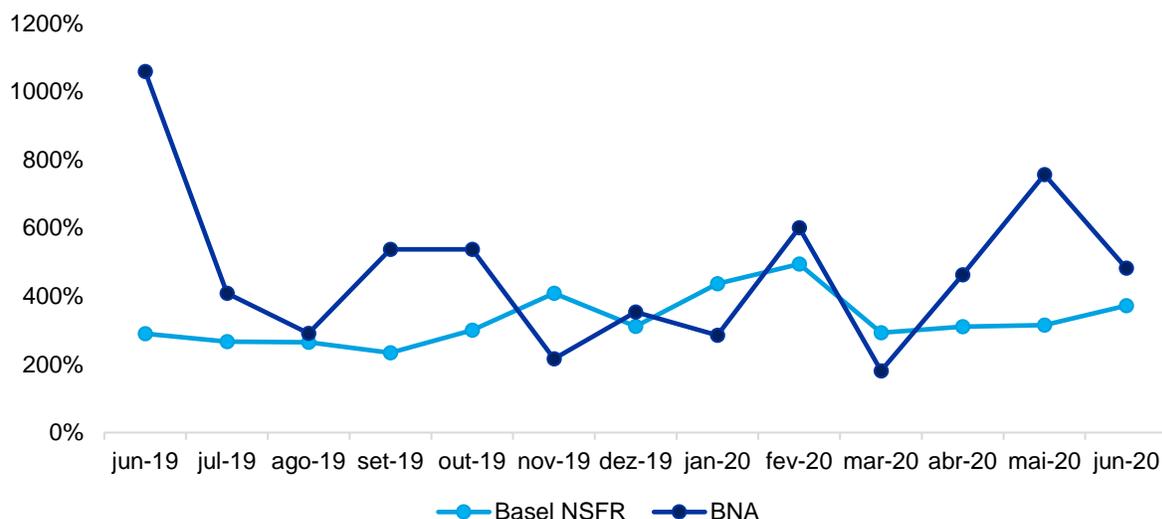
Na metodologia Basileia III, o objectivo do rácio de cobertura de liquidez é promover a resiliência dos activos líquidos de curto prazo, ao reconhecer o valor dos títulos na íntegra no seu método de cálculo. Por outro lado, o ponto de vista metodológico no reporte ao BNA tem como o objectivo garantir que o Banco detém os activos líquidos suficientes para fazer face às suas necessidades de liquidez de curto prazo – através do rácio entre os activos líquidos e a diferença entre as saídas e entradas de fluxo de caixa.

Rácio de liquidez: BNA e Basileia III





Rácio de Observação: BNA e Basileia NSFR



Tal como previsto no Instrutivo n.º 19/2016 de 30 de Agosto, o BNA obriga aos bancos comerciais a reportarem o rácio de observação. Como prática transversal do Grupo, o Banco calcula o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR) de acordo com a estrutura de Basileia III, tanto para os balanços patrimoniais em moeda nacional como para moeda estrangeira. O gráfico acima mostra a variação de ambos os rácios do Standard Bank de Angola, ao longo dos anos de 2019 e 2020.

De acordo com o BNA o Banco deve atingir 100% no rácio de observação até 48 meses após a publicação do Instrutivo. No entanto, de acordo com políticas internas, o Banco já garante esses limites em ambos os rácios, aplicando a estes, limites de apetência de 102,5%.

Encontram-se de seguida os princípios internos com maior influência na actividade de gestão de liquidez do nosso Banco:

Testes de Esforço de Liquidez e Análises de Cenário

Realização de testes de esforço de liquidez internos para identificar eventuais fontes de crise de liquidez e assegurar que as exposições actuais estão dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco. Estes incluem cenários sistémicos e específicos ao Banco (individualmente e combinados, sempre que possível).

Tanto os testes de esforço como a análise de cenários são baseados em episódios históricos e hipotéticos, devendo estar sempre em conformidade com os requisitos regulamentares, quando aplicável.

Apesar do Banco monitorizar o rácio de liquidez diariamente, de acordo o regulador no Instrutivo N.º 2/17 de 30 de Janeiro os bancos devem realizar testes de esforço anualmente de forma a ter uma gestão do



risco efectiva e eficiente, bem como salvaguardar liquidez assim como apoiar no processo de planeamento e gestão do capital e da liquidez e outros.

Para tal, é feita uma análise de cenário aplicando os resultados ao balanço do Banco afim de aferir como as variações afectariam os rácios de liquidez numa perspectiva futura.

O quadro abaixo ilustra a posição de Liquidez no final de Junho 2020 e as posições de Liquidez futuras após as variações no balanço resultantes dos cenários identificados.

Resultados Teste de Esforço	AOA	USD
Rácio de Liquidez sob Esforço – Dez 2020	198%	260%
Rácio de Liquidez sob Esforço - Dez 2021	141%	176%
Rácio de Liquidez sob Esforço - Dez 2022	166%	181%
Limite de Tolerância	100%	105%
Apetência	105%	105%

Face ao exposto, podemos verificar que o rácio de liquidez continuará muito acima do limite de tolerância e da apetência que são 100% e 105% respectivamente, o que significa, que num cenário de stress o banco ainda conseguiria honrar com as suas obrigações nos períodos de 2021 e 2022, fruto da gestão efectiva da liquidez e das políticas internas e externas que obrigam o Banco a manter o mínimo de activos líquidos que corresponda a saídas líquidas em cenários atípicos tanto no mercado quanto no próprio Banco.

Manutenção de Níveis Mínimos de Activos Líquidos

Com o objectivo de manter os requisitos prudenciais e de teste de esforço interno, o Banco mantém um portefólio de activos líquidos, podendo desta forma proteger-se contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

O valor agregado dos activos líquidos do Standard Bank de Angola não onerados, às cotações de fecho do dia, menos um desconto de venda forçada, deve sempre ultrapassar o maior entre 5% dos passivos relacionados com os Clientes e ainda, o limite prudencial imposto pela entidade reguladora.



7.9. Risco Reputacional

O risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco que pode prejudicar a rentabilidade e a sustentabilidade dos seus negócios. Esses danos podem resultar de uma quebra de confiança ou relações de negócios por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores, podendo afectar negativamente o Banco.

O principal objectivo do Standard Bank de Angola é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do mesmo. Neste sentido, há uma constante preocupação com a dimensão de riscos reputacionais.

Com o intuito de garantir que as actividades de potencial impacto nos Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação associadas.

Deste modo, o Standard Bank de Angola consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando, desta forma, a percepção negativa dos stakeholders. De entre os diversos métodos de gestão do risco reputacional, o Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. A Comissão Executiva é o último responsável pelo cumprimento do Código de Ética.

Os principais pilares da gestão do Risco Reputacional

Código de Ética

De modo a assegurar que os seus Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Este documento é apresentado a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.

Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gere a marca Standard Bank de Angola, identifica e avalia quaisquer notícias que envolvam o nome do Banco que possam impactar a sua actividade e/ou reputação. Deste modo, o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da marca.



Gestão de Reclamações

Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à gestão de reclamações que é feita através de uma ferramenta automática, que permite fazer a criação, monitorização e encerramento de casos.

As causas da reclamação são identificadas e acompanhadas, garantindo melhoria na qualidade de serviços e o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.º 12/ 2016 do BNA.

Governança

Em linha com a crescente preocupação do Banco com a sua reputação junto dos Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores e Reguladores, existe uma área específica encarregue de efectuar a gestão do risco reputacional. Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional. Adicionalmente, a área de Qualidade de Serviços faz a gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, garantindo uma resolução eficaz através da identificação da causa e respectivos planos de acção, de forma a que não existam recorrências, assegurando assim a satisfação contínua dos Clientes.

O Banco pretende conhecer e satisfazer continuamente as necessidades dos Clientes e contribuir para a eliminação do risco reputacional que possa estar associado à qualidade dos serviços. Com base nas estratégias dos vários departamentos e segmentos, foram criados e implementados em 2019 diversos mecanismos que possibilitam monitorizar e avaliar as várias actividades e serviços prestados.

Qualidade de Serviços

Um dos Pilares Estratégicos do Standard Bank de Angola é o Foco no Cliente e assim sendo todas as áreas adequam os seus objectivos a esta estratégia do Banco.

A área de Qualidade de Serviços do Standard Bank de Angola tem como foco principal, proporcionar uma experiência positiva aos nossos Clientes, sempre que estes interajam com o Banco, aferir o grau em que as expectativas dos Clientes são atendidas, por meio de mecanismos que favoreçam a identificação das suas necessidades e possibilitem a percepção sobre o serviço prestado e garantir que seja fornecido aos nossos Clientes um serviço consistente de alto nível.



A Voz do Cliente

Para o Banco prestar um serviço de Excelência, é necessário ouvirmos a Voz do Cliente. O Standard Bank de Angola, possui mecanismos de avaliação da Satisfação do Cliente, que é feita anualmente. Esta avaliação permite-nos conhecer as necessidades dos Clientes, as suas ambições e preocupações. Associado a este sistema de avaliação está implementada uma plataforma que permite fazer a gestão de todas as reclamações e pedidos de serviços.

Através da análise dos dados provenientes dos sistemas acima mencionados, são elaborados planos de acção direccionados a cada situação de forma a assegurar a não existência de recorrências e que consequentemente, reduz exponencialmente a probabilidade associada ao risco reputacional dos serviços prestados pelo Banco.

Métodos e Sistemas de Transacção

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

- Automatização de processos
- Redefinição de SLAs, priorizando as necessidades dos Clientes
- Métricas de Turn Around Time (TAT)
- Dinamizar o uso das plataformas digitais disponíveis e dos serviços associados através de campanhas alinhadas com as áreas de negócio e os eixos estratégicos do Banco

Reclamações, Pedidos de Serviço e de Esclarecimento

Através das reclamações e ou pedidos de serviço, identificam-se falhas humanas, processuais e tecnológicas, o que permite identificar oportunidades de melhoria. Através destas oportunidades, é possível implementar alternativas em colaboração com todas as partes envolvidas.

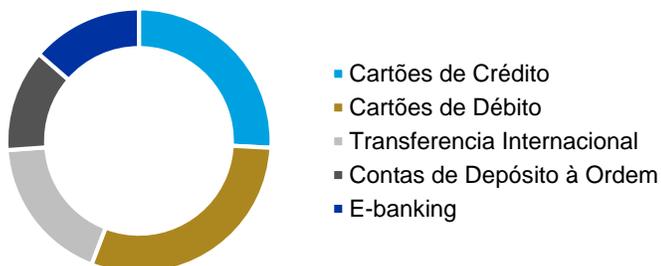
Eficiência dos Sistemas

- Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (uptime e downtime)
- Análise do funcionamento de ATMs
- Acompanhamento e monitorização de todas as solicitações de serviços e reclamações no sistema (Service Cloud/QRM)



2020 em Análise

Top 5 Reclamações por Produto Banca de Particulares - PBB - 1º Semestre



Top 5 Reclamações por Produto de Banca Corporativa - CIB - 1º Semestre



Em comparação com o mesmo período do ano transacto houve um aumento significativo de Clientes activos e o peso do volume de reclamações no total de Clientes diminuiu para 1,3%, demonstrando uma melhoria na qualidade dos nossos serviços e consequentemente maior satisfação dos nossos Clientes.



7.10. Risco de Compliance

A abordagem proactiva do Banco para gerir o risco de Compliance está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios internacionais de Compliance.

O objectivo de gestão de risco de Compliance é atingido através da adopção da abordagem baseada no risco (risk based approach) que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de Compliance. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo Standard Bank Angola, a comunicação regular e transparente, baseada na confiança mútua com as entidades reguladoras, é uma mais-valia para a gestão deste risco.

Gestão do Risco de Compliance

Para o risco de Compliance no Standard Bank de Angola e similarmente às práticas do Grupo, existe um acompanhamento contínuo em diversas frentes de actuação:

- Monitorização das áreas de negócio
- Alinhamento das políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor
- Monitorização do reporte prudencial
- Comunicação contínua às entidades reguladoras
- Monitorização de KYC e Clientes de Alto Risco
- Monitorização da efectividade do Plano de Gestão de Risco de Compliance da legislação vigente, essencial e de alto risco
- Aferir a implementação de controlos e cumprimento de normas internas e toda legislação vigente, essencial e de alto risco
- Avaliação de impacto de privacidade e protecção de dados
- Gestão do Universo Regulatório e do Plano de Gestão de Risco de Compliance
- Informação, Sensibilização e formação relativamente a novos desenvolvimentos legislativos e regulatórios
- Garantia do cumprimento sobre (i) privacidade de dados, (ii) conflito de interesses, (iii) Interesses Comerciais Externos, (iv) Transacções a título Pessoal, (v) abuso de mercado e todas as políticas inerentes à função de Compliance publicadas e aprovadas
- Monitorização de actividade transaccional e outras práticas que indiciem o branqueamento de capital, financiamento ao terrorismo e a proliferação de destruição em massa



Governança

A estrutura organizacional da Direcção de Compliance foi designada para dar suporte ao Conselho de Administração do Banco, na gestão do risco de Compliance.

Esta Direcção apoia de forma proactiva o Conselho de Administração e as unidades de negócio, de modo a garantir que toda a actividade do negócio é conduzida em conformidade com os requisitos exigidos e adopta uma abordagem construtiva, pragmática e independente, interagindo activamente com outras áreas de risco, assim como com outras unidades de negócio.

A governança não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas requer igualmente um sistema rigoroso e robusto onde são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus vários eventos.

Nestes termos, existe a garantia efectiva da gestão de risco e da adesão a requisitos legais, bem como das boas práticas bancárias e do cumprimento do Código de Ética do Banco.

Escala de Risco sobre o Impacto de Incumprimento

De seguida, apresenta-se a escala com os diferentes níveis de risco relativos ao incumprimento.

Baixo	A perda potencial devido a multas (directa ou indirecta) pela contravenção do Requisito de Compliance é insignificante ou mínima; recuperação fácil a um custo mínimo; Danos de reputação mínimos (media local negativa/atenção das partes interessadas).
Médio	A perda potencial devido a multas (directa ou indirecta) pela contravenção do Requisito de Compliance é significativa ou substancial; recuperação ou implementação das mudanças necessárias é dispendiosa; inclui uma admoestação ou aviso por escrito do regulador; podem ser impostas multas ou penalizações significativas; Danos significativos à reputação (media nacional negativa ou de longa duração/atenção das partes interessadas).
Elevado	A perda potencial devido a multas (directa ou indirecta) pela contravenção do requisito regulatório é crítica, desastrosa ou catastrófica; longo período e custos elevados de recuperação, por exemplo, podem ser necessárias alterações significativas de sistema; os custos e as sanções por incumprimento são excessivos; possível suspensão ou perda de uma licença vital; multas ou penalizações graves; Graves danos à reputação podem ser sofridos (media internacional negativa ou de longa duração/atenção das partes interessadas).

/08

Capital Humano

/Direcção de Capital Humano

/Capital Humano em 2020

/Pilares de Actuação

/Formação e Desenvolvimento

/Destques do 1º semestre de 2020

/Covid-19: Protegem os Nossos Colaboradores



8. Capital Humano

O Standard Bank Angola tem vindo a reforçar a sua posição competitiva no mercado financeiro, mais uma vez através da execução da sua estratégia de crescimento com foco na melhoria da qualidade de serviço.

Ainda que com um contexto económico extremamente desafiante, os resultados alcançados durante o ano traduzem o sucesso do investimento do Banco nos seus Colaboradores. Para tal, a Direcção de Capital Humano (DCH) desempenha um papel fundamental, através de um conjunto relevante de iniciativas que assumem como grande propósito melhorar os níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores do Banco. Com efeito, só podemos crescer enquanto Organização, se caminharmos em conjunto para atingir esse objectivo.

A estratégia que definimos actua em três níveis: atrair, desenvolver e reter talentos. Desta forma, o foco do Banco está orientado para a promoção e valorização dos seus Colaboradores, pretendendo que estes estejam capacitados e motivados para prestar o melhor serviço aos nossos Clientes. A curto/ médio prazo, temos como ambição ser líderes no sector financeiro em África. Para tal, é necessário atrair os Clientes e negócios estratégicos e fidelizá-los, oferecendo uma oferta variada e diferenciada de produtos e serviços financeiros de alta qualidade. Desta forma, o Banco recorre ao seu activo mais importante, os Colaboradores, para assegurar a excelência e qualidade do serviço.

Em 2020, em particular no primeiro semestre do ano, a aposta contínua nos nossos Colaboradores continuou a ser o foco...

1. Desenvolvimento do Programa para Talentos (*Drive*)
2. Execução de um extensivo Plano de Formação
3. Implementação de programas para recém-licenciados
4. Atribuição de bolsas para cursos com vertente académica
5. Execução do Plano e Orçamento de Formação
6. Protocolo de tarifas especiais para filhos dos Colaboradores com um colégio próximo das instalações do Banco
7. Operacionalização do posto médico no Banco “*Blue Care*”
8. Realização de *Workshops* sobre Cultura Organizacional
9. Aumento do investimento sobre o Plano de Saúde
10. Continuação do Programa para recém-licenciados (*Graduate Program*) e Colaboradores experientes (*Advanced Business Banking Program*)



8.1. Direcção de Capital Humano

A Direcção de Capital Humano do Standard Bank de Angola é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão do pessoal, bem como pela gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco.

Qualquer acção de recrutamento e consequente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação da Direcção de Capital Humano. A DCH possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e ao longo de 2018 continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos. Na sua estratégia para 2019-2021, a Direcção de Capital Humano tem como prioridade o desenvolvimento de uma proposta de valor acrescentado para os Colaboradores, assente em 3 pilares fundamentais.

Pilares de Actuação da DCH

1. Criar um ambiente de trabalho estimulante, onde os Colaboradores sintam orgulho de trabalhar;
2. Assegurar a gestão do ciclo de vida dos Colaboradores e dos seus processos individuais;
3. Desenvolver uma estratégia de formação de modo a transformar o Standard Bank de Angola num centro de excelência.

Principais Responsabilidades

1. Gerir o processo de recrutamento do Standard Bank de Angola, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, gestão de mobilidades internas e gestão da saída de Colaboradores;
2. Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos, da definição de planos para retenção e/ ou sucessão de Colaboradores;
3. Gerir o processo de remuneração e benefícios, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, e atribuição de benefícios aos Colaboradores;
4. Monitorizar o processo de avaliação de desempenho, revisão salarial e de atribuição de bónus aos Colaboradores.



8.2. Capital Humano em 2020

Total de Colaboradores

 **597** colaboradores em **Junho de 2019**

 **619** colaboradores em **2019**

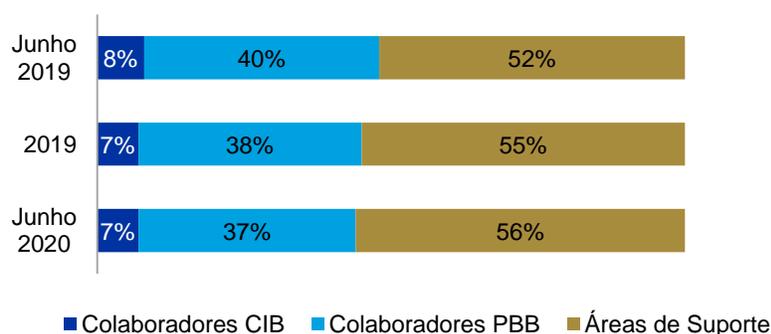
 **631** colaboradores em **Junho de 2020**

59% Homens  **41%** Mulheres 
 (59% em Junho de 2019) (41% em Junho de 2019)

COMITÉ DE GESTÃO

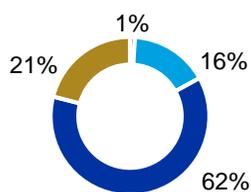
67% Homens  **33%** Mulheres 

Evolução do Número de Colaboradores, por unidade de negócio



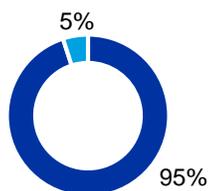


Faixa Etária



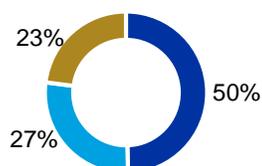
■ <25 anos ■ 25-29 anos ■ 30-39 anos ■ >= 40 anos

Nacionalidade



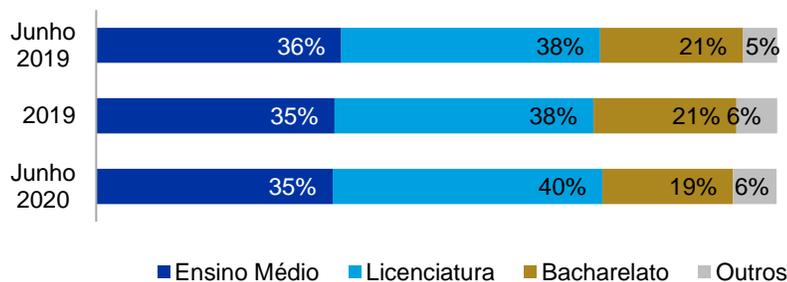
■ Angolana ■ Outra

Antiguidade



■ 0-3 Anos ■ 4-6 anos ■ > 6 anos

Nível de Ensino dos Colaboradores



■ Ensino Médio ■ Licenciatura ■ Bacharelato ■ Outros

Os custos com pessoal, tiveram um aumento de 21% face a Junho de 2019, registando um total de AOA 8 165 milhões.



8.3. Pilares de Actuação

Em 2020, continuámos a apostar no desenvolvimento de uma equipa jovem e altamente qualificada, que assume a excelência no serviço aos nossos Clientes como principal objectivo.

De forma a manter a sua missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, a Direcção de Capital Humano regeu-se pelos seguintes pilares:

Melhoria contínua da Experiência dos Colaboradores

- Encorajar momentos de *feedback* construtivos, onde os Colaboradores possam falar e ser ouvidos;
- Agir de forma a que os Colaboradores do Banco se orgulhem do trabalho que fazem no dia-a-dia e garantir a motivação dos mesmos.

Reforço da Cultura Standard Bank

- Reduzir barreiras entre lideranças e camada de gestão do Banco, promovendo acções de contacto entre ambas, onde possam servir de inspiração para todos os Colaboradores;
- Reforçar a importância de manter o Cliente no centro da Cultura do Banco;
- Garantir que todos os Colaboradores têm o Cliente como prioridade de actuação;
- Contribuir para um ambiente de trabalho competitivo, onde os Colaboradores possam sentir-se descontraídos e aceites.

Promoção do desenvolvimento e capacitação do Colaborador

- Promover sessões de capacitação em sala e através de *e-learning*;
- Reforçar a cultura de aprendizagem contínua;
- Garantir certificação dos Colaboradores aquando da realização de formações reconhecidas no sector financeiro.



Apoio à Mobilidade Internacional

- Apoiar os Colaboradores com interesse em fazerem parte do seu percurso no Banco numa diferente geografia, facilitando e colaborando para o aumento destas iniciativas;
- Proporcionar oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os Colaboradores ainda em fase *onboarding*.

Celebração e Reconhecimento dos Sucessos

- Encorajar uma cultura de elevado desempenho, reconhecendo os sucessos e vitórias dos nossos Colaboradores;
- Desenvolver modelos de compensação, associados à performance dos Colaboradores, de forma a incentivar e reconhecer a melhoria de desempenho.

Contribuir para a Digitalização da Força de Trabalho

- Promover uma cultura mais digital;
- Incentivar o uso de ferramentas mais digitais e tecnologicamente mais avançadas;
- Garantir a qualidade e segurança e protecção dos dados sobre os Colaboradores.



8.4. Formação e Desenvolvimento

O sucesso do Standard Bank Angola depende da qualidade dos seus Colaboradores, especialmente os que se encontram em posições-chave. Como tal, captar e reter os melhores candidatos é fundamental para o desenvolvimento e desempenho do Banco. Adicionalmente, a integração e promoção dos melhores talentos contribui indiscutivelmente para o sucesso da nossa Instituição no médio/ longo prazo.

Tendo isto em conta, o Standard Bank de Angola tem realizado um forte investimento na formação dos quadros do Banco.





8.5. Destaques do 1º Semestre de 2020

Em 2020, o propósito continua a ser o de proporcionar actividades que contribuam para a identificação dos Colaboradores com a Cultura e práticas do Banco, celebrar as vitórias e o sucesso de cada Colaborador e garantir que o desempenho dos mesmos é devidamente compensado.

Ainda que num contexto económico e social desafiante, foram desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2020 um conjunto relevante de iniciativas com o grande propósito de melhorar os níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores do Banco, das quais se destacam:

- Execução de um extensivo Plano de Formação
- Continuação do Programa de Recém-Licenciados
- Programa de Coaching
- Realização de Workshops sobre Cultura Organizacional
- Implementação do Programa de Acolhimento
- Disponibilização de plataformas de *e-learning online*
- Estratégia de comunicação focada no equilíbrio entre vida pessoal e profissional

Neste seguimento, e de forma a manter a missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, a Direcção de Capital Humano encontra-se a preparar um outro conjunto de iniciativas para a segunda metade do ano, das quais se destacam:

- Integração dos Recém-Licenciados nos Quadros do Standard Bank
- Foco no desenvolvimento dos Colaboradores em plataformas on-line
- Foco no desenvolvimento de competências designadas “Future skills”
- Continuação do Programa de Workshops sobre Cultura Organizacional
- Realização de Workshops sobre o Seguro de Saúde
- Adopção de uma cultura de aprendizagem
- Implementação de uma nova filosofia de gestão de talentos
- Implementação do programa de Bem-Estar para Colaboradores, dividido em duas componentes: i) Workshops de bem-estar para os Colaboradores, ii) Assistência psicológica e emocional aos Colaboradores e dependentes

8.6. Covid-19: Protegemos os Nossos Colaboradores

A segurança dos nossos Colaboradores é a nossa maior prioridade e por esse motivo temos envidado todos os esforços no sentido de garantir o cumprimento das regras de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. Sendo assim, e de forma a reduzir o risco de contágio entre os Colaboradores do Banco, temos adoptado as seguintes medidas:

- Redução dos números de Colaboradores a trabalhar nas nossas Instalações
- Implementação de horários rotativos para diminuir a cadeia de contágio
- Criação de condições para a prestação de trabalho remoto por parte dos nossos Colaboradores
- Criação de uma aplicação online que permite de uma forma eficaz reportar o local de prestação de trabalho
- Instrução de registo diário de auto-avaliação por parte de todos os Colaboradores que tenham de prestar trabalho presencial
- Distribuição de material de biossegurança para todos os Colaboradores (e.g. máscaras, gel desinfetante, luvas)
- Distribuição de Kits individuais para aumento da imunidade
- Descontaminação quinzenal de todas as Instalações
- Medição da temperatura corporal de todos os Colaboradores que prestam trabalho de forma presencial
- Disponibilização de formação sobre a propagação da Covid-19 e respectivas medidas de segurança
- Garantir o uso obrigatório de máscaras em todas as Instalações
- Garantir que o cumprimento do distanciamento social entre cada posto de trabalho está a ser respeitado
- Disponibilização de comunicados regulares sobre a actual situação do país e sobre medidas a serem implementadas em resposta à mesma

/09

Principais acontecimentos do 1º Semestre

/Inovação e Digitalização

/Tecnologia

/Marketing e Responsabilidade Social



9. Principais Acontecimentos durante o 1º Semestre

9.1. Inovação e Digitalização

O Standard Bank Angola tem como um dos seus Pilares Estratégicos a "Digitalização e Inovação" do Banco, tendo como visão ser "o Banco mais inovador em Angola". Para tal, pretendemos atingir esta visão através de 3 objectivos:

- Digitalizar o nosso core;
- Desenvolver a experiência digital do Cliente;
- Foco na Inovação.

Sermos o Banco mais inovador de Angola exige que sejamos os primeiros a actuar, a introduzir novos pensamentos para gerarmos novas ideias, ir à procura de parcerias envolvendo *Startups* e adoptar uma cultura de maior colaboração.

Neste sentido, durante o primeiro semestre do ano destacam-se as seguintes actividades:

- **Direcção da Banca do Futuro - Future Banking:** foi criada uma Direcção autónoma e independente com reporte directo ao CEO do Banco, focada no pilar estratégico "Digitalização e Inovação". Esta Direcção é constituída por duas equipas distintas: i) Equipa de Inovação: responsável por gerar um portefólio de novas ideias com vista a resolver os problemas dos nossos Clientes, bem como responsável por desenvolver parcerias estratégicas e, ii) Equipa de Aceleração: responsável pela execução destas novas ideias e iniciativas.
- **Sessões de Design Thinking:** Implementação de sessões de Design Thinking virtuais como metodologia de geração de inovação human-centered com vista a resolver problemas complexos e oportunidades de inovação. Foram realizados mais de 20 workshops com a participação de um total de 60 colaboradores.
- **Bootcamp de Inovação:** Coordenação de um Bootcamp de Inovação para os participantes do programa interno – Ideias Brilhantes – de geração de ideias. Este Bootcamp contou com a participação de 20 colaboradores.



9.2. Tecnologia

Reconhecendo a importância da revolução digital e os seus impactos no sector financeiro e na sociedade em geral, o Standard Bank Angola continuou em 2020 a sua estratégia de investimento tecnológico, lançando novos projectos com o objectivo de responder às expectativas e necessidades crescentes dos seus Clientes. Durante o primeiro semestre de 2020, destacamos as seguintes actividades:

- **Digitalização do Core Bancário - Main Highlight:** O Standard Bank Angola deu continuidade ao processo de digitalização do seu Sistema Bancário Core. Este é um processo que tem envolvido uma avaliação profunda para a simplificação da nossa arquitectura e de vários sistemas e aplicações periféricas. Este ano, o Banco atingiu mais uma marca relevante no que se refere à sua resiliência, com a migração do core bancário a ser efectuada durante a pandemia, com os recursos a trabalhar remotamente e sem qualquer impacto nos nossos Clientes. Com este upgrade, o Standard Bank Angola manteve o seu programa de upgrades anuais que irão resultar num core bancário cada vez mais digital e alinhado com o objectivo de transformação digital do Banco.
- **Robotic Process Automation (RPA):** no que se refere à optimização e automatização de processos existiu a necessidade de modificar a forma de trabalho devido à pandemia, passando a equipa a trabalhar remotamente. Ao longo do primeiro semestre do ano a equipa consolidou o trabalho desenvolvido até ao momento, utilizando uma cultura Agile.



9.3. Marketing e Responsabilidade Social

- **Eventos:** com o objectivo de dinamizar as relações comerciais com Clientes de diversos segmentos, o Standard Bank de Angola organizou um conjunto de eventos durante o primeiro semestre de 2020, dos quais se realçam:
 - Q1 Townhall: partilha de resultados do Standard Bank no 1º trimestre/ Solidez e Resiliência/ Heróis de Azul em acção/ Resposta à pandemia do COVID-19 / O colaborador no centro de tudo o que fazemos
 - Q2 Townhall: COVID-19 e o impacto no trabalho e na saúde - Prof. José Soares/ Como ser uma organização em constante aprendizagem
 - I Economic briefing Webinar: participação de 305 convidados que contribuíram para a discussão de temas sobre Client centricity e o panorama económico de Angola num contexto de Covid-19 e reduzido preço do barril de petróleo
 - II Economic briefing Webinar: participação de 257 convidados que contribuíram para a discussão de temas sobre Client centricity e o panorama económico de Angola num contexto de Covid-19 e reduzido preço do barril de petróleo
 - SBG - ICBC Joint Webinar on Africa

- **Campanhas:** ao longo do primeiro semestre o Banco dinamizou diversas acções de relevo que vão ao encontro da marca e entidade do Standard Bank de Angola, permitindo elevar a imagem do Banco no mercado como uma Instituição Financeira credível e de confiança do público. Destacam-se a seguintes acções desenvolvidas:
 - Sistema de Débito Directo (SDD)
 - Tecnologia EMV
 - Campanha de incentivo do Canal Bancassurance
 - Especial de Carnaval – Cartões de Crédito
 - Heróis de Azul Covid-19 Social Media Comms campaign
 - Depósito a Prazo - Poupança fácil
 - Seguro de Protecção Salarial
 - Credijá – Fase Piloto



- **Prémios e Distinções:** no seguimento da trajectória de crescimento e consolidação que o Standard Bank de Angola tem vindo a realizar junto do mercado Angolano, e à semelhança do verificado em períodos anteriores, o Banco foi reconhecido no primeiro semestre de 2020 enquanto Instituição Financeira de referência:
 - Best Investment Bank in Angola 2020 – Global Finance
 - Best Bank in Angola in Client Service – Assertys
- **Responsabilidade Social:** O Standard Bank de Angola continua a revelar-se como um Banco preocupado com a parte da população mais desfavorecida, conseguindo actuar de forma muito particular e definida em certas dimensões da sociedade, como a Educação e a Saúde. Somos mais que um Banco, acreditamos e apostamos no desenvolvimento social de África, em particular de Angola. Neste contexto, o Standard Bank de Angola concedeu um total de 18 619 318 216 Kwanzas em concessões de crédito no âmbito do Aviso 10 do BNA, durante o primeiro semestre de 2020.

/10

Análise Financeira

/Análise do Balanço

/Análise de Resultados



10. Análise Financeira

DETERMINANTES DA ACTIVIDADE DO BANCO

O da margem financeira e dos resultados em operações cambiais, continuaram a permitir em 2020 o reforço do Resultado Líquido do Banco, tendo este apresentado uma taxa de crescimento de 36% face a 2019.

Crédito Concedido

(Milhões AOA)

2019 Dez 93 404

2020 Jun 124 992

↑ + 34%

Depósitos

(Milhões AOA)

2019 Dez 432 183

2020 Jun 526 300

↑ + 22%

Investimentos Financeiros

(Milhões AOA)

2019 Dez 211 856

2020 Jun 197 370

↓ - 7%



Margem Financeira

(Milhões AOA)

2019 Jun 19 033

2020 Jun 22 636



Margem Complementar

(Milhões AOA)

2019 Jun 8 748

2020 Jun 15 388



Provisões e Imparidades

(Milhões AOA)

2019 Jun 209

2020 Jun (981)



Despesas Operacionais

(Milhões AOA)

2019 Jun 10 882

2020 Jun 14 132

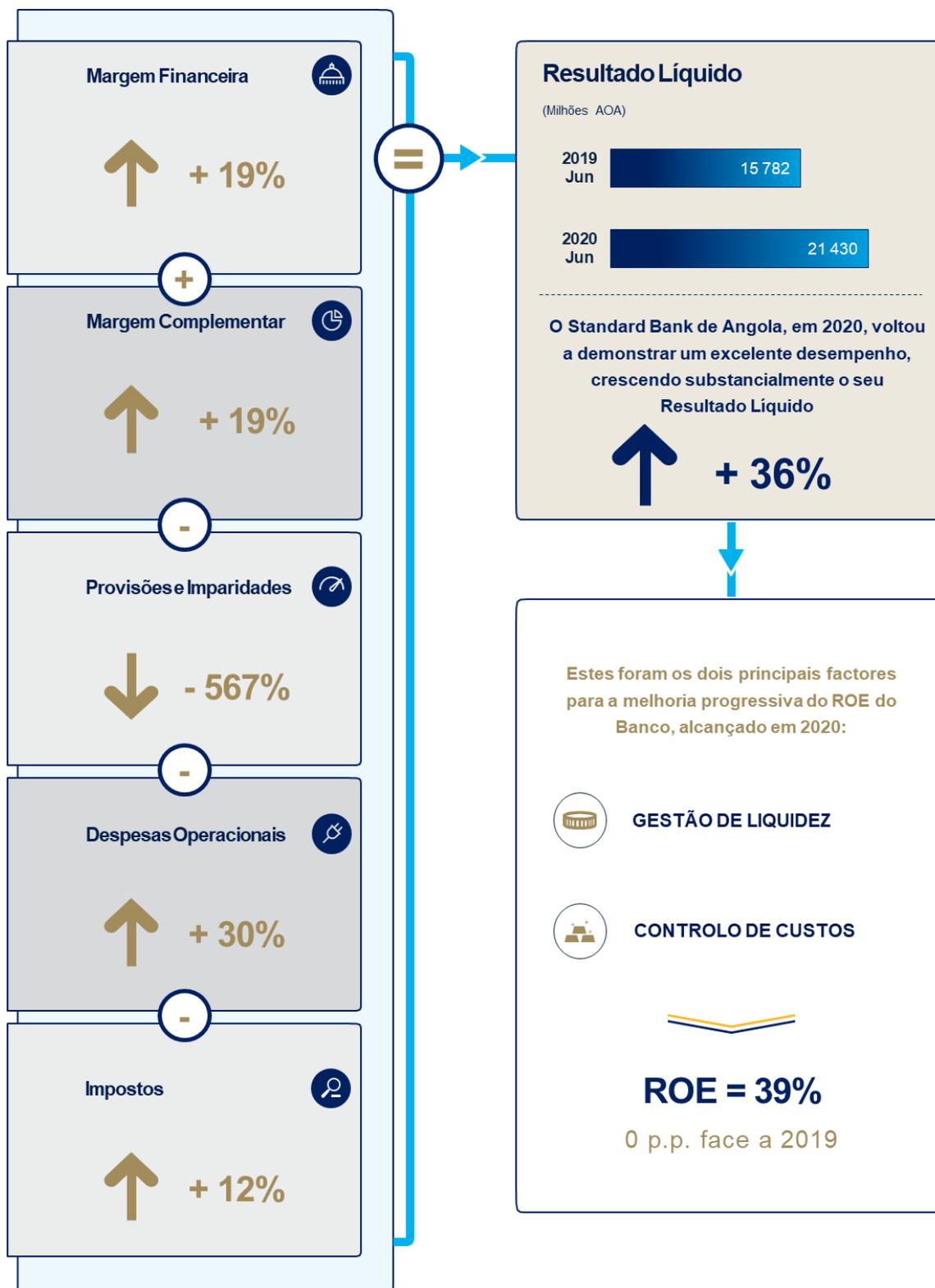


Impostos

(Milhões AOA)

2019 Jun 1 326

2020 Jun 1 481





BALANÇO

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	Junho 2020	2019	Varição	Junho 2020	2019	Varição
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104 823 856	92 935 245	13%	180 902	192 721	(6%)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	184 772 214	168 833 209	9%	318 875	350 111	(9%)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	40 227 008	5 582 824	621%	69 423	11 577	500%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	38 349 715	30 884 139	24%	66 183	64 045	3%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	57 561 470	72 318 198	(20%)	99 338	149 967	(34%)
Investimentos ao custo amortizado	101 459 123	108 653 890	(7%)	175 096	225 317	(22%)
Crédito a clientes	122 548 925	91 504 620	34%	211 492	189 754	11%
Outros activos tangíveis	32 027 558	27 930 152	15%	55 272	57 919	(5%)
Activos intangíveis	3 974 112	2 467 534	61%	6 858	5 117	34%
Activos por impostos correntes	448 946	448 946	0%	775	931	(17%)
Activos por impostos diferidos	1 721 468	911 944	89%	2 971	1 891	57%
Outros activos	7 804 633	3 766 593	107%	13 469	7 811	72%
Total de Activo	695 719 028	606 237 294	15%	1 200 654	1 257 162	(4%)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	2 972 257	1 573 938	89%	5 129	3 264	57%
Recursos de clientes e outros empréstimos	526 300 381	432 183 355	22%	908 276	896 224	1%
Responsabilidades representadas por títulos	4 743 781	4 745 970	0%	8 187	9 842	(17%)
Provisões	2 355 070	1 818 026	30%	4 064	3 770	8%
Passivos por impostos correntes	2 926 950	2 059 764	42%	5 051	4 271	18%
Passivos subordinados	17 441 058	14 756 220	18%	30 099	30 600	(2%)
Outros passivos	35 637 937	53 434 271	(33%)	61 503	110 807	(44%)
Total do Passivo	592 377 434	510 571 544	16%	1 022 310	1 058 778	(3%)
Capital Social	9 530 007	9 530 007	0%	16 447	19 762	(17%)
Reservas de reavaliação	(39 896)	863 518	(105%)	(69)	1 791	(104%)
Outras reservas e resultados transitados	72 421 149	53 144 536	36%	124 983	110 206	13%
Resultado líquido	21 430 334	32 127 689	(33%)	36 984	66 624	(44%)
Total do Capital Próprio	103 341 594	95 665 750	8%	178 344	198 383	(10%)
Total do Passivo e do Capital Próprio	695 719 028	606 237 294	15%	1 200 654	1 257 162	(4%)



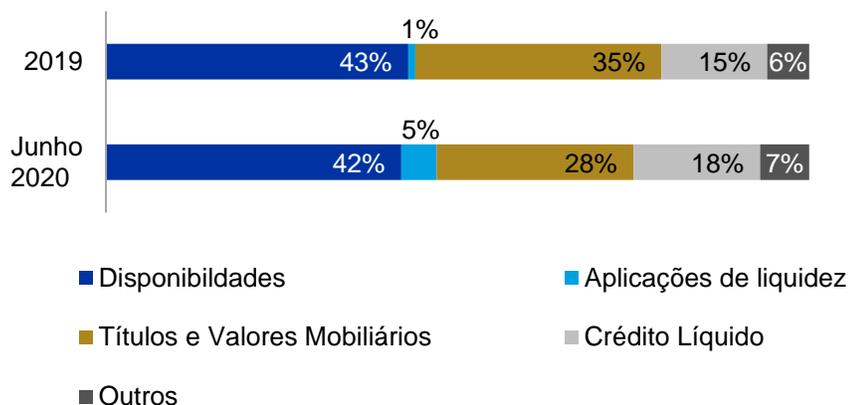
10.1. Análise do Balanço

A 30 de Junho de 2020 o Standard Bank de Angola apresentou no seu activo líquido um montante de AOA 695 719 milhões, registando um aumento de 15% face a Dezembro de 2019, resultante do aumento das rubricas de aplicações de liquidez, crédito líquido e disponibilidades, que apresentaram uma variação positiva de 621%, AOA 35 milhões em valores absolutos, 34%, AOA 31 milhões em valores absolutos e 11%, respectivamente, representando AOA 28 milhões em valores absolutos.

O crescimento verificado no crédito concedido foi reflexo do bom desempenho na captação de recursos de Clientes, demonstrando a consolidação da marca Standard Bank de Angola e a confiança dos Clientes na gestão do Banco. Este crescimento na carteira de crédito denota também o claro compromisso do Banco em financiar a economia e potenciar a diversificação económica em curso no país.

A rubrica de títulos e valores mobiliários (que inclui activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e investimentos ao custo amortizado) registou uma diminuição de 7%, representando ainda assim 28% do activo do Banco. Esta rubrica continua a ser maioritariamente composta por dívida soberana da República de Angola.

Composição do Activo



O total do passivo apresentou um aumento de 16% face ao ano anterior, atingindo os AOA 592 377 milhões no primeiro semestre face ao montante de AOA 510 572 milhões registado no final de 2019.

Relativamente aos depósitos, estes apresentam um aumento de 22%, sendo esta variação, na sua maioria, explicada pelo crescimento dos depósitos em moeda nacional.

Em Junho de 2020, os depósitos em moeda estrangeira, fixaram-se num montante de contravalor em moeda nacional de AOA 242 007 milhões (o que representa um peso de 46% no total de depósitos). Por sua vez, os depósitos em moeda nacional representaram 54% do total, ascendendo a AOA 284 293 milhões.



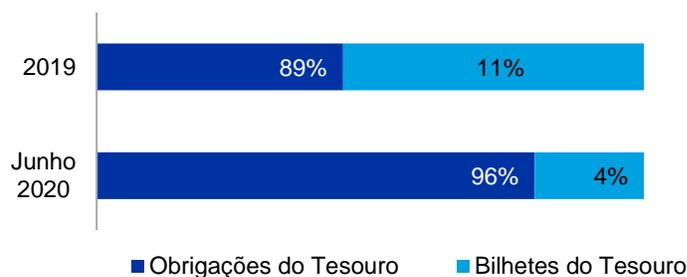
Carteira de Títulos

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	Junho 2020	2019	Variação	Junho 2020	2019	Variação
INVESTIMENTOS AO CUSTO AMORTIZADO						
Bilhetes do tesouro	-	3 316 531	(100%)	-	6 809	(100%)
Obrigações do tesouro	101 459 123	105 337 359	4%	175 096	216 255	19%
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS						
Obrigações do tesouro	38 293 851	30 828 275	24%	66 087	63 290	4%
Outros	55 864	55 864	0%	96	115	(16%)
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL						
Bilhetes do tesouro	7 098 870	19 288 092	(63%)	12 251	39 598	(69%)
Obrigações do tesouro	50 462 600	53 030 107	5%	87 087	108 869	(20%)
TOTAL	197 370 308	211 856 227	(7%)	340 617	434 936	(22%)

Uma componente relevante do activo do Standard Bank de Angola (28%) é representada por títulos e valores mobiliários. Os títulos do Banco estão distribuídos pela seguinte tipologia: 96% em obrigações do tesouro e 4% em bilhetes do tesouro.

O Banco diminuiu o seu volume total de títulos em 7% face ao montante do ano anterior, registando em Junho 2020 um montante de AOA 197 370 milhões. Esta redução da carteira foi suportada pela maturidade de títulos de curto prazo e um aumento de investimento em obrigações de tesouro e concessão de crédito.

Distribuição da Carteira de Títulos





Crédito

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	Junho 2020	2019	Variação	Junho 2020	2019	Variação
Operações de crédito	123 269 993	92 513 356	33%	212 736	189 933	12%
Moeda Nacional	107 989 611	64 486 416	67%	186 366	132 376	41%
Moeda Estrangeira	15 280 382	28 026 940	(45%)	26 370	57 539	(54%)
Operações de crédito em incumprimento	1 722 304	890 255	93%	2 972	1 822	63%
CRÉDITO TOTAL	124 992 297	93 403 611	34%	215 709	249 294	(13%)
Provisões específicas para crédito	(2 443 372)	(1 898 991)	29%	(4 217)	(3 899)	8%
CRÉDITO LÍQUIDO	122 548 925	91 504 620	34%	211 492	245 395	(14%)
Garantias prestadas	15 498 063	15 025 128	3%	26 746	30 846	(13%)
Cartas de crédito	14 612 412	26 778 191	(45%)	25 218	54 975	(54%)
Limites de crédito não utilizados	41 885 629	29 042 026	44%	72 285	59 623	21%
RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	71 996 104	70 845 345	2%	124 249	145 444	(15%)
PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	(119 229)	(138 570)	(14%)	(206)	(138 570)	(100%)

QUALIDADE DE CRÉDITO

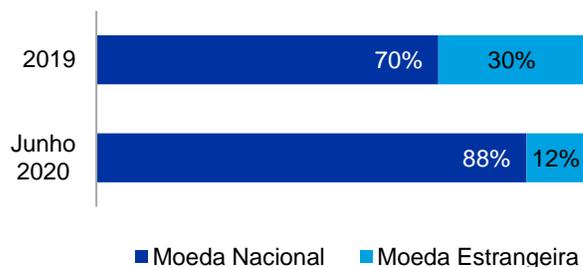
Crédito em incumprimento / Crédito total	1%	1%	0%	1%	1%	0%
Cobertura do crédito vencido por provisões específicas	142%	214%	(72%)	142%	214%	(72%)
Cobertura do crédito vencido por provisões totais	149%	230%	(81%)	149%	230%	(81%)
Cobertura do crédito total por provisões específicas	2%	2%	0%	2%	2%	0%
Cobertura do crédito total por provisões totais	2%	2%	0%	2%	2%	0%

Crédito Concedido

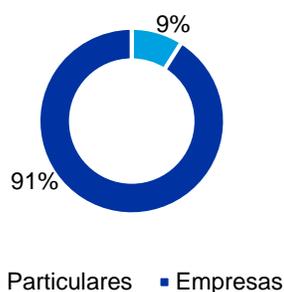
Em Junho de 2020, o crédito concedido, líquido de provisões para perdas por imparidade registou um acréscimo de 34% face ao ano anterior, passando de AOA 91 505 milhões para AOA 122 549 milhões. Paralelamente, a carteira de crédito por moeda demonstrou um aumento significativo no valor das operações de crédito (+ AOA 31 757 milhões) pelo aumento em maior valor do crédito em moeda nacional (+ AOA 43 503 milhões) que a redução registada no crédito em moeda estrangeira (- AOA 12 747 milhões).



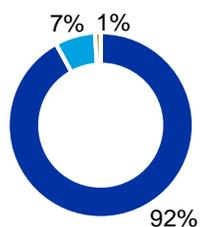
Evolução do Crédito por Moeda



Crédito Concedido por Tipo de Cliente

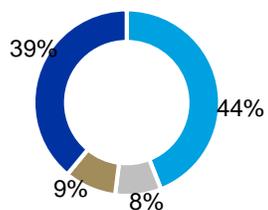


Tipologia de Crédito Concedido



■ Financiamento a Empresas ■ Consumo e Outros ■ Empréstimos Habilitação

Crédito Concedido por Sector de Actividade



■ Comércio ■ Indústrias / Fábricas ■ Particulares ■ Outros

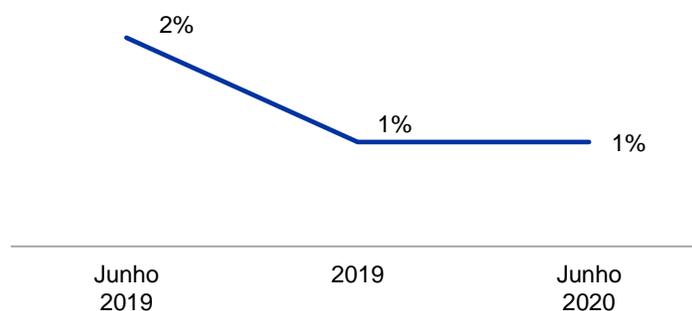


Qualidade de Crédito

O Standard Bank de Angola adopta políticas internas conservadoras de concessão de crédito, nomeadamente ao nível da análise de risco dos Clientes e das garantias recebidas, dado o contexto macroeconómico que, por si, potencia o crescimento do nível de incumprimento.

O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco tem-se mantido em valores aceitáveis para o contexto actual, ainda que, devidamente compensado por um nível adequado de imparidades. Similarmente ao ano transacto, o crédito em incumprimento em 2020, totalizou AOA 1 722 milhões (1% da carteira total de crédito) que compara com os AOA 890 milhões (1% da carteira de crédito total) no final 2019.

Evolução do Crédito em Incumprimento



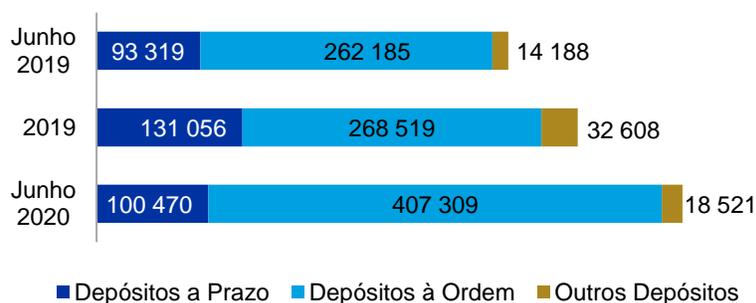


Depósitos

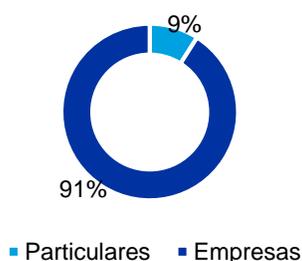
Independentemente do panorama macroeconómico e da política monetária actual, a carteira de depósitos do Standard Bank Angola apresentou um crescimento de 22%, como resultado da contínua confiança dos Clientes e da gestão eficiente de liquidez. A Junho de 2020, a carteira de depósitos era composta maioritariamente por depósitos à ordem (AOA 407 309 milhões), representando estes 77% do total dos depósitos de Clientes.

Relativamente aos depósitos a prazo, verificou-se uma diminuição do seu peso no total de depósitos passando de 30% a Dezembro 2019 para 19% em Junho de 2020. Nesta senda, em termos de valor absoluto passou de AOA 131 040 milhões em Dezembro de 2019 para AOA 100 470 milhões no primeiro semestre de 2020. O Banco registou um montante total de depósitos de AOA 526 300 milhões, com a rubrica de outros depósitos a atingir um montante de AOA 18 521 milhões.

Tipo de Depósitos

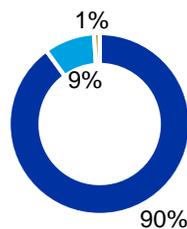


Depósitos por tipo de Cliente





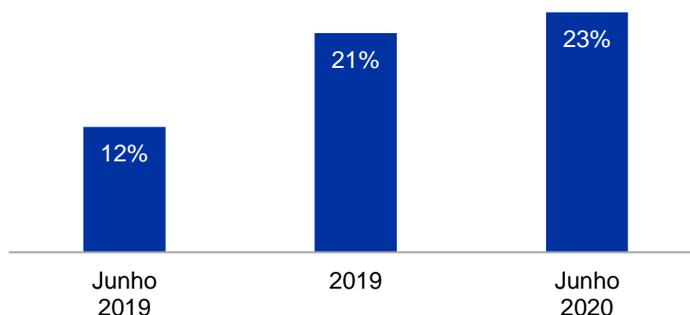
Depósitos por sector de Actividade



■ Sector privado empresarial não financeiro ■ Particulares ■ Outros

Rácio de Transformação

O ritmo de crescimento dos depósitos, quando comparado com o ritmo de crescimento do crédito concedido, resultou num aumento do rácio de transformação para 23%, face aos 21% registados em Dezembro de 2019. O Banco inverteu a tendência dos últimos anos através da adopção de mecanismos que permitiram acelerar a capacidade de concessão de crédito em moeda nacional, ainda que mostrando uma política conservadora quanto à avaliação de risco das operações de crédito a Clientes, reforçando assim claramente o seu financiamento à economia e ao tecido empresarial.





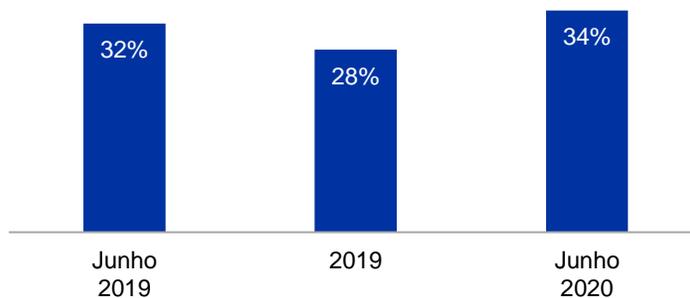
Fundos Próprios Regulamentares

O total do Capitais Próprio a 30 de Junho de 2020 atingiu AOA 103 342 milhões, representando um aumento de 8% face a Dezembro de 2019. Este registo deve-se essencialmente à robustez das reservas e resultados transitados, os quais reforçam a solidez e a posição do Banco no sector financeiro.

Os fundos próprios regulamentares aumentaram de AOA 63 910 milhões em Junho de 2019, para AOA 116 998 milhões em Junho de 2020. Este aumento é justificado pela incorporação do resultado líquido do segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020, reavaliação da dívida subordinada e diminuição do excesso aos limites prudenciais aos grandes riscos.

Rácio de Solvabilidade

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Aviso n.º 02/2016, correspondeu a 34% no final do primeiro semestre de 2020, um aumento de 2 pontos percentuais face ao período homólogo. Adicionalmente, este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.





DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	Junho 2020	Junho 2019	Varição	Junho 2020	Junho 2019	Varição
Juros e rendimentos similares	26 514 838	21 878 552	21%	45 759	45 370	1%
Juros e encargos similares	(3 879 091)	(2 845 470)	36%	(6 694)	(5 901)	13%
Margem financeira	22 635 747	19 033 082	19%	39 064	39 469	(1%)
Rendimentos de serviços e comissões	5 107 953	4 643 655	10%	8 815	9 630	(8%)
Encargos com serviços e comissões	(1 280 507)	(725 331)	77%	(2 210)	(1 504)	47%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(348 138)	1 479 457	(124%)	(601)	3 068	(120%)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	21 224	(100%)	-	44	(100%)
Resultados cambiais	12 861 649	3 639 023	253%	22 196	7 546	194%
Outros resultados de exploração	(953 088)	(310 488)	207%	(1 645)	(644)	155%
Produto da actividade bancária	38 023 616	27 780 622	37%	65 620	57 609	14%
Custos com pessoal	(8 165 827)	(6 756 416)	21%	(14 092)	(14 011)	1%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(4 989 931)	(3 206 483)	56%	(8 611)	(6 649)	30%
Depreciações e amortizações do exercício	(975 817)	(918 891)	6%	(1 684)	(1 906)	(12%)
Provisões líquidas de anulações	(546 974)	201 458	(372%)	(944)	418	(326%)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(600 401)	77 197	(878%)	(1 036)	160	(747%)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	166 355	(68 694)	(342%)	287	(142)	(302%)
Resultado antes de impostos	22 911 021	17 108 793	34%	39 539	35 479	11%
Impostos sobre os resultados	(1 480 687)	(1 326 533)	12%	(2 555)	(2 751)	(7%)
Resultado líquido	21 430 334	15 782 260	36%	36 984	32 728	13%

10.2. Análise de Resultados

O Standard Bank de Angola apresentou no primeiro semestre de 2020, uma melhoria na sua performance face ao período homólogo, no qual é evidente que este reflecte a solidez, experiência e inovação da Instituição.

Desde a sua origem, o Standard Bank de Angola encontra-se num caminho de crescimento e sustentabilidade.

No primeiro semestre de 2020, o resultado líquido do Standard Bank de Angola cifrou-se em AOA 21 430 milhões, reflectindo este montante um crescimento de 36% comparativamente com o montante de AOA 15 782 milhões registado em 2019.

A análise à demonstração de resultados do Banco permite constatar que a margem financeira cresceu 19%, os resultados de operações cambiais cresceram 253% e os resultados de prestação de serviços

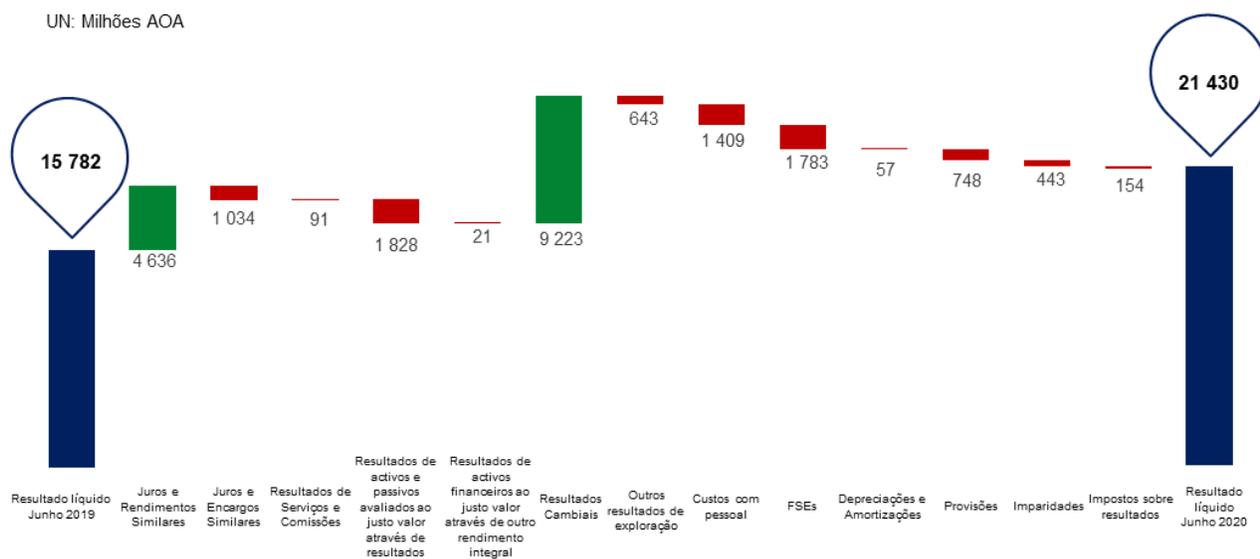


financeiros tiveram um ligeiro decréscimo de 2% quando comparados a Junho de 2019, o que se traduziu num aumento de 37% no produto bancário, atingindo este indicador um montante de AOA 38 024 milhões.

Os custos com gastos administrativos apresentaram um aumento de 32% face ao semestre homólogo, que incorporaram em valor absoluto a variação de AOA 1 409 milhões em custos com pessoal e AOA 1 783 milhões em fornecimentos e serviços de terceiros, tendo este último uma variação percentual mais significativa, na ordem dos 56%.

Em resultado da forte aposta do Banco nos seus Colaboradores e do investimento no seu desenvolvimento, os custos com pessoal registaram um aumento de 21% para AOA 8 166 milhões. O aumento do número de Colaboradores face ao semestre homólogo também influenciou esta subida.

A gestão dos gastos do Banco no primeiro semestre de 2020, continuou a ser alvo de especial atenção através do reforço do seu modelo de governação, tendo como resultado o manuseamento do cost-income ao nível dos 37%.





Margem Financeira e Margem Complementar



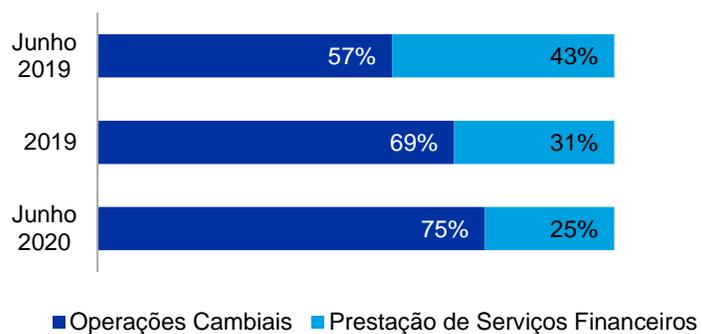
	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	Junho 2020	Junho 2019	Varição	Junho 2020	Junho 2019	Varição
Proveitos de Aplicações de Liquidez	509 113	1 061 280	(52%)	1 481	3 087	(52%)
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	16 850 060	17 162 823	(2%)	49 005	49 915	(2%)
Proveitos de Créditos	8 844 934	3 422 229	158%	25 724	9 953	158%
Outro Juros e Proveitos Similares	310 731	212 220	46%	904	617	46%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	26 514 838	21 858 552	21%	77 114	63 572	21%
Custos de Depósitos	2 864 385	1 913 969	50%	8 331	5 566	50%
Custos de Outras Captações	1 014 706	931 501	9%	2 951	2 709	9%
Custos de instrumentos financeiros passivos	3 879 091	2 845 470	36%	11 282	8 276	36%
Margem Financeira	22 635 747	19 013 082	19%	65 832	55 296	19%

O aumento da concessão de crédito contribuiu para um aumento de 158% nos respectivos proveitos compensando a evolução no custo de depósitos, que registou uma variação de 50% face a Junho de 2019. Consequentemente, a margem financeira do Banco aumentou 19% face a Junho de 2019, ascendendo a AOA 22 636 milhões.



Margem Complementar

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	Junho 2020	Junho 2019	Variação	Junho 2020	Junho 2019	Variação
Prestação serviços financeiros	3 827 446	3 918 324	(2%)	11 131	11 396	(2%)
Operações cambiais	12 861 649	3 639 023	253%	37 406	10 583	253%
Outros	(1 301 226)	1 190 193	(209%)	(3 784)	3 461	(209%)
Margem Complementar	15 387 869	8 747 540	76%	44 753	25 441	76%



Ao longo do primeiro semestre de 2020, a margem complementar registou AOA 15 388 milhões, o que reflectiu um aumento de AOA 6 640 milhões face ao 1º semestre de 2019. Esta variação derivou do aumento dos resultados com operações cambiais.

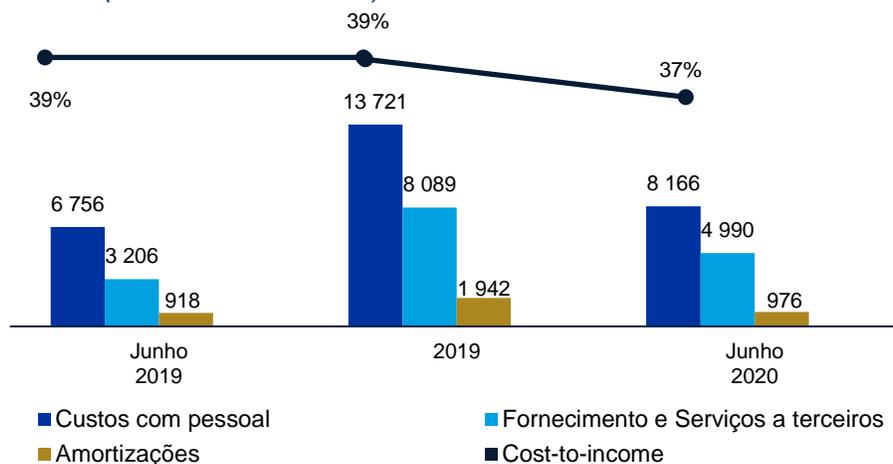


Custos

	MILHARES AOA			MILHARES USD		
	Junho 2020	Jun 2019	Varição	Junho 2020	Jun 2019	Varição
Custos com Pessoal	8 165 827	6 756 416	21%	14 092	19 650	(28%)
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	4 989 931	3 206 483	56%	8 611	9 325	(8%)
Depreciações e Amortizações do Exercício	975 817	918 891	6%	1 684	2 672	(37%)
CUSTOS DE ESTRUTURA	14 131 575	10 881 790	30%	24 388	31 648	(23%)
COST-TO-INCOME	37%	39%	(5%)	37%	39%	(5%)

No 1º semestre de 2020, o total dos custos de estrutura cresceram 30% comparativamente com o período homólogo, passando de AOA 10 882 milhões em Junho de 2019 para AOA 14 132 milhões em Junho de 2020. Este aumento explica-se, na sua maioria, pelos aumentos verificados quer nos custos com pessoal, fruto da grande aposta do Banco nos seus Colaboradores, quer nos fornecimentos e serviços a terceiros.

Custos de Estrutura (em Milhões de AOA)



A aplicação de uma política de remunerações muito competitiva, combinada com o forte investimento na formação e no bem-estar dos Colaboradores, contribuíram para que o Standard Bank de Angola registasse no 1º semestre de 2020 um total de custos com pessoal de AOA 8 166 milhões. Este valor reflecte um aumento de 21% face ao valor de Junho de 2019.

O aumento das depreciações e amortizações do exercício reflecte o incremento do investimento que o Standard Bank de Angola tem realizado nos últimos anos de acordo com a estratégia definida, sendo um dos pilares a digitalização.

/11

Demonstrações

Financeiras e Pareceres



11. Demonstrações Financeiras e Pareceres

Balanço

	Notas	Junho 2020	(milhares de Kwanzas) 2019
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	104 823 856	92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	184 772 214	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	40 227 008	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	38 349 715	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	57 561 470	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado	9	101 459 123	108 653 890
Crédito a clientes	10	122 548 925	91 504 620
Outros activos tangíveis	11	32 027 558	27 930 152
Activos intangíveis	12	3 974 112	2 467 534
Activos por impostos correntes	14	448 946	448 946
Activos por impostos diferidos	13	1 721 468	911 944
Outros activos	14	7 804 633	3 766 593
Total de Activo		695 719 028	606 237 294
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	2 972 257	1 573 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	526 300 381	432 183 355
Responsabilidades representadas por títulos	17	4 743 781	4 745 970
Provisões	18	2 355 070	1 818 026
Passivos por impostos correntes	13	2 926 950	2 059 764
Passivos subordinados	19	17 441 058	14 756 220
Outros passivos	20	35 637 937	53 434 271
Total do Passivo		592 377 434	510 571 544
Capital Social	21	9 530 007	9 530 007
Reservas de reavaliação	22	(39 896)	863 518
Outras reservas e resultados transitados	22	72 421 149	53 144 536
Resultado líquido		21 430 334	32 127 689
Total do Capital Próprio		103 341 594	95 665 750
Total do Passivo e do Capital Próprio		695 719 028	606 237 294

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



Demonstração de Resultados

	Notas	Junho 2020	(milhares de Kwanzas) Junho 2019
Juros e rendimentos similares	24	26 514 838	21 878 552
Juros e encargos similares	24	(3 879 091)	(2 845 470)
Margem financeira		22 635 747	19 033 082
Rendimentos de serviços e comissões	25	5 107 953	4 643 655
Encargos com serviços e comissões	25	(1 280 507)	(725 331)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	26	(348 138)	1 479 457
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	27	-	21 224
Resultados cambiais	28	12 861 649	3 639 023
Outros resultados de exploração	29	(953 088)	(310 488)
Produto da actividade bancária		38 023 616	27 780 622
Custos com pessoal	30	(8 165 827)	(6 756 416)
Fornecimentos e serviços de terceiros	31	(4 989 931)	(3 206 483)
Depreciações e amortizações do exercício	11 e 12	(975 817)	(918 891)
Provisões líquidas de anulações	18	(546 974)	201 458
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(600 401)	77 197
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,14 e 22	166 355	(68 694)
Resultado antes de impostos		22 911 021	17 108 793
Impostos sobre os resultados	13	(1 480 687)	(1 326 533)
Resultado líquido		21 430 334	15 782 260
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 000 000	1 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	32	21, 430	15, 782
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	32	21, 430	15, 782

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



Demonstrações Dos Resultados E Do Outro Rendimento Integral

	Notas	Junho 2020	(milhares de Kwanzas) Junho 2019
Resultado líquido do exercício		21 430 334	15 782 260
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 22		
Variações no justo valor		(890 561)	503 705
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		(12 853)	8 594
Total do outro rendimento integral do exercício		(903 414)	512 299
Total do rendimento integral do exercício		20 526 920	16 294 559

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



Demonstração de Alterações no Capital Próprio

milhares de Kwanzas

	Capital social (Nota 21)	Reservas de reavaliação (Nota 22)		Outras reservas e resultados transitados (Nota 22)			Resultado líquido	Total do capital próprio
		Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras reservas	Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	9 530 007	(780 702)	3 238 624	20 546 759	1 209	23 786 592	32 322 509	64 858 406
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor		503 705						503 705
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		8 594						8 594
Resultado líquido do exercício		512 299	-	-	-	-	15 782 260	15 782 260
Total de rendimento integral no exercício							(32 322 509)	
Constituição de reservas			3 232 250	29 090 259		32 322 509		
Distribuição de dividendos				(1 807 115)		(1 807 115)		(1 807 115)
Outros movimentos								
Saldo em 30 de Junho de 2019	9 530 007	(268 403)	6 470 874	47 829 903	1 209	54 301 986	15 782 260	79 345 850
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor		1 146 420		(1 157 450)		(1 157 450)		(11 030)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		(14 499)						(14 499)
Resultado líquido do exercício		1 131 921	-	(1 157 450)	-	(1 157 450)	32 127 689	32 127 689
Total de rendimento integral no exercício							(15 782 260)	
Constituição de reservas								
Distribuição de dividendos								
Outros movimentos								
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	9 530 007	863 518	6 470 874	46 672 453	1 209	53 144 536	32 127 689	95 665 750
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor		(890 561)						(890 561)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		(12 853)						(12 853)
Resultado líquido do exercício		(903 414)	-	-	-	-	21 430 334	21 430 334
Total de rendimento integral no exercício							(32 127 689)	
Constituição de reservas			3 059 133	29 068 556		32 127 689		
Distribuição de dividendos				(12 851 076)		(12 851 076)		(12 851 076)
Outros movimentos								
Saldo em 30 de Junho de 2020	9 530 007	(39 896)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149	21 430 334	103 341 594

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



Demonstração de Fluxos de Caixa

milhares de Kwanzas

	Notas	Junho 2020	Junho 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		38 546 987	39 091 362
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(5 013 595)	(2 758 873)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(13 155 758)	(9 962 899)
Outros resultados		11 908 561	3 532 535
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		32 286 195	29 902 125
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(34 651 608)	10 827 981
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(7 527 463)	2 487 154
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		13 233 257	(13 737 526)
Investimentos ao custo amortizado		1 044 985	(17 325 316)
Crédito a clientes		(30 950 511)	9 982 653
Outros activos		(4 847 564)	3 774 353
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(63 698 904)	(3 990 701)
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		1 398 319	1 486 242
Recursos de clientes e outros empréstimos		96 653 672	34 615 040
Outros passivos		(18 723 656)	10 210 134
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		79 328 335	46 311 416
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		47 915 626	72 222 840
Impostos sobre o rendimento pagos		(613 501)	1 089 691
Caixa líquida das actividades operacionais		47 302 125	73 312 531
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(4 916 192)	(18 299 301)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(1 707 242)	(178 263)
Caixa líquida das actividades de investimento		(6 623 434)	(18 477 564)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos		(12 851 076)	
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras			43 781
Caixa líquida das actividades de financiamento		(12 851 076)	43 781
Varição de caixa e seus equivalentes		27 827 616	54 878 748
Caixa e seus equivalentes no início do período		261 768 454	150 962 377
Caixa e seus equivalentes no fim do período		289 596 070	205 841 125
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	4	8 910 350	5 997 662
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	42 855 913	23 626 375
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	53 057 593	44 664 036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	184 772 214	131 553 052
Total		289 596 070	205 841 125

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Out



Nota 1 - Nota Introdutória

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no Condomínio Belas Business Park, Edifício Cuando Cubango, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 21, o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 33 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

O Banco terminou o ano de 2019 com 19 agências abertas e possui em 30 de Junho de 2020 as mesmas 19 agências.

Nota 2 - Políticas Contabilísticas

Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Aviso nº 05/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2020.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de AOA, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os outros activos e passivos financeiros e os activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.



Os câmbios de AOA face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes nas datas de referência abaixo:

	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2019
USD	579.450	482.227	340.272
EUR	649.419	540.817	387.383

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 30 de Junho de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em XX de Setembro de 2020.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

2.1 Comparabilidade da informação

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2019. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

2.2 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente. O crédito a clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente dos juros é reconhecida na rubrica "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efectiva e de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos



colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS 9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” pelo que o evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou *Other comprehensive income*).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.2.1.1 Expected Credit Loss (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito.

Os *inputs* chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* ou PD);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* ou LGD); e
- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos, e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios, sendo ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos são baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes *corporate*. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, isso dá origem a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs são estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.





A LGD é a magnitude da perda provável se existir incumprimento. O Banco estima os parâmetros de LGD com base nas taxas de recuperação históricas de processos contra contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD consideram a estrutura, o colateral, a senioridade da disputa, indústria da contraparte e custos de recuperação de qualquer colateral que integra o activo financeiro. Para empréstimos colateralizados por propriedades imobiliárias, rácios de *loan-to-value* (LTV) são o parâmetro chave na determinação da LGD. As estimativas de LGD são calibradas para diferentes cenários económicos e, para empréstimos imobiliários, de forma a reflectir possíveis mudanças nos preços das propriedades. São calculadas numa base de fluxos de caixa não descontados utilizando a taxa de juro efectiva como o factor de desconto. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank, o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco obtém as EAD da exposição actual às contrapartes, e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros corresponde ao valor bruto devido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras), a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo *Credit Conversion Factor* (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº 09/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 20%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0%.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.2.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual. Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (*Personal Banking* ou PB, *Business Banking* ou BB e *Private Banking* ou PVB) e por produto (empréstimos à habitação, *leasing*, descobertos, empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de *rating* para cada classe de activo.

2.2.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (Significant increase in credit risk ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, o Banco considera a





informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

Primeiramente, o Banco identifica de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando a probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte, com a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás. A modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode também afectar a avaliação.

2.2.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco aloca cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (*default*). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do cliente. Todas as exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na *whatchlist*. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (*lifetime*).





2.2.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um *input* primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco recolhe indicadores de *performance* e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados *portfolios*, pode também ser utilizada a informação obtida de agências de notação de crédito externas.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise inclui a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de *benchmark* e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.2.1.6 Definição de default

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em *default* quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:
 - i) O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro do limite autorizado; ou
 - ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou
 - iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (*default*), o Banco considera os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou *covenants* contratuais;
- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;
- Outros indicadores baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.





Os *inputs* da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em *default*, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de *default* são considerados no Estágio 3.

2.2.1.7 Informação prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um “cenário base” de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo envolve o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades relativas de cada desfecho. A informação externa inclui dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representam resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco leva a cabo testes de *stress* periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos, sempre que considere adequado.

O Banco identifica os *drivers* chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada *portfolio* de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes *drivers* chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos *portfolios* de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 5 anos.

Os cenários económicos utilizados serão aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC). Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída no modelo de *rating* de cada cliente.

2.2.1.8 Activos financeiros curados

O Banco analisa continuamente se os *triggers* que levaram contratos ao estado de *default* (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em *default* durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações



trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito.

2.2.1.9 Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados através da negociação deve ser avaliado quanto ao seu possível desreconhecimento.

Caso os termos do empréstimo renegociado sejam significativamente diferentes, o mesmo deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não é elegível para desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto na data de modificação descontando os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante prazo do activo financeiro modificado.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de clientes em dificuldades financeiras (referido como “actividades de reestruturação”) para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (*covenants*) do empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e empresa, são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.





Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a *performance* de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considera vários indicadores de comportamento.

A reestruturação é normalmente um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo antes da exposição ser considerada como já não estando em incumprimento e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o Banco não possui activos que tenham preenchido estes requisitos para o desreconhecimento no período de reporte.

2.2.1.10 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

- i) “Carteira de crédito Normal”: empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados devido a dificuldades financeiras do cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;
- ii) “Carteira de crédito Curado (cliente curado)”: empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o *status* de desempenho;
- iii) “Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)”: empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos clientes, resultando no cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.1.11 Período de emergência

O processo de cálculo do parâmetro de risco de probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo, clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidade de incumprimento idênticas.



O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas depende da definição do período de emergência, o que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período de emergência um período de 12 meses.

2.2.2 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

2.2.2.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.2.2.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e por desencadear o respectivo processo junto de avaliadores externos.



O Banco solicita, a entidades idóneas vocacionadas para o efeito, avaliações formais e trianuais de imóveis industriais e comerciais no mínimo de dois em dois anos, sempre que a posição em risco represente:

- i) Um montante igual ou superior a 1% (um por cento) do total da carteira de crédito ou igual ou superior a AOA 100 milhões; ou
- ii) Situações de crédito vencido há mais de 90 (noventa) dias e/ou outros indícios de imparidade; ou
- iii) Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Alternativamente, caso as condições acima referidas não sejam cumpridas, o Banco solicita avaliações de 3 em 3 anos, em linha com a Política do Grupo Standard Bank.

2.2.2.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

- i) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação, obtido nos termos do disposto na Nota 2.2.2.2 acima, e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

- ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia corresponde ao valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

- iii) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, de marcas e de obras de arte, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.



As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito, para efeitos do apuramento da imparidade de crédito.

2.2.3 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.4 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.5 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 20), por contrapartida da responsabilidade do cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a clientes (Nota 10).

2.2.6 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros que incluem, nomeadamente obrigações não cotadas e papel comercial, são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.



2.3 Outros instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 preconiza uma abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de caixa. A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (*Fair value through other comprehensive income* ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (*Fair value through profit and loss* ou FVTPL).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS 13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efetua a gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o intuito de i) recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes dois tipos de *portfolios*, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste "*solely payments of principal and interest*" ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contracto de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contracto de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contracto de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:



- As políticas e objectivos estabelecidos para o *portfolio* e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no *match* entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a *performance* do *portfolio* é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a *performance* do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; e
- A frequência, volume e *timing* das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o *timing* e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição, nomeadamente:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de *default*); e
- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas *standard* variáveis (“SVRs”) estabelecidas ao critério do Banco. As SVRs são geralmente baseadas numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um *spread* discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e



- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor que requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao seu valor contratual, o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato adicionado do juro periodificado (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.3.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na rubrica de "Juros e rendimentos similares", de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é classificado na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro for detido no âmbito de um modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados; e
- os seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no valor contabilístico são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de



perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados, assim como os rendimentos de juros e ganhos e perdas por diferenças de câmbio, também estes reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de “Resultados cambiais”. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12.

2.3.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” nas seguintes rubricas:

a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados
Nesta rubrica são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

c) Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

Nesta rubrica são classificados os activos financeiros que o Banco optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o *accounting mismatch*.

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes activos financeiros são reconhecidas em resultados.



A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Activos financeiros detidos para negociação", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação".

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica "Resultados cambiais" da demonstração de resultados.

2.3.2 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu reconhecimento. Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registados em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

2.3.3 Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:



- Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

- Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de passivos financeiros são reconhecidas em "de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" no momento em que ocorrem.

2.3.4 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados. Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transacção. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

2.3.4.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.



2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.4.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.





Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.5 Transferências entre categorias de instrumentos financeiros

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas de forma prospectiva, a partir da data de reclassificação, com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecido em resultados com base no método da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Durante o corrente ano, o Banco não transferiu activos financeiros entre categorias.

2.3.6 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.7 Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes. Todos os instrumentos derivados, são registados na data da sua negociação ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados, excepto se se qualificarem como cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.



Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

a) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a categoria de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada, posteriormente (o ajustamento realizado ao montante contabilístico de um instrumento de cobertura, em que o método da taxa de juro efectivo é utilizado, é amortizado através de resultados pelo período até à sua maturidade e reconhecido na rubrica de “Juros e rendimentos similares”). Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumuladas pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

b) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa- na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de resultados, registados ao justo valor com as variações reflectidas em resultados.

2.4 Outros activos tangíveis

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento dos respetivos contratos.



2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático /ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efetuadas até ao limite de valor que os activos teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.4.4 Locações (IFRS 16)

O Banco adoptou a IFRS 16 a 1 de Janeiro de 2019, em substituição da norma contabilística IAS 17 – Locação, que esteve em vigor até 31 de Dezembro de 2018. O Banco não adoptou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato, sendo estas o arrendatário (cliente) e o proprietário (fornecedor). O princípio central desta norma é que, o arrendatário e o proprietário, devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de arrendamento, no balanço patrimonial.

Na óptica do proprietário, os arrendamentos continuam a ser classificados como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. Na óptica do arrendatário, a norma introduz um modelo contabilístico de arrendatário individual, em que um activo de direito de uso (ROU - *right of use*) juntamente com um passivo de arrendamento para os pagamentos futuros, deve ser reconhecido para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.



2.4.4.1 Isenções de reconhecimento

Além das exclusões de âmbito acima, um arrendatário pode optar por não aplicar o reconhecimento e os requisitos da IFRS 16 sobre:

- arrendamentos de curto prazo - arrendamentos que, na data de início, têm um prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses (devem ser aplicados consistentemente a todos os activos subjacentes da mesma classe); e
- arrendamentos para os quais o activo subjacente é de baixo valor e inferiores a USD 5 000 para activos não dependentes e inferiores a ZAR 250 000 para activos dependentes/combinados, segundo a Política do Grupo.

2.4.4.2 Reconhecimento e mensuração

Na data de início o arrendatário deve reconhecer um activo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Activos de direito de uso	Custo (mensuração inicial do passivo de arrendamento) mais custos directos iniciais.	Modelo de Custo: Custo menos depreciação acumulada e imparidade acumulada. O activo de ROU é depreciado pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e a vida útil, excepto se for provável que o arrendatário exerça uma opção de compra, onde, nesse caso, devemos utilizar a vida útil.
Passivo de arrendamento	Pelo valor actual dos pagamentos de arrendamento futuros. Os pagamentos de arrendamento serão descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se não, usar a taxa de empréstimo incremental do arrendatário.	O arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> • aumentar o valor contabilístico para reflectir juros sobre o passivo de arrendamento; • reduzir o valor contabilístico para reflectir os pagamentos feitos.

Os pagamentos de arrendamento compreendem:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber);
- Pagamentos de aluguer variáveis que dependem de um índice ou taxa;
- Valores esperados a pagar pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento reflectir que o arrendatário exerce a opção de rescindir o arrendamento.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juros implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*), acrescido de um *spread* de risco



do Banco, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória é tido em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação.

A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para refletir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); e
- um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os activos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Banco exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

Os principais registos contabilísticos decorrentes da IFRS 16 detalham-se conforme segue:

- Na demonstração dos resultados:
 - registo em "Margem financeira" do gasto de juros relativo aos passivos de locação;



- registo em “Outros gastos administrativos” dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor; e
- registo em “Amortizações” do custo de depreciação dos activos sob direito de uso.
- No balanço:
 - registo em “Outros activos tangíveis”, pelo reconhecimento dos activos sob direito de uso; e
 - registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.
- Na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de actividades operacionais - Pagamentos (de caixa) a empregados e a Fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de activos de baixo valor e a rubrica (Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na óptica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores classificam as locações como financeiras ou operacionais.

2.5 Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade. O custo de aquisição dos activos intangíveis compreende (i) preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido. Após a sua contabilização inicial, o Banco mensura os seus activos intangíveis pelo modelo do custo.

2.5.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.



2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e





- fornecimento de informação técnica essencial. ~

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por peritos externos.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 Impostos sobre lucros (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.



2.9.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor apurado relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.9.2 Imposto Industrial

A 30 de Junho de 2020, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

A 20 de Julho de 2020 foi publicada a Lei n.º 26/2020, que altera o Código do Imposto Industrial. Esta alteração prevê o aumento da taxa de Imposto Industrial, aplicável às actividades do sector bancário, para 35%, com efeitos a partir de 19 de Agosto de 2020 (i.e. 30 dias após a sua publicação). De igual modo, foi estipulado um aumento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para 5 anos, bem como foram efectuadas alterações quanto ao tratamento fiscal das variações cambiais, entre outras.

Com a publicação da Lei 19/14, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre Aplicação de Capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC") são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

2.9.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.



Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.9.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 18º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial.

2.9.5 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º 7/19 introduziu o IVA, com uma taxa de 14%, que está em vigor desde 1 de Outubro de 2019, revogando o Regulamento do Imposto de Consumo (IC) e introduzindo relevantes alterações ao Código



do Imposto de Selo (IS), passando a estar isentas de IS as operações aduaneiras, de financiamento, de seguro e de resseguro que sejam tributadas em IVA. É ainda revogado o IS sobre os recibos.

O regime de IVA define também o regime de cativação, em que o Banco actua como agente cativador de 50% do IVA liquidado por parte dos seus fornecedores, com algumas exceções definidas no Código do IVA.

No que respeita aos serviços prestados, o Banco tem obrigação de liquidar IVA nas comissões cobradas aos clientes estando isento de liquidar em IVA em algumas das operações como sejam os juros.

O Banco tem simultâneo operações sujeitas e não sujeitas que lhe confere, o direito à dedução e operações isentas que lhe restringem esse direito, desta forma apenas pode deduzir o IVA incorrido a montante com a aquisição de bens e serviços na proporção das operações que conferem esse direito.

Em Abril de 2019, entrou em vigor o Regime Jurídico das Faturas e Documentos Equivalentes (RJFDE). Desta forma, o Banco cumpre com regras em matéria de faturação nos termos deste Regime e emite faturas genéricas através de software certificado pela AGT.

2.9.6 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo (até Outubro de 2019), bem como outras taxas.

2.10 Benefícios aos empregados

2.10.1 Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 20).

2.10.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do colaborador (Nota 20).

2.11 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades),



(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.12 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 24), de acordo com os prazos das operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (Nota 24) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no *stage 1* ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.





Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 24). Com referência a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o Banco não tem estas operações.

2.13 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 25) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 24).

2.14 Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 26) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 27) incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.



2.15 Garantias Financeiras e Compromissos

Garantias financeiras (Nota 23) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 23) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.16 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas ou AOA) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

Em 30 de Junho de 2020, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias, são registadas em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20). Em 31 de Dezembro de 2019 estas operações a liquidar eram registadas nas rubricas extrapatrimoniais (Nota 23).

2.17 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos (Nota 32) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.





2.18 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, e com risco de variação de justo valor imaterial, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização dos instrumentos financeiros não cotados em algumas situações específicas, nomeadamente a sua alienação antes da respectiva maturidade.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados nas Notas 7, 8 e 34.



3.2 Classificação de activos financeiros

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados dos testes SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos activos financeiros que permaneçam em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros (Notas 7, 8, 9 e 10).

3.3 Perdas por imparidade dos instrumentos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento (PD), a perda dado o incumprimento (LGD), a avaliação da existência de aumento significativo no risco de crédito do activo financeiro desde o seu reconhecimento inicial, a definição de grupos de activos com características de risco de crédito comuns, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas Notas 4, 5, 6, 8, 9 e 10, com o consequente impacto nos resultados do Banco.



3.4 Imposto sobre o rendimento e Impostos diferidos

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Caixa	8 910 350	7 674 412
Disponibilidades em bancos centrais	95 913 506	85 260 833
Banco Nacional de Angola	95 913 506	85 260 833
Imparidade acumulada	-	-
	104 823 856	92 935 245

Em 30 de Junho de 2020, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de AOA 45 146 627 milhares (2019: AOA 58 163 126 milhares), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 17/2019 do Banco Nacional de Angola, de 24 de Outubro de 2019, e de acordo com a Directiva nº 8/2019 do Banco Nacional de Angola, de 24 de Outubro de 2019, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	22%	100%
Outros Sectores	Apuramento Semanal	22%	15% ^[1]

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)



O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 30 de Junho de 2020, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a AOA 53 057 593 milhares (2019: AOA 85 348 580 milhares).

Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira, a legislação aplicável considera elegíveis até 80% as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria registada no SIGMA emitidas a partir de 2015. Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda nacional, são elegíveis também até ao limite de 80% os créditos em moeda nacional concedidos a projectos dos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas, desde que sejam de maturidade superior ou igual a 24 meses.

Em 30 de Junho de 2020 estes saldos ascendem a AOA 29 595 050 milhares (2019: AOA 27 185 454 milhares), sendo apenas relacionados com Títulos do Tesouro em moeda estrangeira. O aumento destes saldos face a 2019 está relacionada com o efeito cambial.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 de 27 de Dezembro de 2019, que refere que deve ser considerada uma LGD de 0% para a carteira de disponibilidades e aplicações constituídas junto do Banco Nacional de Angola, não houve a constituição de imparidades.

Nota 5 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	14 120	5 792
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	184 758 094	168 827 417
Valor aplicado	184 761 557	168 829 191
Imparidade acumulada	(3 463)	(1 774)
	184 772 214	168 833 209

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.





Em 30 de Junho de 2020, o Banco calculou imparidades de acordo com a IFRS 9 para as disponibilidades em outras instituições de crédito no valor de AOA 3 463 milhares (2019: AOA 1 774 milhares). Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 6 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	38 848 407	-
Juros corridos	39 174	
Aplicações em instituições de crédito		
Aplicações de muito curto prazo	1 339 427	5 582 824
Valor aplicado	1 338 400	5 535 199
Juros corridos	1 027	47 625
	40 227 008	5 582 824

Em 30 de Junho de 2020, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro ponderada de 5.66% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo correspondem a depósitos *overnight* África do Sul (Nota 33), com uma taxa de juro de 3.5%.

Em 31 de Dezembro de 2019, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro de 13.65%.



Nota 7 – Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)										
30.06.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados										
- Obrigações do Tesouro	AOA	USD	7.00%	38 071 711	37 499 227	461 477	226 818	106 329	38 293 851	
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a.	48 717	48 717	-	-	-	48 717	
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147	
				38 127 575	37 555 091	461 477	226 818	106 329	38 349 715	

(milhares de Kwanzas)										
31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados										
- Obrigações do Tesouro	AOA	USD	7.13%	30 196 837	30 218 625	402 333	524	206 793	30 828 275	
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a.	48 717	48 717	-	-	-	48 717	
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147	
				30 252 701	30 274 489	402 333	524	206 793	30 884 139	

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 34).

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)					
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
- Obrigações do Tesouro	16 319 411	20 776 694	1 197 746	-	38 293 851
- Participação EMIS	-	-	-	55 864	55 864
Saldo em 30 de Junho de 2020	16 319 411	20 776 694	1 197 746	55 864	38 349 715
- Obrigações do Tesouro	3 855 492	26 966 672	6 111	-	30 828 275
- Participação EMIS	-	-	-	55 864	55 864
Saldo em 30 de Dezembro de 2019	3 855 492	26 966 672	6 111	55 864	30 884 139



Nota 8 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	8 504 000	7 233 510	-	170 566	(305 206)	7 098 870
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	14,46%	52 417 300	45 269 428	1 755 328	3 205 372	232 472	50 462 600
				60 921 300	52 502 938	1 755 328	3 375 938	(72 734)	57 561 470

(milhares de Kwanzas)

31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	20 349 500	17 561 952	-	2 062 226	(336 086)	19 288 092
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	13,47%	54 561 100	47 283 676	1 765 703	2 821 870	1 158 857	53 030 106
				74 910 600	64 845 628	1 765 703	4 884 096	822 771	72 318 198

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 34).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro verificadas em cada data de referência para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	-	7 098 870	-	7 098 870
- Obrigações do Tesouro	9 785 841	20 222 729	20 454 030	50 462 600
Saldo em 30 de Junho de 2020	9 785 841	27 321 599	20 454 030	57 561 470
- Bilhetes do Tesouro	8 577 853	10 710 239	-	19 288 092
- Obrigações do Tesouro	2 469 071	28 975 006	21 586 029	53 030 106
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	11 046 924	39 685 245	21 586 029	72 318 198



Nota 9 – Investimentos ao custo amortizado

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	-	-	-	-	-	-
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5.00%	36 650 212	36 650 212	104 905	-	(567 947)	36 187 170
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	14.12%	67 519 600	57 200 658	2 707 450	6 101 585	(737 740)	65 271 953
				104 169 812	93 850 870	2 812 355	6 101 585	(1 305 687)	101 459 123

(milhares de Kwanzas)

31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	3 500 000	3 084 550	-	249 220	(17 239)	3 316 531
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5.00%	30 500 858	30 500 858	91 669	-	(472 719)	30 119 808
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	13.69%	80 044 000	67 811 348	2 950 934	5 438 944	(983 675)	75 217 551
				114 044 858	101 396 756	3 042 603	5 688 164	(1 473 633)	108 653 890

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2019, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 do BNA de 27 de Dezembro de 2019, o Banco registou uma dotação adicional de imparidade pelo aumento da PD e LGD em conformidade com a notação de rating de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão. Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Obrigações do Tesouro	7 913 323	21 282 379	72 263 421	101 459 123
Saldo em 30 de Junho de 2020	7 913 323	21 282 379	72 263 421	101 459 123
- Bilhetes do Tesouro	-	3 316 531	-	3 316 531
- Obrigações do Tesouro	1 555 076	30 993 219	72 789 064	105 337 359
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1 555 076	34 309 750	72 789 064	108 653 890



Nota 10 – Crédito a clientes

Esta rubrica em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Crédito interno		
A empresas	113 645 300	83 402 028
Empréstimos	79 992 604	39 393 518
Descobertos	31 063 494	28 274 879
Leasing	332 131	366 509
Cartas de crédito	2 257 071	15 367 122
A particulares	9 624 694	9 111 328
Habitação	782 983	717 656
Consumo e outros	8 841 711	8 393 672
	123 269 994	92 513 356
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	892 176	335 544
De 3 meses a 1 ano	431 136	194 888
De 1 a 3 anos	398 992	359 823
	1 722 304	890 255
	124 992 297	93 403 611
Perdas por imparidade	(2 443 372)	(1 898 991)
	122 548 925	91 504 620

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de Crédito a clientes inclui, por contrapartida de Outros passivos (Nota 20), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Crédito a clientes inclui, respectivamente, AOA 881 377 milhares e AOA 733 979 milhares relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 14).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento residual, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:



(milhares de Kwanzas)

	30.06.2020	31.12.2019
Até 3 meses	21 369 681	26 953 932
De 3 meses a um ano	43 167 061	29 481 376
De um a cinco anos	47 862 533	35 590 521
Mais de cinco anos	12 029 082	919 716
Duração indeterminada	563 940	458 066
	124 992 297	93 403 611

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a clientes foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	1 898 991	1 064 193
Dotações	1 213 236	1 535 155
Utilizações (Nota 23)	(84 381)	(71 628)
Reversões	(612 835)	(631 139)
Diferenças de câmbio e outras	28 361	2 410
Saldo final	2 443 372	1 898 991

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as Utilizações (Nota 23) correspondem à variação anual dos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo).

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2020	31.12.2019
Taxa fixa	27 477 952	9 726 383
Taxa variável	97 514 345	83 677 228
	124 992 297	93 403 611

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

1. Por segmento

Segmento	Exposição 30.06.2020 (milhares de Kwanzas)						Imparidade 30.06.2020							
	Exposição total		Do qual reestruturado		Do qual em cura		Crédito em Estágio 2		Do qual reestruturado		Imparidade total		Crédito em Estágio 2	
	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	87 800 527	80 783 195	-	7 025 333	-	-	8 357	480 513	-	1 300 514	(1 300 514)	(915 653)	(1 304 851)	(19 940)
Pequenas e Médias Empresas	26 502 925	25 435 144	-	587 288	-	-	2 890	349 603	-	(312 176)	(168 862)	(216 474)	(113 354)	(351 881)
Particulares	10 680 845	9 607 910	1 798	723 332	13 227	13 227	11 247	830 116	830 116	(850 693)	(216 474)	(1 321 019)	(780 633)	(367 821)
Total	124 982 297	116 826 249	1 798	8 336 932	13 227	13 227	11 247	830 116	830 116	(2 443 372)	(2 443 372)	(1 321 019)	(780 633)	(367 821)

Segmento	Exposição 31.12.2019 (milhares de Kwanzas)						Imparidade 31.12.2019							
	Exposição total		Do qual reestruturado		Do qual em cura		Crédito em Estágio 2		Do qual reestruturado		Imparidade total		Crédito em Estágio 2	
	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	85 632 751	62 387 357	-	3 245 394	-	-	15 526	579 065	-	(865 934)	(865 934)	(170 609)	(170 609)	(65 971)
Pequenas e Médias Empresas	18 348 379	17 343 163	-	426 121	-	-	11 123	308 444	-	(307 261)	(132 601)	(108 719)	(108 719)	(309 693)
Particulares	9 422 481	8 659 783	736	2 001	444 254	952	26 649	887 539	199 321	(725 765)	(186 276)	(219 797)	(409 125)	(375 664)
Total	93 403 611	88 400 303	736	4 115 769	952	952	26 649	887 539	199 321	(1 898 991)	(1 024 202)	(409 125)	(409 125)	(375 664)

2. Por intervalo de dia de atraso

Segmento	Exposição 30.06.2020 (milhares de Kwanzas)																	
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	80 763 169	15	11	7 025 333	-	-	84 252	506 302	-	(915 662)	-	-	(384 527)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	25 435 144	-	-	587 287	66 831	-	180 274	150 530	-	(113 354)	-	-	(232 652)	(20 695)	-	-	-	-
Particulares	10 680 845	15	11	8 248 059	58 833	-	203 335	646 781	(1 321 019)	(1 321 019)	-	-	(730 887)	(28 685)	-	-	-	-
Total	102 880 158	30	22	15 860 679	125 664	-	467 861	1 203 613	(1 321 019)	(1 321 019)	-	-	(1 128 068)	(49 382)	-	-	-	-

Segmento	Exposição 31.12.2019 (milhares de Kwanzas)																	
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias	> 30 dias	> 60 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	62 387 357	-	-	3 245 395	-	-	111 827	467 289	-	(695 329)	-	-	(170 609)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	17 348 379	-	-	426 121	-	-	214 227	93 716	-	(132 602)	-	-	(108 719)	(3)	-	-	-	-
Particulares	9 422 481	2 708	-	397 259	47 045	-	326 554	660 895	(1 024 143)	(1 024 143)	(60)	(60)	(371 859)	(27 269)	-	-	-	-
Total	89 158 217	2 708	-	3 968 775	94 090	-	1 052 508	1 221 895	(1 024 143)	(1 024 143)	(60)	(60)	(471 287)	(30 131)	-	-	-	-





O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é como segue:

30.06.2020											
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares				
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída		
2015 e anteriores	22	15 184 206	(194 935)	102	8 521 262	(148 538)	2 704	602 934	(53 744)		
2016	-	-	-	21	2 179 401	(16 676)	169	145 462	(12 172)		
2017	7	42 741	(38)	11	117 303	(1 950)	1 525	199 272	(24 482)		
2018	54	3 601 638	(269 688)	37	701 022	(3 467)	938	1 680 314	(311 278)		
2019	7	35 762 271	(556 437)	33	1 436 221	(15 380)	1 812	4 988 777	(286 820)		
2020	18	33 217 672	(279 417)	38	13 547 717	(126 165)	683	3 064 086	(142 186)		
Total	108	87 808 527	(1 300 514)	242	26 502 925	(312 176)	7 831	10 680 845	(830 683)		

31.12.2019											
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares				
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída		
2014 e anteriores	19	16 195 109	(259 274)	9	2 443 045	(39 173)	816	400 059	(33 204)		
2015	2	2 440 745	(45 915)	2	3 524 707	(23 359)	1 943	314 428	(28 788)		
2016	-	-	-	5	1 310 293	(83 892)	193	210 202	(26 094)		
2017	7	85 485	(233)	13	246 590	(61 315)	1 596	308 030	(29 818)		
2018	55	3 433 718	(22 065)	37	817 895	(4 303)	1 030	2 203 100	(338 867)		
2019	134	43 477 694	(538 447)	113	10 005 849	(95 249)	1 848	5 986 662	(268 995)		
Total	217	65 632 751	(865 934)	179	18 348 379	(307 291)	7 426	9 422 481	(725 766)		

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como o segue:

1. Por segmento

	(milhares de Kwanzas)					
	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
30.06.2020						
Imparidade individual	87 808 527	(1 300 514)	480 513	(9 940)	351 881	(351 881)
Imparidade colectiva	-	-	26 022 412	(302 236)	10 328 963	(478 802)
Total	87 808 527	(1 300 514)	26 502 925	(312 176)	10 680 845	(830 683)
					124 992 297	(2 443 372)
31.12.2019						
Imparidade individual	65 632 751	(865 934)	-	-	-	-
Imparidade colectiva	-	-	18 348 379	(307 291)	9 422 481	(725 766)
Total	65 632 751	(865 934)	18 348 379	(307 291)	9 422 481	(725 766)
					93 403 611	(1 898 991)

2. Por sector de actividade

	(milhares de Kwanzas)														
	Administração central			Comércio por grosso			Construção			Indústria transformadora			Outras		
	Exposição total	Imparidade	Total	Exposição total	Imparidade	Total	Exposição total	Imparidade	Total	Exposição total	Imparidade	Total	Exposição total	Imparidade	Total
30.06.2020															
Imparidade individual	-	-	-	34 794 606	(316 991)	263 148	(469)	8 144 793	(1 695)	351 881	(351 881)	45 065 494	(991 300)	88 640 922	(1 662 335)
Imparidade colectiva	-	-	-	20 663 245	(249 961)	140 877	(1 081)	1 795 153	(13 737)	10 328 963	(478 802)	3 423 137	(37 457)	36 351 375	(781 037)
Total	-	-	-	55 457 851	(566 952)	404 025	(1 550)	9 939 946	(15 431)	10 680 845	(830 683)	48 509 631	(1 028 756)	124 992 297	(2 443 372)
31.12.2019															
Imparidade individual	564 767	-	-	22 889 025	(152 662)	298 488	(895)	7 396 298	(1 547)	-	-	34 484 173	(710 830)	65 632 751	(865 934)
Imparidade colectiva	-	-	-	14 720 219	(269 863)	405 019	(3 109)	1 018 110	(10 396)	9 422 481	(725 766)	2 205 031	(23 923)	27 770 860	(1 033 057)
Total	564 767	-	-	37 609 244	(422 525)	703 507	(4 004)	8 414 408	(11 943)	9 422 481	(725 766)	36 689 204	(734 753)	93 403 611	(1 898 991)



Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola.

As tabelas abaixo apresentam, com referência a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição do crédito a clientes, com detalhe do crédito vincendo e vencido, acréscimos e diferimentos e imparidades de crédito por estágio e por classe de incumprimento. Os acréscimos e diferimentos incorporam os acréscimos de juros (vencidos) e a especialização das comissões associadas aos contratos de crédito.

1. Por estágio

Crédito a clientes	30.06.2020			
	(milhares de Kwanzas)			
	Estágio 1	Estágios de imparidade		Total
	Estágio 2	Estágio 3		
Com imparidade atribuída com base em análise individual	81 081 357	7 025 333	-	88 106 690
Crédito e juros vencidos	26	-	829 283	829 308
Imparidade	(915 663)	(384 851)	(361 821)	(1 662 335)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	34,504,368	848,121	-	35 352 489
Crédito e juros vencidos	428 186	446 894	-	875 079
Imparidade	(405 356)	(375 682)	-	(781 037)
Acréscimos e diferimentos	(187 688)	15 585	834	(171 269)
Total	114 505 230	7 575 400	468 296	122 548 925

Crédito a clientes	31.12.2019			
	(milhares de Kwanzas)			
	Estágio 1	Estágios de imparidade		Total
	Estágio 2	Estágio 3		
Com imparidade atribuída com base em análise individual	61 584 146	3 245 394	-	64 829 540
Crédito e juros vencidos	-	-	-	-
Imparidade	(695 325)	(170 609)	-	(865 934)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	26,127,349	878 492	341	27 006 182
Crédito e juros vencidos	2 710	6	887 539	890 255
Imparidade	(328 877)	(328 516)	(375 664)	(1 033 057)
Acréscimos e diferimentos	686 098	(8 123)	(341)	677 634
Total	87 376 101	3 616 644	511 875	91 504 620

Handwritten signature and initials 'AFS' in blue ink.

A decomposição dos montantes brutos e da imparidade de crédito da carteira de crédito a clientes, analisada por classes de incumprimento e pela tipologia de análise de imparidade realizada pelo Banco em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresenta-se como segue:

1. Por classe de incumprimento

Crédito a clientes	30.06.2020					Total
	Classe de incumprimento					
	Crédito vencendo	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	88 106 690	-	284 824	146 305	-	88 106 690
Crédito e juros vencidos	-	-	(199 074)	(149 862)	398 178	829 308
Imparidade	(1 300 513)	-	-	-	(12 886)	(1 662 335)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	35 352 489	-	-	-	-	35 352 489
Crédito e juros vencidos	-	809 421	65 659	-	-	875 079
Imparidade	(594 825)	(156 547)	(29 665)	-	-	(781 037)
Acréscimos e diferimentos	15 908	15 908	(310)	1 505	814	(171 269)
Total	121 374 655	668 782	121 433	(2 051)	386 106	122 548 925

Crédito a clientes	31.12.2019					Total
	Classe de incumprimento					
	Crédito vencendo	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	64 829 540	-	-	-	-	64 829 540
Crédito e juros vencidos	-	-	-	-	-	-
Imparidade	(865 934)	-	-	-	-	(865 934)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	24 889 043	-	-	-	-	24 889 043
Crédito e juros vencidos	-	2 117 139	329 262	201 170	359 823	3 007 394
Imparidade	(455 038)	(175 027)	(242 069)	(101 092)	(59 831)	(1 033 057)
Acréscimos e diferimentos	673 183	5 500	841	(1 166)	(724)	677 634
Total	89 070 794	1 947 612	88 034	88 912	299 268	91 504 620



O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

Medida aplicada	30.06.2020			31.12.2019											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total					
Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	
Extensão de prazo	1	954	(18)	4	11.247	(2.061)	7	90.616	(7.230)	12	102.817	(9.309)	12	102.817	(9.309)
Total	1	954	(18)	4	11.247	(2.061)	7	90.616	(7.230)	12	102.817	(9.309)	12	102.817	(9.309)

Medida aplicada	30.06.2020			31.12.2019											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total					
Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	
Extensão de prazo	2	2.001	(39)	12	26.649	(7.133)	13	199.321	(72.228)	27	227.971	(79.400)	27	227.971	(79.400)
Total	2	2.001	(39)	12	26.649	(7.133)	13	199.321	(72.228)	27	227.971	(79.400)	27	227.971	(79.400)

A tabela abaixo apresenta com referência a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o crédito reestruturado com o detalhe do valor vincendo, vencido e imparidade para empresas e particulares.

Crédito reestruturado	30.06.2020		Total
	Vincendo	Vencido	
Empresas	91 813	-	91 813
Particulares	3 844	7 159	11 004
Consumo	3 844	7 159	11 004
Total	95 658	7 159	102 817

Crédito reestruturado	31.12.2019		Total
	Vincendo	Vencido	
Empresas	15 526	174 873	190 399
Particulares	13 124	24 448	37 572
Consumo	13 124	24 448	37 572
Total	28 650	199 321	227 971

Handwritten signature and initials.



Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	227 971	241 612
Créditos reestruturados no período	-	22 083
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	3 254	3 922
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(41 683)	(37 948)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(16 500)	(1 698)
Outros	(70 225)	-
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	102 817	227 971

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

Justo valor	(milhares de Kwanzas)												
	Empresas				30.06.2020				Habituação				
	Imóveis		Outras garantias reais		Construção e promoção		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais
Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número de imóveis	Montante	Número de imóveis	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	1	30 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	1	50 000	1	54 292	11	377 039	11	698 424	11	69 382	1
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	1	100 000	-	-	5	1 118 403	5	1 118 403	5	1 063 638	5
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	3	2 402 326	3	1 909 232	-	-	1	715 621	1	715 621	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	3	3 861 437	4	6 153 992	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	4	15 609 550	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	1	10 013 555	3	26 071 230	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8	16 307 318	16	49 894 004	1	54 292	28	2 909 486	28	2 909 486	7	1 168 721	7

Handwritten signature and initials 'AFB' in blue ink.



(milhares de Kwanzas)

Justo valor	31.12.2019											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	-	-	-	-	-	-	-	-	12	377 597	1	35 701
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	1	86 430	1	50 000	1	54 292	-	-	12	796 181	1	57 741
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	1	444 771	-	-	-	-	3	539 009	4	637 552
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	2	1 530 159	-	-	-	-	1	806 932	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	1	1 243 909	1	1 683 500	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	1	4 604 543	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	-	-	2	15 042 585	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	2 860 498	6	21 825 398	1	54 292	1	806 932	28	2 308 337	6	730 994



O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)						
30.06.2020						
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	61 352 587	7 604 244	305 758	920 604
< 50%	-	2	15 424 259	-	-	208 058
>= 50% e < 75%	-	1	2 646 844	-	-	27 156
>= 75% e < 100%	-	1	10 163 768	-	-	75 279
>= 100%	8	12	16 226 856	8 357	174 755	380 044
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	382 041	-	-	1 400
>= 100%	1	-	21 984	-	-	150
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	234 457	-	-	1 939
>= 100%	28	7	492 066	67 321	199 074	213 843
Total	37	23	106 944 862	7 679 921	679 587	1 828 471

(milhares de Kwanzas)						
31.12.2019						
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	69 839 389	3 655 989	389 874	1 010 426
< 50%	-	-	-	-	-	-
>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
>= 75% e < 100%	-	-	-	-	-	-
>= 100%	4	29	9 486 111	15 526	189 221	159 691
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	33 039	-	-	483
>= 100%	1	5	371 980	-	-	2 626
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	137 661	-	-	1 153 059
>= 100%	28	6	575 838	56 980	202 060	217 001
Total	33	40	80 444 017	3 728 495	781 156	2 543 286

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

(milhares de Kwanzas)							
30.06.2020							
Segmento	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	1 242 375	13 310 319	70 334 500	-	-	-	2 921 333
Pequenas e Médias Empresas	344 384	-	25 762 279	1	-	-	396 262
Particulares	-	-	10 534 158	26 881	55 024	13 502	51 280
Total	1 586 759	13 310 319	106 630 937	26 881	55 024	13 502	3 368 875

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2019							
Segmento	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	564 767	12 419 092	49 606 272	-	3 042 500	-	120
Pequenas e Médias Empresas	84 709	-	17 796 401	-	-	-	467 269
Particulares	-	-	9 328 138	15 422	36 993	6 331	35 597
Total	649 476	12 419 092	76 730 811	15 422	3 079 493	6 331	502 986

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.



A divulgação dos factores de riscos associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	Imparidade 30.06.2020				Imparidade 31.12.2019			
	Probabilidade de Incumprimento (%)			Perda dado o Incumprimento (%)	Probabilidade de Incumprimento (%)			Perda dado o Incumprimento (%)
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Grandes Empresas e Banca de Empresas	De 0% a 11%	De 4% a 6%	N/A	De 5% a 50%	De 0% a 11%	De 4% a 6%	N/A	De 5% a 59%
Estado	De 0% a 3%	N/A	N/A	0%	De 0% a 3%	N/A	N/A	0%
Instituições Financeiras	De 0% a 1%	4%	N/A	De 15% a 30%	De 0% a 1%	4%	N/A	De 15% a 30%
Pequenas e Médias Empresas	3%	8%	100%	De 25% a 50%	3%	8%	100%	De 20% a 72%
Particulares	4%	30%	100%	De 30% a 72%	4%	30%	100%	De 30% a 72%

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 30 de Junho de 2020:

a) Incorporação de informação prospectiva - Cenários considerados

		30.06.2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	-3.30%	-1.20%	2.40%	-0.08%	-2.55%
	Cenário favorável	-2.80%	0.50%	2.60%	-0.40%	-3.40%
	Cenário adverso	-4.80%	-3.10%	-1.60%	-3.25%	-4.90%
Taxa de Inflação	Cenário Base	30.60%	21.10%	18.50%	26.28%	34.05%
	Cenário favorável	24.70%	12.70%	10.00%	19.68%	29.35%
	Cenário adverso	36.70%	26.80%	23.90%	32.05%	40.20%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	720	891	1 066	893	721
	Cenário favorável	672	775	874	771	669
	Cenário adverso	777	985	1 221	1 005	790
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	41.15				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	15,20%				

b) Incorporação de informação prospectiva - créditos analisados em base colectiva

	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	7.20%	71.60%	643
Cenário favorável	3.80%	50%	592
Cenário adverso	26.70%	100%	778



As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2019:

a) Incorporação de informação prospectiva - Cenários considerados

		2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	1.40%	1.20%	-1.30%	-2.80%	-2.40%
	Cenário favorável	1.80%	2.10%	1.50%	1.20%	1.00%
	Cenário adverso	-4.10%	-0.70%	-2.10%	-3.60%	-3.30%
Taxa de Inflação	Cenário Base	29.80%	21.10%	20.90%	12.10%	11.70%
	Cenário favorável	15.00%	11.70%	9.70%	10.70%	11.70%
	Cenário adverso	34.10%	25.40%	23.70%	16.50%	15.00%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	518	564	599	643	683
	Cenário favorável	485	536	583	673	732
	Cenário adverso	736	814	885	1 022	1 144
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	60	60	60		
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	19.86%				

b) Incorporação de informação prospectiva - créditos analisados em base coletiva

	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	8.40%	50.00%	688
Cenário favorável	4.00%	71.60%	585
Cenário adverso	30.30%	100.00%	1 057



A tabela abaixo apresenta o movimento do valor contabilístico bruto dos activos financeiros por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2018	351 734 727	4 723 536	695 993	357 154 256
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	79 707 383	(546)	-	79 706 837
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	7 150 176	-	-	7 150 176
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	93 446 527	-	-	93 446 527
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30 954 207	-	-	30 954 207
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	91 135 131	-	-	91 135 131
Crédito a clientes (Nota 10)	49 341 303	4 724 082	695 993	54 761 378
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	13 613			13 613
<i>Outras alterações</i>	89 112 552	1 981		89 114 533
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	30 829 918			30 829 918
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	54 291 945			54 291 945
<i>Outras alterações</i>	(75 420 274)			(75 420 274)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	5 582 825			5 582 825
<i>Outras alterações</i>	(30 954 208)			(30 954 208)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	39 424 953			39 424 953
<i>Outras alterações</i>	(20 432 561)			(20 432 561)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		(186 209)	(482 449)	(668 658)
<i>Transferência para estágio 2</i>	186 209		(59 718)	126 491
<i>Transferência para estágio 3</i>	482 449	59 718		542 167
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	57 864 450	549 615	18 643	58 432 708
<i>Activos financeiros que foram desconhecidos</i>	(610 795)	(53 122)	(13 668)	(677 585)
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			(71 668)	(71 668)
<i>Outras alterações</i>	(18 863 313)	(978 315)	800 406	(19 041 222)
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2019	476 146 535	4 117 204	887 539	481 151 278



Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2019	476 146 535	4 117 204	887 539	481 151 278
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	168 833 548	1 435	-	168 834 983
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	30 884 139	-	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	72 318 198	-	-	72 318 198
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5 582 824	-	-	5 582 824
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	110 127 523	-	-	110 127 523
Crédito a clientes (Nota 10)	88 400 303	4 115 769	887 539	93 403 611
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		(1 435)		(1 435)
<i>Transferência para estágio 2</i>	1 435			1 435
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	24 889 077			24 889 077
Outras alterações	(8 948 383)			(8 948 383)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	28 115 359			28 115 359
Outras alterações	(20 649 783)			(20 649 783)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	16 968 145			16 968 145
Outras alterações	(31 724 873)			(31 724 873)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	40 227 008			40 227 008
Outras alterações	(5 582 825)			(5 582 825)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	419 239			419 239
Outras alterações	(7 781 953)			(7 781 953)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		139 909	1 765	141 673
<i>Transferência para estágio 2</i>	(139 909)		(5 334)	(145 243)
<i>Transferência para estágio 3</i>	(1 765)	5 334		3 569
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	54 385 859	370 325	10 078	54 766 262
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(379 021)	(3 267 821)		(3 646 843)
Créditos abatidos ao activo			(99 842)	(99 842)
Outras alterações	(26 439 219)	6 972 417	35 911	(19 430 891)
Valor Contabilístico bruto em 30 de Junho de 2020	539 504 927	8 335 932	830 117	548 670 976
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	184 775 677	0	-	184 775 677
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	38 349 715	-	-	38 349 715
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	57 561 470	-	-	57 561 470
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	40 227 007	-	-	40 227 007
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	102 764 810	-	-	102 764 810
Crédito a clientes (Nota 10)	115 826 249	8 335 932	830 117	124 992 298



A tabela abaixo apresenta o movimento da perda esperada por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2018	(539 742)	(344 561)	(440 750)	(1 325 053)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(1 246)	-	-	(1 246)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(639)	-	-	(639)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(258 975)	-	-	(258 975)
Crédito a clientes (Nota 10)	(278 882)	(344 561)	(440 750)	(1 064 193)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5) <i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(528)	-	-	(528)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito <i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	639			639
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9) <i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(551 303)			(551 303)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(663 355)			(663 355)
Crédito a clientes (Nota 10) <i>Transferência para estágio 1</i>	-	47 328	(3 840)	43 487
<i>Transferência para estágio 2</i>	(47 328)	-	(6 956)	(54 284)
<i>Transferência para estágio 3</i>	3 840	6 956	-	10 796
<i>Aumentos devido a alterações no risco de crédito</i>	(92 481)	(171 772)	(189 565)	(453 818)
<i>Diminuições devido a alterações no risco de crédito</i>	105 683	27 501		133 184
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			280 859	280 859
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(731 742)	(64 577)	(18 789)	(815 107)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	16 708			16 708
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>				-
<i>Taxa de câmbio e outros movimentos</i>			3 377	3 377
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2019	(2 499 608)	(499 125)	(375 664)	(3 374 398)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(1 774)	-	-	(1 774)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 473 633)	-	-	(1 473 633)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 024 201)	(499 125)	(375 664)	(1 898 991)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5) <i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(106)			(106)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(1 584)			(1 584)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito				
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9) <i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(6 478)			(6 478)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	174 424			174 424
Crédito a clientes (Nota 10) <i>Transferência para estágio 1</i>	-	(30 410)	(783)	(31 193)
<i>Transferência para estágio 2</i>	30 410	-	(5 347)	25 063
<i>Transferência para estágio 3</i>	783	5 346	-	6 129
<i>Aumentos devido a alterações no risco de crédito</i>		(380 372)	(234 765)	(615 138)
<i>Diminuições devido a alterações no risco de crédito</i>	120 452			120 452
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			181 942	181 942
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(468 661)	(37 120)	(202)	(505 983)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	20 198	181 038	72 999	274 235
<i>Taxa de câmbio e outros movimentos</i>		111		111
Perda esperada a 30 de Junho de 2020	(2 630 169)	(760 533)	(361 821)	(3 752 523)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(3 463)	(0)	-	(3 463)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 305 688)	-	-	(1 305 688)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 321 019)	(760 533)	(361 821)	(2 443 373)



Nota 11 – Outros activos tangíveis

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	(milhares de Kwanzas) 30.06.2020
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	923 147	27 102	-	-	950 249
Obras em imóveis arrendados	1 529 316	-	-	-	1 529 316
	2 452 463	27 102	-	-	2 479 565
Equipamento					
Equipamento informático	1 742 496	18 810	-	-	1 761 306
Mobiliário e material	603 256	-	-	-	603 256
Máquinas e ferramentas	691 151	12 772	-	-	703 923
Material de transporte	564 768	-	(1 312)	-	563 456
Outros	102 022	1 006 200	-	-	1 108 222
	3 703 693	1 037 782	(1 312)	-	4 740 163
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	23 262 117	2 971 725	-	-	26 233 842
Equipamento	295 567	853 826	-	-	1 149 393
Outros	13 645	25 570	-	-	39 215
	23 571 329	3 851 121	-	-	27 422 450
Direito de Uso					
Imóveis	2 787 594	32 349	(15 017)	-	2 804 926
	2 787 594	32 349	(15 017)	-	2 804 926
	32 515 079	4 948 354	(16 329)	-	37 447 104
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(92 657)	(8 197)	-	-	(100 854)
Obras em imóveis arrendados	(1 249 216)	(31 273)	-	-	(1 280 489)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 341 873)	(39 470)	-	-	(1 381 343)
Equipamento					
Equipamento informático	(1 215 368)	(156 588)	-	-	(1 371 956)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(427 168)	(24 408)	-	-	(451 576)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(304 168)	(49 924)	-	-	(354 092)
Material de transporte	(268 115)	(60 590)	1 312	-	(327 393)
Outros	(1 289)	(111)	-	-	(1 400)
	(2 216 108)	(291 621)	1 312	-	(2 506 417)
Direito de Uso					
Imóveis	(1 026 946)	(504 840)	-	-	(1 531 786)
	(1 026 946)	(504 840)	-	-	(1 531 786)
	(4 584 927)	(835 931)	1 312	-	(5 419 546)
	27 930 152	4 112 423	(15 017)	-	32 027 558



(milhares de Kwanzas)

	31.12.2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2019
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	919 783	13 000	-	(9 636)	923 147
Obras em imóveis arrendados	1 282 649	29 000	(1 564)	219 231	1 529 316
	2 202 432	42 000	(1 564)	209 595	2 452 463
Equipamento					
Equipamento informático	1 387 428	141 515	(20 922)	234 475	1 742 496
Mobiliário e material	583 880	14 536	(1 829)	6 669	603 256
Máquinas e ferramentas	447 783	218 434	(12 135)	37 069	691 151
Material de transporte	485 859	72 105	(6 196)	13 000	564 768
Outros	88 821	72 540	-	(59 339)	102 022
	2 993 771	519 130	(41 082)	231 874	3 703 693
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	3 417 319	20 072 768	-	(227 970)	23 262 117
Equipamento	326 742	175 655	-	(206 830)	295 567
Outros	8 665	11 649	-	(6 669)	13 645
	3 752 726	20 260 072	-	(441 469)	23 571 329
Direito de Uso					
Imóveis	-	2 812 111	(24 517)	-	2 787 594
	-	2 812 111	(24 517)	-	2 787 594
	8 948 929	23 633 313	(67 163)	-	32 515 079
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(76 893)	(15 764)	-	-	(92 657)
Obras em imóveis arrendados	(1 165 978)	(84 802)	1 564	-	(1 249 216)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 242 871)	(100 566)	1 564	-	(1 341 873)
Equipamento					
Equipamento informático	(881 415)	(354 696)	20 743	-	(1 215 368)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(380 077)	(48 399)	1 308	-	(427 168)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(242 701)	(69 667)	8 200	-	(304 168)
Material de transporte	(160 960)	(113 351)	6 196	-	(268 115)
Outros	(1 066)	(223)	-	-	(1 289)
	(1 666 219)	(586 336)	36 447	-	(2 216 108)
Direito de Uso					
Imóveis	-	(1 026 946)	-	-	(1 026 946)
	-	(1 026 946)	-	-	(1 026 946)
	(2 909 090)	(1 713 848)	38 011	-	(4 584 927)
	6 039 839	21 919 465	(29 152)	-	27 930 152

Em 30 de Junho de 2020 o imobilizado em curso inclui AOA 26 169 288 milhares relacionado ao projecto de construção da nova Sede do Standard Bank de Angola, S.A. (2019: AOA 23 259 069 milhares) Em 30 de Junho de 2020 a linha Outros inclui AOA 871 235 milhares relacionados ao projecto de aquisição de ATM's (2019: AOA 152 727 milhares).



Nota 12 – Activos intangíveis

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	(milhares de Kwanzas)				
	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	30.06.2020
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	1 645 740	11 303	-	-	1 657 043
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Activos intangíveis em curso	1 447 434	1 632 480	-	-	3 079 914
	<u>3 173 257</u>	<u>1 643 783</u>	-	-	<u>4 817 040</u>
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(705 723)	(137 205)	-	-	(842 928)
	<u>(705 723)</u>	<u>(137 205)</u>	-	-	<u>(842 928)</u>
	<u>2 467 534</u>	<u>1 506 578</u>	-	-	<u>3 974 112</u>

	(milhares de Kwanzas)				
	31.12.2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2019
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	961 624	423 097	-	261 019	1 645 740
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Activos intangíveis em curso	679 124	1 064 403	(35 074)	(261 019)	1 447 434
	<u>1 720 831</u>	<u>1 487 500</u>	<u>(35 074)</u>	<u>-</u>	<u>3 173 257</u>
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(477 800)	(227 923)	-	-	(705 723)
	<u>(477 800)</u>	<u>(227 923)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(705 723)</u>
	<u>1 243 031</u>	<u>1 259 577</u>	<u>(35 074)</u>	<u>-</u>	<u>2 467 534</u>

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que foram sendo desenvolvidos e que irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente. Em 2020 destacam-se a nova plataforma do Internet Banking, Primavera e Upgrade dos sistemas operacionais do Banco que têm como objectivo melhorar a experiência do cliente.

Nota 13 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a tributação dos seus rendimentos é efectuada à taxa de 30%, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro. Conforme referido na nota 2.9.2, a taxa aumentará para 35%, a partir de Agosto de 2020, inclusive.





Entrou em vigor, a 1 de Janeiro de 2017, o novo regime fiscal de tributação autónoma. A partir da referida data, encontram-se sujeitas a tributação autónoma as seguintes realidades:

Natureza	Taxa
Custos indevidamente documentados	2%
Custos não documentados	4%
Custos incorridos com despesas confidenciais	30%/ 50% ⁽¹⁾

- (1) Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial.

Contudo, com a entrada em vigor da Lei n.º 4/19, de 18 de Abril, lei que altera o Código do Imposto Industrial, a partir dessa data somente os custos incorridos com despesas confidenciais são sujeitos a tributação autónoma.

Importa salientar que a análise do cumprimento dos requisitos documentais deverá ser realizada em articulação com as disposições do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes. Foi aprovado o novo Regime Jurídico de Facturas e Documentos Equivalentes aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 312/18 de 21 de Dezembro, que revogou a anterior Lei n.º 149/13, de 1 de Outubro do Regime das Facturas e Documentos Equivalentes.

A 1 de Outubro de 2019, entrou em vigor o Código do Imposto de Valor Acrescentado, que no caso do sector bancário aplica-se uma taxa de 14%, estando sujeitas todas as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados e as locações financeiras, estando isentas operações de intermediação financeira, com exceção das referidas anteriormente.

A composição dos activos e passivos por impostos tem a seguinte composição:

	(milhares de Kw anzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Activos por impostos correntes	448 946	448 946
Activos por impostos diferidos	1 721 468	911 944
Total	2 170 414	1 360 890

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Passivos por impostos correntes	2 926 950	2 059 763
Imposto Aplicação de Capitais	1 109 810	1 147 819
Imposto Industrial a pagar	1 817 140	911 944
Outro Passivos (Nota 20)	421 530	232 340
IVA	421 530	232 340
Total	3 348 480	2 292 103

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 podem ser analisados como segue:



(milhares de Kw anzas)

	Activo		Passivo	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Prejuízos fiscais reportáveis	1 721 468	911 944	-	-
Activo/(passivo) por imposto diferido	1 721 468	911 944	-	-

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis. Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o Banco reconheceu imposto diferido activo sobre o montante de prejuízos fiscais reportáveis passíveis de recuperação no ano em que apura lucro tributável.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de Kw anzas)

	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	911 944	-
Reconhecido em resultados	1 721 468	911 944
Reconhecido em outras reservas	-	-
Utilização	(911 944)	-
Saldo no final (Activo/(Passivo))	1 721 468	911 944

O imposto reconhecido em resultados e reservas em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 teve as seguintes origens:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2020		30.06.2019	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 721 468	-	288 080
Impostos Diferidos	-	1 721 468	-	288 080
Impostos Correntes	-	(3 202 155)	-	(1 614 613)
Imposto Industrial	-	(1 817 140)	-	(288 080)
Imposto sobre Aplicação de Capitais	-	(1 385 015)	-	(1 326 533)
Total de imposto reconhecido	-	(1 480 687)	-	(1 326 533)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2020		30.06.2019	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		22 911 021		17 108 793
Imposto apurado com base na taxa de imposto	30.0%	6 873 306	30.0%	5 132 638
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos	-21.7%	(4 967 369)	-31.3%	(5 360 718)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	-3.3%	(760 279)	1.7%	56 625
Reversão de imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais	4.0%	911 944	5.5%	-
Imposto de Aplicação de Capitais	-6.0%	(1 385 015)	2.9%	397 960
Outros	3.5%	808 100	-1.3%	1 100 028
Imposto do exercício	6.5%	1 480 687	7.8%	1 326 533





Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação sede de Imposto sobre a Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os períodos findos em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O gasto apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas. O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis em 30 de Junho de 2020 é analisado como segue:

Ano	Base	Imposto	Ano de caducidade
2017	4 752 671 150	(1 425 801 345)	2020
2019	985 554 504	(295 666 351)	2022

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Liquidações provisórias	427 893	427 893
Retenções na fonte	21 053	21 053
Saldo	448 946	448 946

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.9.1).

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de AOA 2 926 950 milhares e AOA 2 059 763 milhares, respectivamente, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira, bem como à estimativa de imposto corrente a pagar apurada.



Nota 14 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1 479 749
Compra e venda de moedas estrangeiras	5 109 899	-
Outros activos	944 359	803 018
Outros devedores	906 953	723 558
Despesas com custo diferido	650 819	588 047
Proveitos a receber	212 334	121 657
Bens e equipamentos	142 618	185 390
Outras operações a regularizar	13 747	33 932
	7 980 729	3 935 351
Perdas por imparidade	(176 096)	(168 758)
	7 804 633	3 766 593

Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar regista o valor recebido pelo Banco em Janeiro de 2020 relacionado com um depósito indexado de um cliente feito no final do mês de Dezembro 2019.

Em 30 de Junho de 2020, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui AOA 5 109 899 milhares registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16. Em 31 de Dezembro de 2019 estas operações a liquidar eram registadas nas rubricas extrapatrimoniais (Nota 23).

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Outros activos inclui, respectivamente, AOA 881 377 milhares e AOA 733 979 milhares relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 10).

Em 30 de Junho de 2020, a rubrica Outros devedores inclui AOA 641 643 milhares relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2019: AOA 380 946 milhares). Ainda, a esta data, esta rubrica inclui ainda AOA 160 332 milhares referentes a juros a receber do Standard Bank de África do Sul relacionados com a actualização do contrato da dívida subordinada.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui em 30 de Junho de 2020 AOA 155 454 milhares referente aos diferentes seguros do Banco (2019: AOA 345 716 milhares).

Em 30 de Junho de 2020, a rubrica Proveitos a receber inclui AOA 103 585 milhares de comissões recebidas por arrecadação de impostos a recuperar da Administração Geral Tributária (2019: AOA 99 566 milhares). Durante o ano de 2019 foram recebidos títulos para liquidação da dívida referente aos anos de 2016 e 2017, que o Banco classificou ao custo amortizado (Nota 9).

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de Julho de 2020 e Janeiro de 2020, respectivamente.





Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de Kwanzas)				
	31.12.2019	Dotações	Reversões	Varição Cambial	30.06.2020
Perdas por Imparidade (Activo)					
Perdas por imparidade nos Outros Activos	168 758	26 681	(27 196)	7 853	176 096

	(milhares de Kwanzas)				
	31.12.2018	Dotações	Reversões	Varição Cambial	31.12.2019
Perdas por Imparidade (Activo)					
Perdas por imparidade nos Outros Activos	144 768	24 792	(806)	4	168 758

Em 30 de Junho de 2020, as perdas por imparidade em Outros activos incluem uma provisão multirrisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de AOA 134 900 milhares (2018: AOA 122 900 milhares).

Nota 15 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Recursos próprios ou de terceiros em trânsito		
Valores pendentes de contagem	424 688	1 273 434
Outras operações pendentes de liquidação	2 368 819	240 393
Cheques visados e bancários	42 129	180
Outros recursos	136 621	59 931
	2 972 257	1 573 938

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de clientes.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

A totalidade dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 tem maturidade até 3 meses, com excepção dos Cheques visados e bancários que tem maturidade até 6 meses.





Nota 16 – Recursos de clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Depósitos à ordem	407 308 782	268 519 422
Depósitos a prazo	100 470 297	131 055 838
Depósitos recebidos como colateral	5 931 284	7 243 285
Outros depósitos	12 590 018	25 364 810
	526 300 381	432 183 355

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

Em 30 de Junho de 2020, o valor na rubrica de Outros depósitos inclui depósitos de clientes a prazo em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos no valor de AOA 12 493 059 milhares (2019: AOA 25 361 187 milhares) e depósitos de clientes à ordem em moeda estrangeira recebidos para liquidação de cartas de crédito de exportação no valor de AOA 1 389 milhares (2019: AOA 1 977 milhares).

O aumento dos Recursos de clientes face a 2019 é explicado pelo aumento no número de clientes activos no banco e, conseqüentemente, o aumento na rubrica de depósitos à ordem.

O escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Exigível à vista	413 331 913	275 766 329
Exigível a prazo		
Até 3 meses	98 717 960	125 031 494
De 3 meses a um ano	14 216 301	31 385 532
De um a cinco anos	34 207	-
	112 968 468	156 417 026
	526 300 381	432 183 355

Em 30 de Junho de 2020, os depósitos a prazo são remunerados a uma taxa média de 6.62% (31 de Dezembro de 2019: 5.43%).





Nota 17 – Responsabilidades representadas por títulos

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pela emissão de obrigações seniores não garantidas em Kwanzas, no dia 11 de Dezembro de 2018, pelo Standard Bank de Angola, S.A.. A maturidade desta emissão é a 11 de Dezembro de 2021. Estas obrigações pagam juro semestralmente e postecipadamente em 11 de Junho e 11 de Dezembro.

(milhares de Kwanzas)							
30.06.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa	17.00%	4 700 000	4 700 000	43 781	4 743 781
				4 700 000	4 700 000	43 781	4 743 781

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2019	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa	17.00%	4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970
				4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970

Nota 18 – Provisões

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de Kwanzas)							
	31.12.2019	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	30.06.2020
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	1 679 456	680 068	(113 753)	-	(9 930)	-	2 235 841
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	138 570	111 749	(131 090)	-	-	-	119 229
	1 818 026	791 817	(244 843)	-	(9 930)	-	2 355 070

(milhares de Kwanzas)							
	31.12.2018	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2019
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	2 047 865	736 048	(1 182 717)	(24 102)	102 362	-	1 679 456
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	60 994	359 074	(281 498)	-	-	-	138 570
	2 108 859	1 095 122	(1 464 215)	(24 102)	102 362	-	1 818 026





O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 30 de Junho de 2020, as Outras provisões para riscos e encargos incluem AOA 881 477 milhares (2019: AOA 725 416 milhares) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos colaboradores.

Em 30 de Junho de 2020, as Outras provisões para riscos e encargos incluem adicionalmente uma provisão para contingências diversas no montante de AOA 586 788 milhares (2019: AOA 426 620 milhares) e AOA 194 144 milhares (2019: AOA 136 512 milhares) relativa a contingências judiciais. Inclui ainda uma provisão para férias não gozadas no montante de AOA 489 652 milhares (2019: AOA 368 409 milhares).

Em 30 de Junho de 2020, as Provisões para garantias e compromissos assumidos em extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito ascendem a AOA 119 229 milhares (2019: AOA 138 570 milhares).

Nota 19 – Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em	Valor de Balanço		Taxa de juro	Maturidade
					30.06.2020	31.12.2019		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	12/3/2018	30 000 000	17 441 058	14 756 220	Libor +3,92% (4,92% desde 03/12/2023)	03/12/2028 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)





Nota 20 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos em 30 de Junho de 2020 a 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Cartas de crédito (Nota 10)	14 280 558	35 549 795
Saldos com entidades relacionadas	6 859 504	4 240 138
Compra e venda de moedas estrangeiras	5 112 179	355
Custos administrativos e de comercialização a pagar	3 757 813	2 818 919
Obrigações com pessoal (Nota 2.11)	1 688 049	2 874 260
Locações (Nota 2.9)	1 362 402	1 854 227
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	1 061 515	711 357
Outros	645 010	36 229
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	421 530	232 340
Outras comissões a diferir	318 374	142 063
Fornecedores	66 521	335 363
Contribuição para a Segurança Social	63 723	74 465
Outras operações a regularizar	677	1 472 010
Dividendos a pagar	82	3 092 750
	35 637 937	53 434 271

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Cartas de crédito inclui, por contrapartida da rubrica Crédito a clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de *franchising* a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao Banco. Em 31 de Dezembro de 2019 inclui adicionalmente facturas a pagar relacionadas serviços prestados pelo Grupo ao Banco.

Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus accionistas (Nota 22).

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos colaboradores.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 30 de Junho de 2020, os custos por compra e venda de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui AOA 5 109 899 milhares registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16. Em 31 de Dezembro de 2019 estas operações a liquidar eram registadas nas rubricas extrapatrimoniais (Nota 23).





Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Outras operações a regularizar registou o valor a pagar pelo Banco em Janeiro de 2020 relacionado com a compra de um título indexado no final do mês de Dezembro 2019.

Nota 21 – Capital Social

Acções ordinárias

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o capital social do Banco, no valor de AOA 9 530 007 milhares, encontrava-se representado por 1 000 000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social	
			30.06.2020	31.12.2019
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0.00040%	0.00040%
	1 000 000	9 530 007	100%	100%

Nota 22 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)				
	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total de Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(780 702)	3 238 624	20 546 759	1 209	23 786 592
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	1 650 125	-	(1 157 450)	-	(1 157 450)
Desvios atuariais	-	-	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	(5 905)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	1 644 220	-	(1 157 450)	-	(1 157 450)
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	3 232 250	29 090 259	-	32 322 509
Distribuição de dividendos	-	-	(1 807 115)	-	(1 807 115)
Outros movimentos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	863 518	6 470 874	46 672 453	1 209	53 144 536
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	(890 561)	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	(12 853)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	(903 414)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	3 059 133	29 068 556	-	32 127 689
Distribuição de dividendos	-	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)
Outros movimentos	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2020	(39 896)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149



As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 2017 e 2018 o Banco não refletiu o impacto da IAS 29 nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos a essa data. Caso tivesse aplicado a IAS 29, o impacto em termos acumulados em 1 de Janeiro de 2019 seria nulo na rubrica de Reserva de reavaliação, o qual incorpora o efeito da actualização do capital social a essa data no montante de AOA 19 142 051 milhares.

Em 30 de Junho de 2020, a Reserva legal no montante de AOA 9 530 007 milhares (2019: AOA 6 470 874 milhares) só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Em 2019 foi decidido distribuir aos Accionistas dividendos no montante de AOA 1 807 114 milhares.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o valor das opções sobre acções é de AOA 1 209 milhares.

Nota 23 – Rubricas extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	31.12.2019
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	117 263 083	124 995 919
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	15 498 063	15 025 128
Cartas de crédito	14 612 412	26 778 191
Limites de crédito não utilizados	41 885 629	29 042 026
	71 996 104	70 845 345
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	420 862 273	415 744 153
Operações cambiais		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	-	3 128 356
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	-	(3 096 779)
	-	31 577
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	126 878 206	93 878 968
Créditos abatidos (Nota 10)	3 248 290	3 190 762
	130 126 496	97 069 730

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do





serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.2.1). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a AOA 119 229 milhares e AOA 138 570 milhares, respectivamente (Nota 18).



Nota 24 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	30.06.2020			30.06.2019		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
(milhares de Kwanzas)						
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a clientes	8 844 934	-	8 844 934	3 442 229	-	3 442 229
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 747 765	1 747 765	-	387 043	387 043
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	509 113	-	509 113	1 061 280	-	1 061 280
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integ	6 294 508	-	6 294 508	9 082 457	-	9 082 457
Juros de investimentos ao custo amortizado	8 807 787	-	8 807 787	7 693 323	-	7 693 323
Outros juros e proveitos similares	310 731	-	310 731	212 220	-	212 220
	24 767 073	1 747 765	26 514 838	21 491 509	387 043	21 878 552
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	75 419	-	75 419	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	398 406	-	398 406	394 319	-	394 319
Juros de recursos de clientes	2 864 385	-	2 864 385	1 913 969	-	1 913 969
Juros de passivos subordinados	436 988	-	436 988	387 274	-	387 274
Juros de captação de instituições de crédito	-	-	-	3 307	-	3 307
Juros de locações	103 893	-	103 893	146 601	-	146 601
	3 879 091	-	3 879 091	2 845 470	-	2 845 470
Margem Financeira	20 887 982	1 747 765	22 635 747	18 646 039	387 043	19 033 082

Em 30 de Junho de 2020, a rubrica de juros de crédito a clientes inclui o montante de AOA 68 988 milhares relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

A tabela abaixo apresenta os ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros:

	30.06.2020					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
(milhares de Kwanzas)						
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	510 012	(898)	509 114	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 820 822	(73 057)	1 747 765	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 294 508	-	6 294 508
Juros de investimentos ao custo amortizado	8 807 787	-	8 807 787	-	-	-
Juros de crédito a clientes	8 964 692	(119 758)	8 844 934	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	325 636	(14 908)	310 730	-	-	-
	20 428 951	(208 621)	20 220 330	6 294 508	-	6 294 508
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(2 864 385)	(2 864 385)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(75 419)	(75 419)	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(436 988)	(436 988)	-	-	-
Juros de locações	-	(103 893)	(103 893)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(398 406)	(398 406)	-	-	-
	-	(3 879 091)	(3 879 091)	-	-	-
Margem Financeira	20 428 951	(4 087 712)	16 341 239	6 294 508	-	6 294 508



	30.06.2019					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 061 280	-	1 061 280	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	438 967	(51 924)	387 043	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	9 082 457	-	9 082 457
Juros de investimentos ao custo amortizado	7 693 323	-	7 693 323	-	-	-
Juros de crédito a clientes	3 397 118	45 111	3 442 229	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	212 220	-	212 220	-	-	-
	12 802 908	(6 813)	12 796 095	9 082 457	-	9 082 457
Passivo						
Juros de recursos de clientes	127	(1 914 097)	(1 913 970)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	(3 306)	(3 306)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(387 274)	(387 274)	-	-	-
Juros de locações	-	(146 601)	(146 601)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(394 319)	(394 319)	-	-	-
	127	(2 845 597)	(2 845 470)	-	-	-
Margem Financeira	12 803 035	(2 852 410)	9 950 625	9 082 457	-	9 082 457

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	30.06.2020						30.06.2019		
	30.06.2020			30.06.2019					
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido			
Activo									
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	510 012	(898)	509 114	1 061 280	-	1 061 280			
Juros de investimentos ao custo amortizado	8 807 787	-	8 807 787	7 693 323	-	7 693 323			
Juros de crédito a clientes	8 964 692	(119 758)	8 844 934	3 397 118	45 111	3 442 229			
Outros juros e proveitos similares	296 975	-	296 975	212 220	-	212 220			
	18 579 466	(120 656)	18 458 810	12 363 941	45 111	12 409 052			
Passivo									
Juros de recursos de clientes	28 663	(2 879 293)	(2 850 630)	127	(1 914 097)	(1 913 970)			
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	(3 306)	(3 306)			
Juros de passivos subordinados	-	(436 988)	(436 988)	-	(387 274)	(387 274)			
Juros de locações	-	(103 893)	(103 893)	-	(146 601)	(146 601)			
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(398 406)	(398 406)	-	(394 319)	(394 319)			
	28 663	(3 818 580)	(3 789 917)	127	(2 845 597)	(2 845 470)			
Margem Financeira relativa a instrumentos ao custo amortizado	18 608 129	(3 939 236)	14 668 893	12 364 068	(2 800 486)	9 563 582			

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

	30.06.2020						30.06.2019		
	30.06.2020			30.06.2019					
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido			
Activo									
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 294 508	-	6 294 508	9 082 457	-	9 082 457			
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral	6 294 508	-	6 294 508	9 082 457	-	9 082 457			

RBB



Nota 25 – Rendimentos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	30.06.2019
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	1 205 760	927 129
Por créditos documentários	743 799	1 275 969
Por operações de crédito	1 209 965	763 698
Por levantamentos	256 579	615 349
Por compensação electrónica	565 268	485 001
Por manutenção de conta	212 705	181 279
Por mediação	204 857	137 450
Por outros serviços bancários prestados	498 356	132 371
Por transporte de valores recebidos	43 468	51 636
Por garantias prestadas	95 018	70 657
Por emissão de cheques	1 322	3 116
Outras	70 856	-
	5 107 953	4 643 655
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(993 273)	(499 124)
Por transporte de valores	(287 234)	(226 207)
	(1 280 507)	(725 331)
	3 827 446	3 918 324

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral:

	(milhares de Kwanzas)					
	30.06.2020			30.06.2019		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Por operações de crédito	1 209 971	(6)	1 209 965	763 698	-	763 698
Por transporte de valores recebidos	43 468	-	43 468	51 636	-	51 636
Por mediação	204 857	-	204 857	137 450	-	137 450
Outras	70 856	-	70 856	-	-	-
	1 529 152	(6)	1 529 146	952 784	-	952 784
Passivo						
Por outros serviços bancários prestados	84 727	-	84 727	46 254	-	46 254
Por transferências	1 205 760	-	1 205 760	927 129	-	927 129
Por manutenção de conta	212 705	-	212 705	181 279	-	181 279
Por emissão de cheques	1 322	-	1 322	3 116	-	3 116
Por levantamentos	256 579	-	256 579	615 349	-	615 349
Por transporte de valores	-	(287 234)	(287 234)	-	(226 207)	(226 207)
Por compensação electrónica	565 268	-	565 268	485 001	-	485 001
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(993 273)	(993 273)	-	(499 124)	(499 124)
	2 326 361	(1 280 507)	1 045 854	2 258 128	(725 331)	1 532 797
Extrapatrimoniais						
Por créditos documentários	743 799	-	743 799	1 275 969	-	1 275 969
Por garantias prestadas	95 018	-	95 018	70 657	-	70 657
Por limites não utilizados	-	-	-	-	-	-
Por outros serviços bancários prestados	413 629	-	413 629	86 117	-	86 117
	1 252 446	-	1 252 446	1 432 743	-	1 432 743
	5 107 959	(1 280 513)	3 827 446	4 643 655	(725 331)	3 918 324



Nota 26 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)					
	30.06.2020			30.06.2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	371 283	(581 403)	(210 120)	1 573 034	(110 761)	1 462 273
De depósitos de clientes em AOA indexados ao USD	-	(138 018)	(138 018)	28 506	(11 322)	17 184
	371 283	(719 421)	(348 138)	1 601 540	(122 083)	1 479 457

Nota 27 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)					
	30.06.2020			30.06.2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
De emissores públicos	-	-	-	21 224	-	21 224
	-	-	-	21 224	-	21 224

Nota 28 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	30.06.2019
	Total	Total
Resultados de operações de compra e venda de moeda	8 501 031	3 843 023
Resultados da reavaliação de activos e passivos	4 360 618	(204 000)
	12 861 649	3 639 023



Nota 29 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	30.06.2019
Impostos directos e indirectos	(818 803)	(191 441)
Quotizações e donativos	(104 428)	(17 651)
Perdas operacionais	(39 339)	(16 723)
Outros custos de exploração	(7 219)	(87 722)
Outras perdas em outros activos tangíveis	1 500	(269)
Outros proveitos de exploração	15 201	3 318
	(953 088)	(310 488)

Em 30 de Junho de 2020, a rubrica Impostos directos e indirectos, inclui AOA 796 721 milhares de custos com o Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Nota 30 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	30.06.2019
Custos directos		
Salários e subsídios	6 013 962	4 748 433
Bónus de performance	969 846	1 164 139
Encargos sociais obrigatório	363 149	287 255
Outros	191 194	71 332
	7 538 151	6 271 159
Custos indirectos	627 676	485 257
	8 165 827	6 756 416

Em 30 de Junho de 2020 e 2019, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de AOA 498 069 milhares e AOA 652 993 milhares, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 631 e 619, respectivamente.



Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 os colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	2020	2019
Administradores executivos	3	3
Director	22	23
Coordenador	295	260
Técnico	301	318
Administrativo	10	15
Total	631	619

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

	(milhares de Kwanzas)					
	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
30 de Junho de 2020						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	117 102	38 455	155 557	6 129	334 448	496 134
Remunerações variáveis	-	5 336	5 336	3 029	-	8 365
Sub total	117 102	43 791	160 893	9 158	334 448	504 499
Benefícios e outros encargos sociais	118 000	32 967	150 967	-	225 548	376 515
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-	-
Total	235 102	76 758	311 860	9 158	559 996	881 014
31 de Dezembro de 2019						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	149 337	66 848	216 185	11 579	625 650	853 414
Remunerações variáveis	-	9 139	9 139	1 380	-	10 519
Sub total	149 337	75 987	225 324	12 959	625 650	863 933
Benefícios e outros encargos sociais	3 286	-	3 286	-	293 671	296 957
Total	152 623	75 987	228 610	12 959	919 321	1 160 890

Nota 31 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	30.06.2019
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	1 833 264	1 157 785
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	1 256 618	464 796
Transporte, Deslocações e Alojamentos	144 964	267 275
Seguros	234 802	388 323
Segurança, Conservação e Reparação	553 481	320 140
Outros Fornecimentos de Terceiros	252 058	119 713
Comunicações	310 762	235 208
Publicações, Publicidade e Propaganda	169 839	84 982
Materiais diversos	147 075	54 250
Água e Energia	65 419	53 522
Alugueres	21 649	60 489
Total	4 989 931	3 206 483



Nota 32 – Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2020	30.06.2019
Resultado Líquido	21 430 334	15 782 260
Número médio de acções ordinárias em circulação	1 000 000	1 000 000
	21 430	15 782

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.





Nota 33 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

BALANÇO	30.06.2020			31.12.2019		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	95 607 532	-	-	75 868 719	-
<i>Standard Bank Maurícias</i>	-	23 892 366	-	-	23 214 581	-
<i>Stanbic Ibtic Bank Plc</i>	-	5 089	-	-	5 016	-
<i>Standard Bank Namíbia</i>	-	-	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito						
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	1 339 427	-	-	-	-
Crédito a clientes						
<i>Crédito a habitação</i>	-	-	12 824	-	-	35 919
<i>Cartões de crédito</i>	-	-	484	-	-	1 380
Outros activos						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	13 728	-	-	3 978	-
Total	-	120 858 142	13 308	-	99 092 294	37 299
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos						
AAA Activos, Lda	2 453 714	-	-	729 843	-	-
AAA Seguros, SA	-	2	-	-	1	-
Outros	801 119	-	-	720 744	-	-
Passivos subordinados						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	17 280 726	-	-	14 514 974	-
Outros passivos						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	8 003 509	-	-	12 367 554	-
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank Namíbia</i>	-	6 057	-	-	81	-
<i>Standard Bank Namíbia</i>	-	35 152	-	-	35 067	-
<i>Standard Bank London</i>	-	1 289 430	-	-	-	-
Total	3 254 833	26 614 876	-	1 450 587	26 917 677	-
RESULTADOS	30.06.2020			31.12.2019		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	509 113	-	-	2 075 597	-
Juros e encargos similares						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(436 988)	-	-	(746 704)	-
Rendimentos e encargos de serviços e comissões						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
Resultados cambiais						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	7 826	-	-	628	-
Custos com o pessoal						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(130 681)	-	-	(121 242)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(1 802 243)	-	-	(2 390 382)	-
AAA Activos, Lda	-	-	-	-	-	-
Total	-	(1 852 973)	-	-	(1 182 103)	-



Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 30.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 34 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor	
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado			Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado
		(Nível 1)	(Nível 2)			(Nível 3)
30 de Junho de 2020						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	104 823 856	-	-	104 823 856	104 823 856	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	184 772 214	-	-	184 772 214	184 772 214	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	40 227 008	-	-	40 227 008	40 227 008	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	38 349 715	38 349 715	38 349 715	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	57 561 470	57 561 470	57 561 470	
Investimentos ao custo amortizado	101 459 123	-	-	101 459 123	102 491 328	
Crédito a clientes	122 548 925	-	-	122 548 925	124 568 589	
Activos financeiros	553 831 126	-	95 911 185	649 742 311	652 794 160	
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	2 972 257	-	-	2 972 257	2 972 257	
Recursos de clientes e outros empréstimos	526 300 381	-	-	526 300 381	526 091 983	
Responsabilidades representadas por títulos	4 743 781	-	-	4 743 781	4 743 781	
Passivos subordinados	17 441 058	-	-	17 441 058	17 441 058	
Passivos financeiros	551 457 477	-	-	551 457 477	551 239 079	





(milhares de Kwanzas)

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo Amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
			(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2019						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	92 935 245	-	-	-	92 935 245	92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	168 833 209	-	-	-	168 833 209	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5 582 824	-	-	-	5 582 824	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	30 884 139	-	30 884 139	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	72 318 198	-	72 318 198	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado	108 653 890	-	-	-	108 653 890	113 609 909
Crédito a clientes	91 504 620	-	-	-	91 504 620	92 544 296
Activos financeiros	467 609 788	-	103 202 337	-	570 712 125	576 707 820
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	1 573 938	-	-	-	1 573 938	1 573 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	432 183 355	-	-	-	432 183 355	431 941 929
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	-	-	-	4 745 970	4 745 970
Passivos subordinados	14 756 220	-	-	-	14 756 220	14 756 220
Passivos financeiros	453 259 483	-	-	-	453 259 483	453 018 057

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico dos instrumentos financeiros com referência a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

	30.06.2020				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	104 823 856	-	-	104 823 856
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	184 775 677	-	(3 463)	184 772 214
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	40 227 008	-	-	40 227 008
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	38 349 715	-	-	-	38 349 715
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	57 561 470	-	-	-	57 561 470
Investimentos ao custo amortizado	-	102 764 811	-	(1 305 688)	101 459 123
Crédito a clientes	-	124 992 297	-	(2 443 372)	122 548 925
Activos financeiros	95 911 185	567 583 649	-	(3 752 523)	649 742 311
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	2 972 257	-	-	2 972 257
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	526 300 381	-	-	526 300 381
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 743 781	-	-	4 743 781
Passivos subordinados	-	17 441 058	-	-	17 441 058
Passivos financeiros	-	551 457 477	-	-	551 457 477
Total	95 911 185	6 126 172	-	(3 752 523)	98 284 834



(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	92 935 245	-	-	92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	168 834 983	-	(1 774)	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	5 582 824	-	-	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	30 884 139	-	-	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	72 318 198	-	-	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado	-	110 127 523	-	(1 473 633)	108 653 890
Crédito a clientes	-	93 403 611	-	(1 898 991)	91 504 620
Activos financeiros	103 202 337	470 884 186	-	(3 374 398)	570 712 125
Passivos financeiros	-	463 259 483	-	-	463 259 483
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	1 573 938	-	-	1 573 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	432 183 355	-	-	432 183 355
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	-	-	4 745 970
Passivos subordinados	-	14 756 220	-	-	14 756 220
Total	103 202 337	17 624 703	-	(3 374 398)	117 452 642

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos



preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 não existem activos ou passivos financeiros ao justo valor classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13, não tendo igualmente existido nos exercícios de 2020 e 2019 quaisquer transferências de activos ou passivos financeiros ao justo valor de ou para o nível 3 da hierarquia de justo valor.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são





determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para os títulos em Kwanzas são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro e nas obrigações do tesouro emitidas para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.



Nota 35 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Nos termos do requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Órgãos de Gestão do Banco:

- Particulares e Pequenas e Médias Empresas
- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o balanço por segmento é apresentado como segue:

BALANÇO	(milhares de Kwanzas)		
	30.06.2020		Total
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	
Activo			
Crédito a clientes			
Empréstimos	21 995 629	65 449 179	87 444 808
Descobertos	11 390 397	19 151 795	30 542 192
Leasing	1 100 040	-	1 100 040
Cartas de crédito	342 078	1 909 147	2 251 224
Cartões de crédito	433 524	-	433 524
Habitação	777 137	-	777 137
Total de activos afectos	36 038 804	86 510 121	122 548 925
Activos não afectos			573 170 103
Total de Activo			695 719 028
Passivo			
Recursos de clientes e outros empréstimos	413 118 983	113 181 398	526 300 381
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 743 781	4 743 781
Outros Passivos	6 165 024	29 472 913	35 637 937
Total de passivos afectos	419 284 006	147 398 093	566 682 099
Passivos não afectos			25 695 335
Total do Passivo			592 377 434



(milhares de Kwanzas)

31.12.2019			
BALANÇO	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo			
Crédito a clientes			
Empréstimos	12 489 557	33 439 618	45 929 175
Descobertos	7 059 087	20 855 712	27 914 799
Leasing	1 131 915	-	1 131 915
Cartas de crédito	4 853 383	10 471 487	15 324 870
Cartões de crédito	502 298	-	502 298
Habitação	701 563	-	701 563
Total de activos afectos	26 737 803	64 766 817	91 504 620
Activos não afectos			514 732 674
Total de Activo			606 237 294
Passivo			
Recursos de clientes e outros empréstimos	85 844 535	346 338 820	432 183 355
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	4 745 970
Total de passivos afectos	85 844 535	351 084 790	436 929 325
Passivos não afectos			73 642 219
Total do Passivo			510 571 544

Em 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019, a demonstração de resultados por segmento é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2020			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	4 496 167	22 018 672	26 514 838
Juros e encargos similares	(64 936)	(3 814 155)	(3 879 091)
Margem financeira	4 431 230	18 204 517	22 635 747
Rendimentos de serviços e comissões	3 571 823	1 536 130	5 107 953
Encargos com serviços e comissões	(621 523)	(658 983)	(1 280 507)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	(348 138)	(348 138)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-
Resultados cambiais	-	12 861 649	12 861 649
Outros resultados de exploração	(144 220)	(808 868)	(953 088)
Produto da actividade bancária	7 237 310	30 786 306	38 023 616
Custos com pessoal	(4 716 678)	(3 449 149)	(8 165 827)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(1 897 191)	(3 092 740)	(4 989 931)
Depreciações e amortizações do exercício	(365 492)	(610 325)	(975 817)
Provisões líquidas de anulações	293	(547 267)	(546 974)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(166 152)	(434 249)	(600 401)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(5 653)	172 008	166 355
Resultado antes de impostos	86 438	22 824 583	22 911 020
Impostos sobre os resultados	-	(1 480 687)	(1 480 687)
Resultado líquido	86 438	21 343 896	21 430 333



(milhares de Kwanzas)

30.06.2019			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	1 629 229	20 249 323	21 878 552
Juros e encargos similares	(126 650)	(2 718 820)	(2 845 470)
Margem financeira	1 502 579	17 530 503	19 033 082
Rendimentos de serviços e comissões	2 513 433	2 130 122	4 643 555
Encargos com serviços e comissões	(253 941)	(471 390)	(725 331)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	1 479 457	1 479 457
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	21 224	21 224
Resultados cambiais	(2 856)	3 641 879	3 639 023
Outros resultados de exploração	(65 912)	(244 577)	(310 489)
Produto da actividade bancária	3 693 303	24 087 218	27 780 521
Custos com pessoal	(4 217 493)	(2 538 923)	(6 756 416)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(1 335 622)	(1 870 861)	(3 206 483)
Depreciações e amortizações do exercício	(647 856)	(271 035)	(918 891)
Provisões líquidas de anulações	157 223	44 235	201 458
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	6 724	70 473	77 197
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(9 207)	(59 487)	(68 694)
Resultado antes de impostos	(2 352 928)	19 461 720	17 108 792
Impostos sobre os resultados	-	(1 326 533)	(1 326 533)
Resultado líquido	(2 352 928)	18 135 187	15 782 259

Nota 36 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou



de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Standard Bank de Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA. O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva. A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas. Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.





2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos. As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e de *rating* para o segmento de Empresas. As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

	(milhares de Kwanzas)		
	30.06.2020		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	104 823 856	-	104 823 856
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	184 775 677	(3 463)	184 772 214
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	40 227 008	-	40 227 008
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	38 349 715	-	38 349 715
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	57 561 470	-	57 561 470
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	102 764 811	(1 305 688)	101 459 123
Crédito a clientes (Nota 10)	124 992 298	(2 443 372)	122 548 926
	653 494 835	(3 752 523)	649 742 312
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	15 498 063	(15 406)	15 482 657
Cartas de crédito (Nota 23)	14 612 412	(7 472)	14 604 940
Limites não utilizados (Nota 23)	41 885 629	(96 350)	41 789 279
	71 996 104	(119 228)	71 876 876
Total	725 490 939	(3 871 751)	721 619 188



(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	92 935 245	-	92 935 245
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	168 834 983	(1 774)	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	5 582 824	-	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	30 884 139	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	72 318 198	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	110 127 523	(1 473 633)	108 653 890
Crédito a clientes (Nota 10)	93 403 611	(1 898 991)	91 504 620
	574 086 523	(3 374 398)	570 712 125
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	15 025 128	(19 178)	15 005 950
Cartas de crédito (Nota 23)	26 778 191	(18 358)	26 759 833
Limites não utilizados (Nota 23)	29 042 026	(101 034)	28 940 992
	70 845 345	(138 570)	70 706 775
Total	644 931 868	(3 512 968)	641 418 900

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Origem do rating	Nível de rating	30.06.2020			
		Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida	
Patrimoniais	Rating externo	AAA a AA-	8 398 256	(1 695)	8 396 561
		A+ a A-	68 590 607	(1 238)	68 589 369
		BBB+ a BBB-	397 766 488	(795 202)	396 971 285
		BB+ a BB-	121 632 265	(1 055 003)	120 577 262
		B+ a B-	17 002 190	(499 999)	16 502 191
		< B-	2 921 257	(256 527)	2 664 730
	Rating interno	Baixo	35 043 943	(405 356)	34 638 587
	Médio	1 309 712	(375 682)	934 030	
	Elevado	830 117	(361 821)	468 296	
Total		653 494 835	(3 752 523)	649 742 312	

(milhares de Kwanzas)

Origem do rating	Nível de rating	31.12.2019			
		Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida	
Patrimoniais	Rating externo	AAA a AA-	7 534 778	(1 530)	7 533 248
		A+ a A-	71 307 999	(1 391)	71 306 608
		BBB+ a BBB-	375 012 266	(1 003 429)	374 008 837
		BB+ a BB-	71 832 856	(796 296)	71 036 560
		B+ a B-	20 295 547	(538 379)	19 757 168
		< B-	332 218	(316)	331 902
	Rating interno	Baixo	26 863 176	(645 736)	26 217 440
	Médio	20 143	(11 657)	8 486	
	Elevado	887 540	(375 664)	511 876	
Total		574 086 523	(3 374 398)	570 712 125	



As tabelas abaixo apresentam com referência a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, nível de rating e estágio.

30.06.2020						(milhares de Kwanzas)
Classe de activo financeiro	Rating	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	
Patrimoniais						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	BBB+ a BBB-	104 823 856	-	-	-	104 823 856
	AAA a AA-	253 463	-	-	-	253 463
	A+ a A-	65 002 923	-	-	-	65 002 923
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	BBB+ a BBB-	119 509 112	-	-	-	119 509 112
	BB+ a BB-	10 179	-	-	-	10 179
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	BB+ a BB-	30 887 581	-	-	-	30 887 581
	BBB+ a BBB-	1 339 427	-	-	-	1 339 427
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	BB+ a BB-	55 864	-	-	-	55 864
	BBB+ a BBB-	38 293 851	-	-	-	38 293 851
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	BBB+ a BBB-	57 561 470	-	-	-	57 561 470
	BB+ a BB-	66 009 454	-	-	-	66 009 454
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	BB+ a BB-	36 755 358	-	-	-	36 755 358
	AAA a AA-	8 144 793	-	-	-	8 144 793
	A+ a A-	3 587 684	-	-	-	3 587 684
	BBB+ a BBB-	10 229 318	-	-	-	10 229 318
	BB+ a BB-	45 923 285	-	-	-	45 923 285
	B+ a B-	12 898 114	4 104 076	-	-	17 002 190
	< B-	-	2 921 257	-	-	2 921 257
	Baixo	35 043 055	-	-	-	35 043 055
	Médio	-	1 310 599	-	-	1 310 599
	Elevado	-	-	830 117	-	830 117
Total do Valor Contabilístico Bruto		644 328 786	8 335 932	830 117		653 494 835
Provisão para perdas		(2 630 170)	(760 532)	(361 821)		(3 752 523)
Valor Contabilístico Líquido		641 698 616	7 575 400	468 296		649 742 312

31.12.2019						(milhares de Kwanzas)
Classe de activo financeiro	Rating	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	
Patrimoniais						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	BBB+ a BBB-	92 935 245	-	-	-	92 935 245
	AAA a AA-	173 309	-	-	-	173 309
	A+ a A-	69 557 567	-	-	-	69 557 567
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	BBB+ a BBB-	99 097 064	-	-	-	99 097 064
	BB+ a BB-	5 016	2 027	-	-	7 043
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	BB+ a BB-	5 582 824	-	-	-	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	BB+ a BB-	55 864	-	-	-	55 864
	BBB+ a BBB-	30 828 275	-	-	-	30 828 275
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	BBB+ a BBB-	72 318 198	-	-	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	BBB+ a BBB-	79 534 996	-	-	-	79 534 996
	BB+ a BB-	30 592 527	-	-	-	30 592 527
	AAA a AA-	7 361 468	-	-	-	7 361 468
	A+ a A-	1 750 432	-	-	-	1 750 432
	BBB+ a BBB-	298 488	-	-	-	298 488
	BB+ a BB-	35 594 599	-	-	-	35 594 599
	B+ a B-	17 050 153	3 245 394	-	-	20 295 547
	< B-	332 218	-	-	-	332 218
	Baixo	26 012 944	850 232	-	-	26 863 176
	Médio	-	20 143	-	-	20 143
	Elevado	-	-	887 540	-	887 540
Total do Valor Contabilístico Bruto		599 081 187	4 117 798	887 540		604 086 525
Provisão para perdas		(2 499 608)	(499 126)	(375 664)		(3 374 398)
Valor Contabilístico Líquido		596 581 579	3 618 672	511 876		600 712 125

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, encontra-se apresentada como segue:

	30.06.2020							(milhares de Kwanzas)
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade		
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/Exposição total	
Empresas								
Administração central	528 502 537	-	9 500 606	538 003 143	74%	1 309 797	0%	
Actividades financeiras	7 217 130	-	100 943	7 318 073	1%	309 827	-4%	
Comércio por grosso e a retalho	55 447 911	9 940	32 252 442	87 710 293	12%	612 664	-1%	
Indústria extractiva	-	-	379 040	379 040	0%	351	0%	
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	40 835 139	386 333	22 640 424	63 861 896	9%	787 734	-1%	
Construção	404 025	-	1 230 325	1 634 350	0%	3 499	0%	
Indústrias transformadoras	9 939 946	-	2 973 252	12 913 197	2%	15 722	0%	
Transportes, armazenagem e comunicações	71 022	-	1 328 978	1 400 000	0%	1 475	0%	
Particulares								
Consumo	8 720 845	141 540	1 347 902	10 210 287	1%	573 390	-6%	
Habituação	992 918	-	-	992 918	0%	215 781	-22%	
Outros fins	816 560	8 990	242 192	1 067 741	0%	41 511	-4%	
Total	652 948 033	546 803	71 996 104	725 490 939	100%	3 871 751	-1%	

RFB



(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	481 247 679	-	9 448 997	490 696 676	76%	1 512 557	0%
Actividades financeiras	7 153 451	-	7 536 977	14 690 428	2%	308 239	-2%
Comércio por grosso e a retalho	43 179 280	12 166	25 762 191	68 953 637	11%	418 589	-1%
Indústria extractiva	-	-	379 040	379 040	0%	815	0%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	16 464 576	152 042	4 198 536	20 815 154	3%	227 742	-1%
Construção	7 243 192	-	14 516 765	21 759 957	3%	74 458	0%
Indústrias transformadoras	3 607 775	11 644	1 393 726	5 013 145	1%	192 130	-4%
Indústrias alimentares e de bebidas	3 098 033	7 276	1 368 661	4 473 970	1%	24 249	-1%
Transportes, armazenagem e comunicações	2 458 583	18 345	4 057 200	6 544 128	1%	26 199	0%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	-	-	400 000	400 000	0%	2 225	-1%
Particulares							
Consumo	7 059 622	39 300	1 783 151	8 882 073	1%	403 914	-5%
Habituação	920 222	(506)	-	919 716	0%	218 154	-24%
Outros fins	1 399 376	4 468	100	1 403 944	0%	103 697	-7%
Total	573 841 789	244 735	70,845,344	644 931 868	100%	3 512 968	-1%

A concentração geográfica do risco de crédito em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (rating). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições na categoria de justo valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2020					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	(6 321 382)	(3 160 691)	(1 580 345)	1 580 345	3 160 691	6 321 382
Euros	997 202	498 601	249 301	(249 301)	(498 601)	(997 202)
Outras moedas	51 326	25 663	12 832	(12 832)	(25 663)	(51 326)
Total	(5 272 853)	(2 636 427)	(1 318 213)	1 318 213	2 636 427	5 272 853

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	(918 607)	(459 304)	(229 652)	229 652	459 304	918 607
Euros	(882 417)	(441 209)	(220 604)	220 604	441 209	882 417
Outras moedas	(7 604 712)	(3 802 356)	(1 901 178)	1 901 178	3 802 356	7 604 712
Total	(9 405 736)	(4 702 868)	(2 351 434)	2 351 434	4 702 868	9 405 736

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.



Risco de Taxa de Juro

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afetam os lucros de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afetado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor atual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afetando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 30 de Junho 2020 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	57 353 598 002	37 769 551 793			19 584 046 209	0.08%	15 667 237
1 - 3 meses	120 467 026 097	16 167 922 333			104 299 103 764	0.32%	333 757 132
3 - 6 meses	18 816 714 321	13 078 965 896			5 737 748 425	0.72%	41 311 789
6 - 12 meses	27 013 754 351	2 357 826 205			24 655 928 146	1.43%	352 579 772
1 - 2 anos	44 136 785 324	46 429 690			44 090 355 634	2.77%	1 221 302 851
2 - 3 anos	4 846 666 904	-			4 846 666 904	4.49%	217 615 344
3 - 4 anos	-	-			-	6.14%	-
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%	-
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%	-
> 20 anos	-	-			-	26.03%	-
TOTAL (C) :							2 182 234 125

223 651 092 771 69 374 266 227

203 213 849 082

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros : 2 182 234 125

Fundos Próprios Regulamentares : 116 997 862 772

Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares : 1.87%

(em Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista	6 004 465 058	-			6 004 465 058	2.00%	120 089 301
à vista - 1 mês	51 349 132 943	37 769 551 793			13 579 581 150	1.92%	260 727 958
1 - 2 meses	101 466 534 426	6 258 802 264			95 207 732 162	1.75%	1 666 135 313
2 - 3 meses	19 000 491 670	9 909 120 068			9 091 371 602	1.58%	143 643 671
3 - 4 meses	-	381 764 494			(381 764 494)	1.42%	(5 421 056)
4 - 5 meses	13 875 400 965	11 700 132 400			2 175 268 565	1.25%	27 190 857
5 - 6 meses	4 941 313 356	997 069 001			3 944 244 355	1.08%	42 597 839
6 - 7 meses	4 615 130 732	885 916 257			3 729 214 475	0.92%	34 308 773
7 - 8 meses	-	690 938 058			(690 938 058)	0.75%	(5 182 035)
8 - 9 meses	14 374 526 431	129 801 759			14 244 724 672	0.58%	82 619 403
9 - 10 meses	-	60 131 687			(60 131 687)	0.42%	(252 553)
10 - 11 meses	8 024 097 187	317 058 750			7 707 038 437	0.25%	19 267 596
11 - 12 meses	-	273 979 692			(273 979 692)	0.08%	(219 184)

223 651 092 768 69 374 266 223

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano: 2 385 505 883

Margem de Juros 37 910 334 703

Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ: 6.29%



Moeda Estrangeira (USD)

(em Kw anzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	1 336 642 725	26 656 097 430			(25 319 454 705)	0.08%	(20 255 564)
1 - 3 meses	13 693 623 256	15 291 000 138			(1 597 376 882)	0.32%	(5 111 606)
3 - 6 meses	-	18 760 382 420			(18 760 382 420)	0.72%	(135 074 753)
6 - 12 meses	-	2 078 438 725			(2 078 438 725)	1.43%	(29 721 674)
1 - 2 anos	-	144 864 725			(144 864 725)	2.77%	(4 012 753)
2 - 3 anos	36 755 356 553	-			36 755 356 553	4.49%	1 650 315 509
3 - 4 anos	-	-			-	6.14%	-
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%	-
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%	-
> 20 anos	-	-			-	26.03%	-
TOTAL (C) :							1 456 139 159
51 785 622 534		62 930 783 438		(11 145 160 904)			

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros : 1 456 139 159

Fundos Próprios Regulamentares : 116 997 862 772

Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares : 1.24%

(em Kw anzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista	-	-			-	2.00%	-
à vista - 1 mês	1 336 642 725	26 656 097 430			(25 319 454 705)	1.92%	(486 133 530)
1 - 2 meses	13 693 623 256	10 523 618 582			3 170 004 674	1.75%	55 475 082
2 - 3 meses	-	4 767 381 555			(4 767 381 555)	1.58%	(75 324 629)
3 - 4 meses	-	17 442 235 960			(17 442 235 960)	1.42%	(247 679 751)
4 - 5 meses	-	584 087 535			(584 087 535)	1.25%	(7 301 094)
5 - 6 meses	-	734 058 924			(734 058 924)	1.08%	(7 927 836)
6 - 7 meses	-	52 932 809			(52 932 809)	0.92%	(486 982)
7 - 8 meses	-	244 369 860			(244 369 860)	0.75%	(1 832 774)
8 - 9 meses	-	1 046 219 185			(1 046 219 185)	0.58%	(6 068 071)
9 - 10 meses	-	220 722 268			(220 722 268)	0.42%	(927 034)
10 - 11 meses	-	-			-	0.25%	-
11 - 12 meses	-	514 194 600			(514 194 600)	0.08%	(411 356)
15 030 265 981		62 785 918 708		(778 617 975)			

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano: (778 617 975)

Margem de Juros 1 385 754 850

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ: -56.19%



Por sua vez, o risco de taxa de juro na carteira bancária referente a 31 de Dezembro de 2019 ao Banco Nacional de Angola foi reportado da seguinte forma:

Moeda Nacional

(em Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	5 596 022 307	37 277 965 486			(31 681 943 179)	0.08%	(25 345 555)
1 - 3 meses	78 684 478 983	18 124 985 011			60 559 493 973	0.32%	193 790 381
3 - 6 meses	35 688 328 499	3 593 768 571			32 094 559 928	0.72%	231 080 831
6 - 12 meses	36 333 373 370	1 549 700 229			34 783 673 141	1.43%	497 406 526
1 - 2 anos	52 077 035 469	7 255 609			52 069 779 859	2.77%	1 442 332 902
2 - 3 anos	13 908 171 896	-			13 908 171 896	4.49%	624 476 918
3 - 4 anos	2 718 546 155	4 745 969 863			(2 027 423 708)	6.14%	(124 483 816)
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%	-
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%	-
> 20 anos	-	-			-	26.03%	-
TOTAL (C) :							2 839 258 187

156 302 203 160 60 546 419 296

159 706 311 911

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros : 2 839 258 187

Fundos Próprios Regulamentares : 78 145 895 051

Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares : 3.63%

(em Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros
Moeda Nacional

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista	-	-			-	2.00%	-
à vista - 1 mês	5 596 022 307	37 277 965 486			(31 681 943 179)	1.92%	(608 293 309)
1 - 2 meses	76 198 065 142	3 389 796 962			72 808 268 180	1.75%	1 274 144 693
2 - 3 meses	2 486 413 841	14 735 188 048			(12 248 774 207)	1.58%	(193 530 632)
3 - 4 meses	-	2 183 508 011			(2 183 508 011)	1.42%	(31 005 814)
4 - 5 meses	31 128 533 846	1 120 757 549			30 007 776 297	1.25%	375 097 204
5 - 6 meses	4 559 794 653	289 503 011			4 270 291 642	1.08%	46 119 150
6 - 7 meses	11 007 687 056	58 665 630			10 949 021 425	0.92%	100 730 997
7 - 8 meses	6 538 217 190	102 437 639			6 435 779 551	0.75%	48 268 347
8 - 9 meses	-	224 862 909			(224 862 909)	0.58%	(1 304 205)
9 - 10 meses	-	130 086 183			(130 086 183)	0.42%	(546 362)
10 - 11 meses	13 628 216 893	830 370 950			12 797 845 943	0.25%	31 994 615
11 - 12 meses	5 159 252 231	203 276 917			4 955 975 314	0.08%	3 964 780

156 302 203 160 60 546 419 296

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano: 1 045 639 464

Margem de Juros 36 575 136 895

Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ: 2.86%



Moeda Estrangeira (USD)

(em Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	-	47 431 760 003			(47 431 760 003)	0.08%	(37 945 408)
1 - 3 meses	12 095 050 847	30 551 974 198			(18 456 923 351)	0.32%	(59 062 155)
3 - 6 meses	-	15 001 390 649			(15 001 390 649)	0.72%	(108 010 013)
6 - 12 meses	-	590 319 904			(590 319 904)	1.43%	(8 441 575)
1 - 2 anos	-	-			-	2.77%	-
2 - 3 anos	-	-			-	4.49%	-
3 - 4 anos	30 589 819 204	-			30 589 819 204	6.14%	1 878 214 899
4 - 5 anos	-	-			-	7.71%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10.15%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13.26%	-
10 - 15 anos	-	-			-	18.84%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22.43%	-
> 20 anos	-	-			-	26.03%	-
TOTAL (C) :							1 664 755 748

42 684 870 052 93 575 444 754

(50 890 574 702)

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros : 1 664 755 748

Fundos Próprios Regulamentares : 78 145 895 051

Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares : 2.13%

(em Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros

Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista	-	-			-	2.00%	-
à vista - 1 mês	-	47 431 760 003			(47 431 760 003)	1.92%	(910 689 792)
1 - 2 meses	12 095 050 847	16 465 111 926			(4 370 061 079)	1.75%	(76 476 069)
2 - 3 meses	-	14 086 862 271			(14 086 862 271)	1.58%	(222 572 424)
3 - 4 meses	-	14 728 893 474			(14 728 893 474)	1.42%	(209 150 287)
4 - 5 meses	-	112 805 014			(112 805 014)	1.25%	(1 410 063)
5 - 6 meses	-	159 692 162			(159 692 162)	1.08%	(1 724 675)
6 - 7 meses	-	-			-	0.92%	-
7 - 8 meses	-	-			-	0.75%	-
8 - 9 meses	-	97 486 972			(97 486 972)	0.58%	(565 424)
9 - 10 meses	-	979 379			(979 379)	0.42%	(4 113)
10 - 11 meses	-	483 219 423			(483 219 423)	0.25%	(1 208 049)
11 - 12 meses	-	8 634 130			(8 634 130)	0.08%	(6 907)

12 095 050 847 93 575 444 754

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano: (1 423 807 803)

Margem de Juros 1 751 627 185

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ: -81.28%

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve



reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos períodos de 30 de Junho 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de Kwanzas)									
2020									
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Datas de refixação / Datas de maturidade			Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
				Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos			
Activos	390 633 788	1 382 756	11 525 081	14 661 166	68 747 141	8 129 376	-	200 639 720	695 719 028
Passivos e Fundos Próprios	54 807 432	31 289 106	8 139 568	5 845 580	22 680 200	(11 024 924)	-	583 982 066	695 719 028
Exposição líquida	335 826 356	(29 906 350)	3 385 513	8 815 586	46 066 941	19 154 300	-	(383 342 346)	-

(milhares de Kwanzas)									
2019									
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Datas de refixação / Datas de maturidade			Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
				Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos			
Activos	260 557 808	11 327 218	31 527 034	77 570 901	51 256 082	16 022 357	24 754	157 951 139	606 237 294
Passivos e Fundos Próprios	81 295 691	48 457 078	4 053 363	49 431 095	(8 240 166)	-	-	431 240 234	606 237 294
Exposição líquida	179 262 117	(37 129 860)	27 473 671	28 139 807	59 496 248	16 022 357	24 754	(273 289 095)	-

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Kwanzas)						
	30.06.2020			30.06.2019		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a clientes	83 086 340	8 844 934	10.65%	72 600 904	3 442 229	4.69%
Disponibilidades	247 627 582	509 113	0.21%	206 277 524	1 061 280	0.26%
Carteira de Títulos	201 206 372	16 850 060	8.37%	206 448 457	16 775 780	3.83%
Aplicações interbancárias	30 129 544	310 731	1.03%	18 266 742	212 220	1.16%
Total Aplicações	562 049 838	26 514 838		503 593 627	21 491 509	
Recursos						
Depósitos de clientes	447 996 352	2 864 385	0.64%	384 497 705	1 913 969	0.43%
Outros recursos	18 674 687	1 014 706	5.43%	16 849 846	544 458	4.64%
Total Recursos	466 671 039	3 879 091		401 347 551	2 458 427	
Margem Financeira		22 635 747			19 033 082	





A repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, por moeda, é analisado como segue:

	30.06.2020					31.12.2019				
	AOA	USD	EUR	Outros	Total	AOA	USD	EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	78 737 477	24 896 462	1 116 264	73 653	104 823 856	63 145 588	28 805 696	869 694	114 267	92 935 245
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10 657	171 013 672	9 641 410	4 106 475	184 772 214	4 019	149 643 416	14 114 378	5 071 396	168 833 209
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	38 887 581	-	-	1 339 427	40 227 008	5 582 824	-	-	-	5 582 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(321 420)	38 671 135	-	-	38 349 715	55 864	30 828 275	-	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	57 561 470	-	-	-	57 561 470	72 318 198	-	-	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado	64 702 012	36 757 111	-	-	101 459 123	78 064 071	30 589 819	-	-	108 653 890
Crédito a clientes	107 268 543	13 888 258	1 392 124	-	122 548 925	63 477 680	20 369 397	7 657 543	-	91 504 620
Outros activos tangíveis	32 027 558	-	-	-	32 027 558	27 930 152	-	-	-	27 930 152
Activos intangíveis	3 974 112	-	-	-	3 974 112	2 467 534	-	-	-	2 467 534
Activos por impostos correntes	448 946	-	-	-	448 946	448 946	-	-	-	448 946
Activos por impostos diferidos	1 721 468	-	-	-	1 721 468	911 944	-	-	-	911 944
Outros activos	3 999 982	4 250 273	(443 450)	(2 172)	7 804 633	2 212 248	1 486 282	57 301	10 762	3 766 593
Total de activo	389 018 386	289 476 911	11 706 348	5 517 383	695 719 028	316 619 068	261 722 885	22 698 916	5 196 425	606 237 294
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(2 963 416)	-	(8 561)	(280)	(2 972 257)	(1 573 938)	-	-	-	(1 573 938)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(284 293 586)	(229 021 272)	(12 510 543)	(474 980)	(526 300 381)	(200 229 262)	(220 417 003)	(11 029 047)	(508 043)	(432 183 355)
Responsabilidades representadas por títulos	(4 743 781)	-	-	-	(4 743 781)	(4 745 970)	-	-	-	(4 745 970)
Provisões	(2 358 070)	-	-	-	(2 358 070)	(1 814 241)	(2 170)	-	(1 615)	(1 818 026)
Passivos por impostos correntes	(2 881 137)	(45 813)	-	-	(2 926 950)	(2 059 764)	-	-	-	(2 059 764)
Passivos subordinados	-	(17 441 058)	-	-	(17 441 058)	-	(14 756 220)	-	-	(14 756 220)
Outros passivos	(14 804 067)	(11 361 860)	(4 173 256)	(5 298 754)	(35 637 937)	(57 558 825)	(21 954 456)	(7 257 784)	33 336 794	(53 434 271)
Total do passivo	(312 041 057)	(257 870 003)	(16 692 360)	(5 774 014)	(592 377 434)	(267 982 000)	(257 129 849)	(18 286 831)	32 827 136	(510 571 544)
Activo/(Passivo) líquido	76 977 329	31 606 908	(4 986 012)	(256 631)	103 341 594	48 637 068	4 593 036	4 412 085	38 023 561	95 665 750

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e a rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam na coluna USD, respectivamente, os títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos e os depósitos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

Risco de Liquidez

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo N° 19/2017 publicado em 30 de Agosto de 2017. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o activo denominado na mesma corresponde a mais do que 25% do total do activo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter até 36 meses e 48 meses após a entrada em vigor do instrutivo os rácios de liquidez e de observação respetivamente devem ser iguais ou superiores a 100%.





Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente a aquela instituição.

O Standard Bank de Angola reportou os rácio de liquidez e de observação referente a 30 de Junho 2020 ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional

	2020	
<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 30 Junho)</i>		
	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
Total activos líquidos	122 359 155 269	
Valores em tesouraria	3 589 360 073	
Disponibilidades em bancos centrais	75 143 166 586	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	35 264 300 000	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	8 362 328 610	
Total saída de fluxo de caixa	103 293 174 824	13 794 274 928
Depósitos à ordem	80 618 705 329	-
Depósitos a prazo	11 249 860 654	6 075 251 170
Outros depósitos	7 939 592 464	7 180 835 973
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	3 485 016 377	538 187 785
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancária	-	
Total entrada de fluxo de caixa	41 471 698 141	6 037 225 800
Créditos	2 584 117 224	6 037 225 800
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	38 887 580 917	
Desfasamento	60 537 678 586	52 780 629 458
Desfasamento acumulado	60 537 678 586	52 780 629 458
Rácio de liquidez	198%	
Rácios de observação		483%





Moeda Estrangeira (USD)

2020

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 30 Junho)		
	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	195 901 438 646	
Valores em tesouraria	4 117 430 893	
Disponibilidades em bancos centrais	20 770 339 373	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	171 013 668 380	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	75 258 871 834	6 506 370 341
Depósitos à ordem	64 717 776 142	-
Depósitos a prazo	10 462 085 970	6 080 691 330
Outros depósitos	79 009 722	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	425 679 011
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancária	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	176 513 270	349 558 998
Créditos	176 513 270	349 558 998
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	120 819 080 082	114 662 268 739
Desfasamento acumulado	120 819 080 082	114 662 268 739
Rácio de liquidez	261%	
Rácios de observação		1862%

Todas as moedas

2020

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 30 Junho)		
	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	333 194 045 374	
Valores em tesouraria	8 892 358 064	
Disponibilidades em bancos centrais	95 913 505 960	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	35 264 300 000	
Disponibilidades em instituições financeiras	184 761 552 740	
Títulos e valores mobiliários	8 362 328 610	
Total saída de fluxo de caixa	184 084 400 022	20 536 608 425
Depósitos à ordem	149 479 708 059	-
Depósitos a prazo	21 711 946 624	12 155 942 501
Outros depósitos	9 407 728 962	7 180 835 973
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	3 485 016 377	1 199 829 951
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancária	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	41 648 211 411	6 386 784 798
Créditos	2 760 630 494	6 386 784 798
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	38 887 580 917	-
Desfasamento	190 757 856 763	176 608 033 136
Desfasamento acumulado	190 757 856 763	176 608 033 136
Rácio de liquidez	234%	
Rácios de observação		960%



Por sua vez, os rácios de liquidez e de observação do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2019 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional

	2019	
Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	82 052 357 614	
Valores em tesouraria	4 809 732 905	
Disponibilidades em bancos centrais	58 325 664 527	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	18 916 960 182	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	67 890 787 160	7 590 722 656
Depósitos à ordem	50 883 236 507	-
Depósitos a prazo	11 629 860 448	7 116 465 944
Outros depósitos	5 341 610 126	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	36 080 079	474 256 712
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancária	-	
Total entrada de fluxo de caixa	7 317 773 317	2 870 553 314
Créditos	1 734 948 777	2 870 553 314
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	5 582 824 540	
Desfasamento	21 479 343 771	16 759 174 429
Desfasamento acumulado	21 479 343 771	16 759 174 429
Rácio de liquidez	135%	
Rácios de observação		321%





Moeda Estrangeira (USD)

2019

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)		
	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	178 441 881 300	
Valores em tesouraria	1 868 535 108	
Disponibilidades em bancos centrais	26 929 927 870	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	149 643 418 322	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	62 916 674 790	12 424 961 702
Depósitos à ordem	44 021 541 810	-
Depósitos a prazo	18 829 398 988	12 067 425 077
Outros depósitos	65 733 992	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	357 536 625
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancária	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	-	-
Créditos		
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	115 525 206 510	103 100 244 808
Desfasamento acumulado	115 525 206 510	103 100 244 808
Rácio de liquidez	284%	
Rácios de observação		930%



Todas as moedas

2019

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) (Previsão à 31 Dezembro)		
	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	280 659 509 558	
Valores em tesouraria	7 657 764 690	
Disponibilidades em bancos centrais	85 255 592 395	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	18 916 960 182	
Disponibilidades em instituições financeiras	168 829 192 291	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	136 572 895 186	20 140 907 625
Depósitos à ordem	98 771 982 174	-
Depósitos a prazo	30 476 960 192	19 068 749 982
Outros depósitos	7 245 261 377	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	78 691 443	1 072 157 643
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancária	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	7 318 098 979	2 871 190 443
Créditos	1 735 274 439	2 871 190 443
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	5 582 824 540	-
Desfasamento	151 404 713 351	134 134 996 169
Desfasamento acumulado	151 404 713 351	134 134 996 169
Rácio de liquidez	217%	
Rácios de observação		766%

De acordo com as tabelas acima consegue verificar-se que passados 40 meses depois da entrada em vigor do Instrutivo, o Banco tem cumprido com o limite mínimo (100%) do referido rácio de Liquidez e de observação, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) tal como estabelecido no novo pacote regulamentar (NPR) apresentado às instituições financeiras em Maio de 2017, em todos os rácios de liquidez e observação, quer seja em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar os rácios que traduzem o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).



Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais. O gap contratual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 30 de Junho 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

							(milhares de Kwanzas)
							30.06.2020
	À vista	Até 1 mês	Prazos residuais contratuais			Não Contratual	Total
			Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses		
Activos	286 234 446	42 091 640	12 998 459	3 136 560	310 755 002	40 502 921	695 719 028
Passivos e Fundos Próprios	407 669 363	54 897 861	22 334 502	9 190 529	92 808 108	108 798 665	695 719 028
Gap de liquidez	(121 454 917)	(12 806 221)	(9 336 043)	(6 053 969)	217 946 894	(68 295 744)	-
Gap acumulado de liquidez	(121 454 917)	(134 261 138)	(143 597 181)	(149 651 160)	68 295 744	-	-

							(milhares de Kwanzas)
							31.12.2019
	À vista	Até 1 mês	Prazos residuais contratuais			Não Contratual	Total
			Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses		
Activos	237 781 235	8 021 319	14 026 092	9 914 725	310 328 436	26 165 487	606 237 294
Passivos e Fundos Próprios	293 608 390	58 291 316	19 801 722	28 889 151	104 228 824	101 417 690	606 237 294
Gap de liquidez	(55 827 155)	(50 269 997)	(5 775 630)	(18 974 426)	206 099 612	(75 252 403)	-
Gap acumulado de liquidez	(55 827 155)	(106 097 152)	(111 872 782)	(130 847 208)	75 252 403	-	-





Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 30 de Junho 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresentavam a seguinte estrutura:

							(milhares de Kwanzas)
							30.06.2020
Gaps comportamentais de liquidez							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	416 443 705	55 254 916	17 428 744	13 304 964	152 783 778	40 502 921	695 719 028
Passivos e Fundos Próprios	17 108 906	131 710 985	60 044 971	39 119 623	338 935 877	108 798 666	695 719 028
Gap de liquidez	399 334 799	(76 456 069)	(42 616 227)	(25 814 659)	(186 152 099)	(68 295 745)	-
Gap acumulado de liquidez	399 334 799	322 878 730	280 262 503	254 447 844	68 295 745	-	-

							(milhares de Kwanzas)
							31.12.2019
Gaps comportamentais de liquidez							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	385 201 664	28 406 333	13 987 848	15 104 469	136 826 223	26 710 757	606 237 294
Passivos e Fundos Próprios	35 474 006	105 709 639	43 750 813	46 157 903	277 298 384	97 846 548	606 237 294
Gap de liquidez	349 727 658	(77 303 307)	(29 762 965)	(31 053 434)	(140 472 161)	(71 135 791)	-
Gap acumulado de liquidez	349 727 658	272 424 351	242 661 386	211 607 952	71 135 791	-	-

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro

(Milhares de Kwanzas)

						30.06.2020
	Exposição a		Não Sujeito a risco	Derivados	Total	
	Taxa Fixa	Taxa Variável	de taxa de Juros			
Activos						
Disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	104 823 855	-	104 823 855	
Disponibilidades em Intituições Financeiras	-	29 499 841	195 488 722	-	224 988 563	
Crédito a clientes	-	122 548 925	-	-	122 548 925	
Títulos	199 053 275	-	-	-	199 053 275	
Outros Activos	-	-	44 304 410	-	44 304 410	
Total	199 053 275	152 048 766	344 616 987	-	695 719 028	
Passivos						
Depósitos a Ordem	-	-	(407 666 233)	-	(407 666 233)	
Depósitos a Prazo	-	(100 470 296)	-	-	(100 470 296)	
Dívida Subordinada	-	(17 441 058)	-	-	(17 441 058)	
Responsabilidade representada por títulos	(4 743 781)	-	-	-	(4 743 781)	
Outros Passivos	-	-	(62 056 066)	-	(62 056 066)	
Fundos Próprios	-	-	(103 341 594)	-	(103 341 594)	
Total	(4 743 781)	(117 911 354)	(573 063 893)	-	(695 719 028)	





(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2019				Total
	Taxa Fixa	Exposição a Taxa Variável	Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	92 935 245	-	92 935 245
Disponibilidades em Intuições Financeiras	-	5 535 200	168 876 814	-	174 412 014
Crédito a clientes	-	91 504 620	-	-	91 504 620
Titulos	215 906 669	-	-	-	215 906 669
Outros Activos	-	-	31 478 746	-	31 478 746
Total	215 906 669	97 039 820	293 290 805	-	606 237 294
Passivos					
Depósitos a Ordem	-	-	(276 717 241)	-	(276 717 241)
Depósitos a Prazo	-	(131 055 835)	-	-	(131 055 835)
Dívida Subordinada	-	(14 756 219)	-	-	(14 756 219)
Responsabilidade representada por titulos	(4 745 969)	-	-	-	(4 745 969)
Outros Passivos	-	-	(79 627 611)	-	(79 627 611)
Fundos Próprios	-	-	(99 334 419)	-	(99 334 419)
Total	(4 745 969)	(145 812 054)	(455 679 271)	-	(606 237 294)



Handwritten signature and initials.

(Milhares de Kwanzas)

	30.06.2020									
	Prazos residuais contratuais									
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	286 234 445	42 091 640	16 135 018	32 848 125	69 601 149	180 832 925	22 261 651	1 221 552	44 592 523	695 719 028
Disponibilidades em Bancos Contrais	51 765 263	-	-	-	-	53 057 593	-	-	-	104 823 856
Disponibilidades em Instituições Financeiras	195 468 722	29 499 841	-	-	-	-	-	-	-	224 968 563
Crédito a Clientes	39 979 460	2 021 077	12 461 579	11 650 545	15 141 308	29 551 702	9 985 101	1 093 088	1 685 084	122 548 924
Títulos	-	10 570 722	3 673 439	21 197 580	54 359 841	98 223 630	10 921 166	106 897	-	199 053 275
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	1 355 384	21 567	-	44 304 410
Passivos e Fundos Próprios	407 689 353	54 897 859	31 525 031	8 190 337	5 881 440	22 650 198	58 565 262	45 813	1 108 242 725	695 719 028
Depósitos a Ordem	(407 689 353)	-	-	-	-	(6 056)	-	-	-	(407 689 353)
Depósitos a Prazo	(29 186)	(54 796 522)	(31 525 031)	(8 190 337)	(5 881 440)	(4 780)	-	-	-	(100 470 296)
Dívida Subordinada	-	(57 557)	-	-	-	-	(17 393 500)	-	-	(17 441 057)
Responsabilidade representada por títulos	-	(43 760)	-	-	-	(4 700 000)	-	-	-	(4 743 760)
Outros Passivos	-	-	-	-	-	(17 926 362)	(41 182 762)	(45 813)	(2 901 131)	(62 056 068)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(103 341 594)	(103 341 594)
Gap de liquidez	121 454 918	12 006 219	15 390 013	24 657 788	63 819 709	158 182 727	36 304 611	1 176 739	61 650 202	-
Gap acumulado de liquidez	121 454 918	134 261 137	149 651 150	124 993 362	61 373 653	96 779 074	60 474 463	61 650 202	-	-

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2019									
	Prazos residuais contratuais									
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	237 781 235	8 021 319	23 940 817	61 557 956	107 349 598	124 767 317	15 306 703	1 346 863	26 165 486	606 237 294
Disponibilidades em Bancos Contrais	34 772 119	-	-	-	-	59 163 126	-	-	-	92 935 245
Disponibilidades em Instituições Financeiras	168 876 814	5 535 200	-	-	-	-	-	-	-	174 412 014
Crédito a Clientes	34 132 302	2 048 381	6 593 148	5 595 335	17 194 051	9 452 866	15 306 703	1 196 834	-	91 504 620
Títulos	-	403 808	17 352 689	55 972 821	88 987 064	53 101 546	-	88 961	-	215 906 695
Outros Activos	-	33 930	-	-	1 168 483	4 049 779	-	61 068	-	31 478 746
Passivos e Fundos Próprios	301 828 959	59 291 316	48 690 873	11 941 941	24 121 691	60 898 040	-	-	1 110 466 464	606 237 294
Depósitos a Ordem	(276 526 949)	-	-	-	-	(1 90 292)	-	-	-	(276 717 241)
Depósitos a Prazo	(25 052 455)	(51 310 193)	(48 690 873)	(3 799 480)	(2 202 834)	-	-	-	-	(131 055 835)
Dívida Subordinada	-	(289 410)	-	-	-	(14 466 609)	-	-	-	(14 756 219)
Responsabilidade representada por títulos	-	(45 969)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 969)
Outros Passivos	(249 555)	(6 645 744)	-	(8 142 461)	(17 218 657)	(36 238 939)	-	-	(11 132 045)	(79 627 611)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(89 334 419)	(89 334 419)
Gap de liquidez	64 047 734	50 269 997	24 750 056	49 616 015	83 227 907	73 871 277	15 306 703	1 346 863	84 300 978	-
Gap acumulado de liquidez	64 047 734	114 317 731	139 067 787	89 451 772	6 223 865	67 647 412	82 954 115	84 300 978	(0)	-



Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refinação

(Milhares de Kwanzas)

	30.06.2020							Total		
	Datas de refinação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos		Não Contratual	
Activos	38 979 460	42 091 640	16 135 018	32 848 125	69 501 149	127 775 333	20 906 267	1 199 965	-	349 436 957
Crédito a Bancos	-	29 499 841	-	-	-	-	-	-	-	29 499 841
Crédito a Clientes	38 979 460	2 021 077	12 481 579	11 650 545	15 141 308	29 551 703	9 985 101	1 093 068	-	120 883 841
Títulos	-	10 570 722	3 673 439	21 197 580	54 359 841	98 223 630	10 921 166	106 897	-	199 053 275
Passivos	(29 186)	(64 897 859)	(31 525 031)	(8 190 337)	(5 881 440)	(4 747 780)	(17 383 500)	-	-	(122 655 133)
Depósitos a Ordem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	(29 186)	(54 796 522)	(31 525 031)	(8 190 337)	(5 881 440)	(4 780)	-	-	-	(100 470 296)
Dívida Subordinada	-	(57 557)	-	-	-	-	(17 383 500)	-	-	(17 441 057)
Responsabilidade representada por títulos	-	(43 780)	-	-	-	(4 700 000)	-	-	-	(4 743 780)
Exposição Líquida	38 950 274	(12 806 219)	(15 390 013)	24 657 788	63 619 709	123 027 553	3 522 767	1 199 965	-	226 781 824

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2019							Total		
	Datas de refinação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos		Não Contratual	
Activos	39 667 502	2 452 189	23 940 817	61 567 956	106 181 115	62 554 412	15 306 703	1 285 795	-	312 946 489
Crédito a Bancos	5 535 200	-	-	-	-	-	-	-	-	5 535 200
Crédito a Clientes	34 132 302	2 048 381	6 588 148	5 585 335	17 194 051	9 452 866	15 306 703	1 196 834	-	91 504 620
Títulos	-	403 808	17 352 669	55 972 621	88 987 064	53 101 546	-	88 961	-	215 906 669
Passivos	(25 052 455)	(51 645 572)	(48 690 873)	(3 799 480)	(6 902 834)	(14 466 809)	-	-	-	(150 558 023)
Depósitos a Ordem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	(25 052 455)	(51 310 193)	(48 690 873)	(3 799 480)	(2 202 834)	-	-	-	-	(131 055 835)
Dívida Subordinada	-	(289 410)	-	-	-	(14 466 809)	-	-	-	(14 756 219)
Responsabilidade representada por títulos	-	(45 969)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 969)
Exposição Líquida	14 615 047	(49 193 393)	(24 750 056)	67 768 476	99 278 281	48 087 603	15 306 703	1 285 795	-	162 388 466

Handwritten signature and initials 'RFB' in blue ink.



Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) mantém-se desde 2017 com o requisito mínimo de 10%.

De acordo com o Aviso nº 02/2016, os Fundos Próprios Regulamentares incluem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (v) resultado líquido do exercício auditado, (vi) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior e (vii) activos/passivos por impostos diferidos na medida em que estejam associados a perdas/ganhos que contem como elemento negativo/positivo dos fundos próprios de base.
2. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.
3. Deduções – Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso do BNA nº 09/2016 estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Os requisitos dos fundos próprios regulamentares correspondem à soma dos requisitos individuais calculados de acordo com os seguintes Avisos:

1. Aviso n.º 03/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte;
2. Aviso n.º 04/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Risco de Crédito de Contraparte na Carteira de Negociação; e
3. Aviso n.º 05/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional.



Um sumário do rácio de solvabilidade do Banco para 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresenta-se como segue:

		(milhares de Kwanzas)	
		30.06.2020	31.12.2019
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	A	22 780 188	19 309 570
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	B	3 362 929	2 763 482
Risco operacional	C	7 781 371	5 868 289
Total	D = A + B + C	33 924 488	27 941 341
Fundos Próprios			
Base	E	102 160 159	94 210 719
Complementares	F	16 476 986	14 655 666
	G = E + F	118 637 145	108 866 385
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	H	(1 639 274)	(30 720 490)
Fundos Próprios Regulamentares	I = G + H	116 997 871	78 145 895
Rácio de Solvabilidade	J = L + M	34.49%	27.97%
Nível I	L = (E + H) / (D/10%)	29.6%	22.7%
Nível II	M = F / (D/10%)	4.9%	5.2%

Nota 37 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de Janeiro de 2020:

a) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de actividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os accionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transacção se refere à aquisição de um activo ou de um negócio.

b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de



caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

c) IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'actuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

d) Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de activo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, excepto se impraticáveis.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) IFRS 16 (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de Junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos reflectidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.



b) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afectada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

c) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de actividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente *versus* incluídos numa concentração de actividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva.

d) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos activos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos activos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

e) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contracto é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos directamente relacionados com o cumprimento do contracto, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra directa e materiais e a alocação de outros gastos directamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos activos tangíveis utilizados para realizar o contracto. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contractuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.





f) **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

g) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efectuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contractual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contractual, excepto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

h) **IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

Nota 38 – Pandemia COVID 19

No início do ano de 2020, o surto do COVID-19 espalhou-se pelo mundo causando impactos nos mercados financeiros e na actividade económica. Durante este surto, proteger a saúde e o bem-estar da nossa equipa, clientes e outras partes interessadas está no centro dos nossos planos de resposta. Medidas de precaução foram implementadas e são consistentes com o protocolo das políticas da Organização Mundial da Saúde e do Standard Bank de Angola. O Banco está a trabalhar com o Banco Central, o Governo e outros parceiros-chave para identificar intervenções apropriadas para apoiar os nossos clientes neste período desafiante e para garantir a estabilidade contínua e as operações do sistema financeiro. O Banco encontra-se capitalizado e líquido. Estamos também a trabalhar em estreita colaboração com os clientes para identificar e remediar quaisquer potenciais desafios e estamos confiantes de que estamos a aplicar a devida atenção a todos os riscos que precisam de ser geridos.



Actualmente, a situação ainda está a evoluir, sendo o impacto nas comunidades e actividades comerciais de difícil quantificação. O Banco Nacional de Angola criou uma medida para flexibilização de prazos para o cumprimento de obrigações creditícias por forma a apoiar as empresas e particulares a ultrapassar este momento de contracção económica e perda de rendimentos. Os impacto causado pelo surto estão reflectidos nos orçamentos de longo e curto prazo, bem como nas previsões macroeconómicas de 2020 que são incorporadas às provisões para perda esperadas de crédito, no âmbito da IFRS 9, e em todas as outras estimativas financeiras. Até ao final do ano a Gestão irá continuar a monitorizar os impactos na economia e nas demonstrações financeiras do Banco.

Nota 39 – Eventos Subsequentes

No dia 8 de Setembro de 2020 a agência de rating Moody's publicou a revisão do rating atribuído à dívida pública do Estado Angolano de B3 para Caa1. As agências de rating Fitch e Standard & Poor's S&P já tinham efectuado esta revisão de rating no 1º trimestre deste ano. Considerando os parâmetros divulgados no estudo da Moody's publicado em 2019, conforme exigido pela Directiva n.º 13/DSB/DRO de 27 de Dezembro de 2019 do BNA, os quais serviram de base para a preparação das demonstrações financeiras do Banco em 30 de Junho de 2020, estima-se que este downgrade do rating sobre a dívida do Estado Angolano detida pelo Banco na carteira de Activos financeiros ao custo amortizado tenha um impacto negativo nos resultados do Banco de AOA 4 436 milhões e consequentemente uma diminuição de 1.63% do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR), situando-se este nos 32.86%. À presente data ainda não foi possível apurar os potenciais impactos ao nível da carteira de crédito a clientes, nomeadamente por via de colaterais financeiros e de contrapartes com risco Estado Angolano.

No dia 4 de Setembro de 2020, o Dr. Carlos São Vicente, Administrador Não Executivo do SBA, solicitou a suspensão do seu mandato com efeitos imediatos, no contexto de uma investigação a decorrer em Angola e na Suíça. Esta suspensão foi aceite pelo Conselho Fiscal do Banco. O Banco foi ainda notificado pela PGR no dia 8 de Setembro de 2020 da apreensão da participação minoritária da AAA Activos, Lda no capital do SBA, ficando o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) como fiel depositário da referida participação enquanto a investigação estiver a decorrer. O Conselho de Administração do SBA gostaria de enfatizar que estes factos, aos quais o Banco é inteiramente alheio, não afectam a liquidez, nem a capitalização do Banco e a sua gestão executiva decorre dentro da normalidade. O Banco encontra-se a colaborar com a PGR e o IGAPE e em estreita coordenação com o BNA.

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos adicionais posteriores a 30 de Junho de 2020 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.



PARECER DO CONSELHO FISCAL
Relativo às Demonstrações Financeiras do 1º. Semestre de 2020

Senhores Accionistas:

Em cumprimento do Artigo 6º. nº.5 do Aviso do BNA nº.05/2019 de 23 de Agosto, apresentamos o nosso Parecer sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas) referentes ao 1º. Semestre do Exercício de 2020.

Não obstante a Pandemia do Covid 19, o Conselho Fiscal apreciou a preparação das contas e pôde concluir que as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º. Semestre do exercício de 2020, ora apresentadas, satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

O Conselho Fiscal não identificou qualquer situação que não estivesse de acordo com os estatutos e com as normas legais, assim como com as práticas contabilísticas aplicáveis.

Parecer

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank de Angola, SA é de **PARECER FAVORÁVEL** que as Demonstrações Financeiras sejam aprovadas.

Luanda, 25 de Setembro de 2020

O Conselho Fiscal



Sérgio Serrão
Presidente



Fernando Hermes
Vogal



Donald Lisboa
Vogal





Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Standard Bank de Angola, S.A.

Introdução

1 Auditamos as demonstrações financeiras anexas do Standard Bank de Angola, S.A., as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2020 que evidencia um total de 695 719 028 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 103 341 594 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido do período de 21 430 334 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Standard Bank de Angola, S.A. em 30 de Junho de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Ênfase

7 Chamamos a atenção para as notas 10 e 38 do anexo às demonstrações financeiras, as quais divulgam informação relevante sobre os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco em 30 de Junho de 2020, bem como sobre as inerentes incertezas sobre o desempenho futuro da economia e, conseqüentemente, sobre a evolução do negócio do Banco. Conforme se refere na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, na preparação das mencionadas demonstrações financeiras, o Conselho de Administração efectuou um conjunto de julgamentos e estimativas com base em pressupostos que têm por base a melhor informação disponível quanto aos eventos ocorridos até esta data. Não obstante, os resultados reais poderão diferir das estimativas efectuadas e a evolução futura da pandemia do COVID-19 poderá vir a exigir uma revisão dos julgamentos, estimativas e pressupostos agora assumidos pelo Conselho de Administração. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

30 de Setembro de 2020

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010
Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086



DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração declara que, na medida do seu conhecimento, a informação prestada nas demonstrações financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Standard Bank de Angola, S.A, e que o relatório de gestão relativo ao primeiro semestre de 2020, expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho do Standard Bank de Angola, S.A, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas que com que o do Standard Bank de Angola, S.A, se defronta.

Luanda, aos 28 de Setembro de
2020

Octávio Paulo
Administrador Independente Não Executivo
E Presidente do Conselho de Administração

Luis Teles
Administrador Executivo e
Presidente da Comissão Executiva

